



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO

2007

DEPEN

1 . Identificação

1.1 Dados Identificadores da Unidade Jurisdicionada

Nome Completo e Sigla	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN	
Natureza Jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação	Ministério da Justiça - 30000	
Normativos de Criação/Estrutura Organizacional	art. 71 da Lei nº 7.210, de 11/07/1984 Decreto nº 5.834, de 06/07/2006	
CNPJ	00.394.494/0072-20 e 00.394.494/0008-02	
Nome e código no SIAFI	Fundo Penitenciário Nacional - 30907	
Código da UJ titular do relatório	20033	
Códigos das UJs abrangidas	200321 ¹ , 200323, 200324, 200332 e 200333	
Endereço	Esplanada dos Ministérios, Anexo II do Ministério da Justiça, 6º andar, sala 633, Brasília – DF, CEP 70. 064-900	
Telefone	3429-3187	
Fax	3226-2942	
Página Institucional	www.mj.gov.br/depen	
Situação	Em funcionamento	
Função de Governo Predominante	Direitos da Cidadania - 14	
Tipo de Atividade		
Unidades Gestoras utilizadas no SIAFI	200321	CEF - Departamento Penitenciário Nacional
	200323	DEPEN – Diretoria do Sistema Penitenciário Federal
	200324	DEPEN – Diretoria de Políticas Penitenciárias
	200332	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
	200333	Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN

¹ A UG 200321 foi criada para a operacionalização do Contrato nº 003/2004. A Tomada de Contas Anual – TCA desta UG, realizada pela Caixa, encontra-se anexa a este relatório.

2. Responsabilidades Institucionais

2.1. Papel da Unidade na execução das políticas públicas

O Depen é o órgão executivo que acompanha e controla a aplicação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional, emanadas, principalmente, pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP.

As principais atribuições do Depen são as expressas no artigo 72 da LEP: acompanhar a fiel aplicação das normas da execução penal em todo o território nacional; inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais; assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e regras estabelecidos em Lei; colaborar com as Unidades Federativas, mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais; colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado; coordenar e supervisionar os estabelecimentos penais e de internamento federais.

Além disso, o Departamento é o gestor do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, criado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994 e regulamentado pelo Decreto nº 1.093, de 23 de março de 1994.

O Departamento gerencia o Sistema Penitenciário Federal, cuja concepção simboliza uma estratégia de apoio às Unidades Federativas, por meio do isolamento de presos de alta periculosidade, em estabelecimentos de segurança máxima, contribuindo para a desarticulação de facções criminosas.

A implementação do Sistema Penitenciário Federal conta com duas unidades em funcionamento, a primeira no Município de Catanduvas, no Estado do Paraná e a segunda em Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Penitenciária Federal de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte foi recebida provisoriamente em 05/12/2007. Já o quarto estabelecimento federal, em Porto Velho, no Estado de Rondônia, está com 82,46% de execução. Para concluir a primeira etapa do Sistema é necessário construir a quinta unidade na Região Sudeste.

A superlotação prisional é, certamente, o maior problema dos sistemas penitenciários locais, em praticamente todas as Unidades Federativas. No intuito de amenizar esta questão, o Depen possui uma sólida política de financiamento de projetos de construção e ampliação baseada nas realidades regionais. Nesse contexto, merece destaque a criação de mais 4.184 novas vagas fruto de convênios celebrados em anos anteriores. Em 2007, em construções, reformas ou ampliações de estabelecimentos penais foram investidos cerca de R\$ 127,4 milhões, quer representarão a geração futura de 5.349 novas vagas nos sistemas prisionais estaduais.

O Departamento também investiu no aparelhamento e reaparelhamento dos sistemas penais estaduais, com a destinação de mais de R\$ 30,4 milhões para a aquisição de viaturas especializadas, equipamentos de segurança eletrônica, detectores de metal, portais eletrônicos, equipamentos de raio-x, circuitos fechados de televisão e equipamentos de inteligência penitenciária, além de outros equipamentos de segurança para as unidades penais federais.

Continuamos a fomentar a aplicação das penas e das medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de frear o crescimento da população prisional, tendo em vista que foram aplicadas cerca de 422 mil penas e medidas substitutivas à privação de liberdade.

O módulo “Estatística” do Sistema de Informações Penitenciárias – Infopen já se encontra consolidado e implantado em todas as Unidades Federativas, já o módulo “Gestão” – está em operação em 14 entes federativos.

Em relação à reintegração social do preso, internado e egresso foram fortalecidas Parcerias Interministeriais que contribuem para a redução dos índices de reincidência criminal:

- **Ministério da Saúde:** Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777/2003 - Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Foram qualificadas 151 equipes de saúde em 134 estabelecimentos prisionais, distribuídas em 11 Unidades da Federação;

- **Ministério da Educação:** Fortalecimento do Projeto “Educando para Liberdade” com o objetivo de criação do Plano Nacional de Educação nas prisões;

- **Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC E SEBRAE):** O Governo Federal tem buscado interagir de forma multidisciplinar com vários órgãos por meio do fortalecimento de parcerias que contribuem para a reintegração do preso à sociedade e redução dos índices de reincidência criminal.

- **Secretaria de Políticas para Mulheres:** desenvolvimento de política pública nacional que atenda às especificidades da mulher presa e de seus filhos, voltada especialmente à atenção à saúde, à educação, à cidadania, à garantia de acomodações dignas de carceragem feminina, à reinserção no mundo do trabalho, bem como ao fortalecimento dos vínculos familiares.

Consolidamos uma política pública de educação em serviços penais, de caráter permanente e articulada com as Unidades das Federativas, na qual mais de 2.700 servidores penitenciários foram capacitados e implantadas mais quatro Escolas Penitenciárias.

O Departamento participa também do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, um dos maiores projetos do Ministério da Justiça, que articula políticas de segurança com ações sociais. A principal interface do Pronasci com o sistema prisional é a construção de estabelecimentos diferenciados para jovens entre 18 e 24 anos, pois o objetivo é

separá-los tanto por faixa etária quanto pela natureza do delito, impedindo que se contaminem pela influência dos líderes do crime organizado. Além disso, as mulheres apenadas também terão assistência, como berçário e enfermaria. Este programa também envolve ações que visam a qualificação de agentes penitenciários e a formação profissional de presos.

3. Estratégia de Atuação

O Departamento Penitenciário Nacional tem sob sua responsabilidade a execução do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal, previsto no Plano Plurianual 2007/2011. Este Programa é composto por projetos e atividades que buscam a geração de vagas; o aprimoramento tecnológico dos estabelecimentos penais; o tratamento penitenciário adequado e digno ao apenado, internado e egresso do sistema com a sua posterior reintegração à sociedade.

O Programa, em 2007, foi composto por 13 (treze) ações orçamentárias: 1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional; 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais; 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais; 11TY – Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais; 1701 – Aparelhamento e Reparcelhamento de Estabelecimentos Penais; 3908 – Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional; 2272 – Gestão e Administração do Programa; 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso; 2316 – Serviço Penitenciário Federal; 2526 – Capacitação em Serviços Penais; 0B01 – Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas; 0B02 – Apoio à Implantação e ao Reparcelhamento de Escolas Penitenciárias e 0B760000 - Apoio à Implantação e Reparcelhamento de Ouvidorias.

Uma nova ação foi incluída, após aprovação de crédito especial, a 2720 - Operações de Caráter Sigiloso. Além disso, o Departamento executou a ação 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes - ILANUD e descentralizou recursos para a ação 2C52 - Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, cuja execução é de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e os recursos são utilizados na manutenção de Casas-Abrigo para atendimento de vítimas de violência doméstica.

A implementação dessas ações ocorre de duas maneiras: a execução direta e a descentralizada. Em 2007, apenas 13,7% da execução orçamentária foi de aplicações diretas (modalidades 90 e 91). Todo o restante foi objeto de descentralização de recursos.

No primeiro caso encontramos, por exemplo, a ação 2316, pela qual são feitas todas as despesas de manutenção das unidades penais federais (material de apoio administrativo, manutenção de veículos e predial, alimentação, vestuário, transporte, comunicação, água, esgoto, energia elétrica, etc).

A outra ação exclusivamente executada pelo Departamento é a 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais, acompanhada tecnicamente pela Caixa Econômica Federal por meio do contrato n.º 001/2003.

Entretanto, as executadas de forma descentralizada predominam, por meio de transferências voluntárias dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN às Unidades da Federação, principalmente, e às Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos.

O instrumento que viabiliza essa transferência é o convênio, firmado nos termos da Lei nº 11.439 (Lei de Diretrizes Orçamentárias), de 29/12/2006; da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000; da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), de 21/06/1993 e da Instrução Normativa STN nº. 01/97, de 15/01/1997.

As ações 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais e 11TY – Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais são viabilizadas por intermédio do Contrato nº 003/2004, firmado com a Caixa Econômica Federal, que assina contratos de repasse, como mandatária do Depen, com as unidades federativas.

Assim, a Caixa formaliza, acompanha e apresenta a prestação de contas em relação aos projetos de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Além disso, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa Econômica Federal, é utilizado para balizar o custo das edificações. No caso de materiais ou serviços não disponíveis no Sistema utilizam-se os custos da construção civil como parâmetro.

Os projetos precisam, ainda, estar compatíveis com a Resolução nº 03, de 23/09/2005, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP, que editou as Diretrizes Básicas para construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais.

Em relação ao Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, os projetos só podem ser aprovados se obedecerem o regramento estabelecido na Portaria Interministerial MS/MJ nº 1.777, de 09/09/2003.

A Portaria Nº 38 - DEPEN/MJ, de 16/03/2007 estipulou o prazo até 30/04/2007 para apresentação dos pleitos pelos Estados, para antecipar a análise técnica, proporcionando uma maior execução do Fundo Penitenciário a partir de agosto de 2007.

As parcerias institucionais e bem sucedidas, com os Ministérios da Saúde e da Educação e com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/PR, demonstram que a interação multidisciplinar com vários órgãos públicos contribui para um alcance mais efetivo de metas e a implementação nacional da ação de reintegração do preso à sociedade.

3.1. Restrições a maior efetividade das ações

Como principais condicionantes para uma melhor atuação do Departamento e de seu Programa podemos apontar, primeiramente, a insuficiência de recursos humanos tanto na unidade central do Depen, em Brasília, quanto nas unidades desconcentradas - as Penitenciárias Federais.

Por meio do Decreto nº 5.834/06 a estrutura organizacional do Depen foi reformulada, com ampliação do número de cargos gerenciais. Houve também um incremento no número de servidores públicos, com o exercício de 463 Agentes Penitenciários Federais, visando operacionalizar as Penitenciárias Federais de Catanduvas/PR e Campo Grande/MS.

Todavia, não existe uma carreira meio no Departamento responsável pelas atividades relacionadas a serviços gerais, licitações, administração de recursos humanos, informática, execução orçamentária e financeira, gerenciamento de contratos, operacionalização de sistemas do Governo Federal (Comprasnet, Siasg, Siafi, Sidor, etc), dentre outras. A força de trabalho na área meio do Departamento representa 20,71% do efetivo total.

Assim, os Agentes, cuja atribuição é o atendimento, a vigilância, a custódia, a guarda, a assistência e a orientação de pessoas recolhidas às unidades de internação federais, estão exercendo atividades meio.

Apenas em dezembro de 2007, foram assinados os Contratos nº 33/2007, com a empresa Techno Service Cessão de Mão-de-Obra Ltda-ME, e nº 36/2007, com a empresa Nacional Empreendimentos e Serviços Administrativos Ltda., ambos para prestação de serviços de apoio administrativo para as Penitenciárias de Campo Grande e Catanduvas, respectivamente.

A força de trabalho do Depen (Unidade Central) continua com uma quantidade pequena de servidores ativos, do quadro permanente do serviço público, apenas 27,81 % do total, dentre os do próprio Ministério da Justiça e aqueles requisitados de outros órgãos públicos.

Os ocupantes de cargos comissionados, sem vínculo com o serviço público, representam 13,60% da força de trabalho do Departamento.

A mão-de-obra terceirizada corresponde a 49,11% da força de trabalho do Departamento, abrangendo estagiários e os seguintes contratos:

a) Contrato nº 115/2006, Processo nº 08008.002843/2005-03, com a empresa Fortesul Serviços Construções e Saneamento Ltda., cujo objeto é a execução de serviços de suporte operacional, recepção e apoio administrativo, substituiu o com a empresa Conservo Brasília Serviços Gerais Ltda.;

b) Contrato nº 002/2003, Processo nº 08005.000454/2002-12, para fornecimento de serviços de tecnologia da informação, cuja contratada é a empresa Politec Ltda.;

c) Contrato nº 003/2005, firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, cujo objeto é a utilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal.

A tabela abaixo contém a distribuição da força de trabalho do Departamento Penitenciário Nacional por categoria, discriminada por Unidade.

Tabela 1 – Força de Trabalho

Força de Trabalho						
Categoria	Quantidades					
	Unidade Central		Unidades Descentralizadas			
	Área Fim	Área Meio	Catanduvas/PR	Campo Grande/MS	Mossoró/RN	Porto Velho/RO
Servidores do Quadro	11	13	200	243	020	---
Sem Vínculo	21	02	001	---	001	---
Requisitados	19	04	---	01	---	---
Estagiários	06	01	---	---	---	---
Terceirizados Contrato nº 115/2006 - Fortesul	61	15	---	---	---	---
Terceirizados Contrato nº 08/2001 - Politec	08	---	---	---	---	---
Contrato nº 003/2005 - FUNAP	08	---	---	---	---	---
Terceirizados Contrato nº 36/2007 - Nacional	---	---	38	---	---	---
Terceirizados Contrato nº 33/2007- Techno Service	---	---	---	36	---	---
Total	134	35	239	280	21	---

A mão-de-obra terceirizada tem contribuído para o exercício das atribuições do Depen e para o alcance dos resultados. Atualmente, uma parcela considerável das atividades como análise de projetos, fiscalização de convênios, análise da prestação de contas de convênios, pesquisas de preços para contratações/aquisições, etc, vêm se desenvolvendo por intermédio de prestadores de serviço.

A carência de servidores também prejudica o monitoramento dos convênios firmados pelo Depen. Assim, principalmente nas áreas de reintegração social e penas alternativas,

adotou-se os relatórios de cumprimento de objeto – parciais e final – elaborados pelos convenentes para aprovação de prestações de contas.

Cabe ressaltar que as unidades penais federais carecem ainda de carreira para apoio especializado (médico, dentista, psicólogo, assistente social, enfermeiro, auxiliares, etc) para atuar na execução da pena das pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais, seguindo o padrão de assistência definida na Lei de Execução Penal. Outro aspecto, que reforça a necessidade deste tipo de profissional é a formação da Comissão Técnica de Classificação, composta por psiquiatra, psicólogo e assistente social, cujo papel é elaborar o programa individualizador da pena.

Desde 2006, o DEPEN/MJ vem promovendo gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no sentido de reverter a ausência de pessoal administrativo e de apoio especializado nas Penitenciárias Federais. Lamentavelmente, a despeito de todas as argumentações e alertas (até pelo perfil de periculosidade dos presos recolhidos nas Penitenciárias Federais), até a data de hoje tais gestões não tiveram desfecho positivo.

Outro ponto negativo é a inadequação do espaço físico na unidade central em Brasília. Mesmo que recebêssemos todo o quantitativo de pessoal necessário, não teríamos onde alocá-los, pois área física do Departamento é totalmente insuficiente. Assim, diversos setores hoje trabalham com profissionais amontoados e falta de espaço para a guarda e análise de processos. Isso compromete a concentração e o próprio clima organizacional do Departamento.

O Governo Federal não possuía experiência na gestão de penitenciárias, a criação do Sistema Penitenciário Federal trouxe dificuldades operacionais para o Departamento, principalmente, pelo fato das unidades penais federais estarem situadas em regiões geográficas distantes da sede em Brasília.

Como dependemos da Coordenação-Geral de Logística do Ministério, que realiza procedimentos licitatórios para órgãos até da Presidência da República (SEDH), muitos processos importantíssimos, como manutenção predial e de veículos não foram concluídos. Isso ocasionou a utilização demasiada de suprimentos de fundos, no âmbito das penitenciárias, para resolver situações que contratos citados anteriormente solucionariam.

Um aspecto que afeta as transferências voluntárias é a imposição legal de comprovação de regularidade dos Convenentes (Estados e Municípios), para efetivar o repasse de recursos. Assim, caso algum ente apresente algum registro impeditivo no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin e no Cadastro Único de Exigências para Transferência Voluntárias para Estado e Município – CAUC, enquanto persistir o problema, existe uma vedação temporária à efetivação do repasse de recurso financeiro. Como grande parte

do volume de recursos do Programa é objeto de descentralização (convênios e contratos de repasse), a não adequação de alguns entes prejudica ou pelo menos torna o processo de repasse mais moroso.

Tanto é assim que grande parte da execução do Fundo Penitenciário Nacional e do Programa ocorre apenas no segundo semestre, concentrando-se especialmente de outubro a dezembro de cada exercício.

Tendo em vista esta dificuldade, o Departamento adotará para o ano de 2008 um prazo para apresentação de projetos e análise até o primeiro semestre, possibilitando uma execução mais uniforme.

O Programa perdeu uma por importante fonte de receita, as Custas Judiciais, devido à aprovação da Emenda Constitucional nº 45/2004. Em 2005, esta receita foi substituída por recursos ordinários do tesouro (fonte 100). Todavia, em 2007, esta fonte não mais integrou os recursos para financiamento do Programa.

Outra dificuldade para o Programa é o lapso temporal entre a fase do empenho e a do pagamento de convênios e contratos de repasse relativos às edificações (construção, ampliação e reforma). Tendo em vista as diversas etapas deste tipo de projeto – liberação do terreno, obtenção da licença ambiental, elaboração do projeto executivo, licitação, adaptação do projeto, efetiva execução, intempéries climáticas, etc – o exercício no qual foi emitido o empenho é extrapolado. Normalmente, leva-se de 1 ano e meio a três anos para conclusão. Assim, a Unidade Gestora Caixa/Departamento possui um volume de restos a pagar muito alto.

Por fim, após a modificação organizacional do Departamento, pelo Decreto nº 5.834/06, o nosso novo regimento interno ainda não foi aprovado pela Secretaria-Executiva do Ministério. Dessa forma, o Departamento tem exercido atribuições não-regulamentadas informalmente e incompatíveis com o regimento anterior.

4. Gestão de Programas e Ações

4.1 Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal

4.1.1 Dados Gerais

Tabela 2 – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover a reintegração do apenado, internado e egresso do sistema penitenciário nacional e o atendimento a seus dependentes
Gerente do Programa	Mauricio Kuehne
Gerente Executivo	Cristiano Orém de Andrade
Indicador	Déficit de Vagas no Sistema Prisional
Público-alvo	Pessoas presas, condenadas, internadas e egressas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como os profissionais que atuam na área

4.1.2 Principais Ações do Programa

As ações do Programa são:

- a) 1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional;
- b) 11TW – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- c) 11TX – Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais;
- d) 11TY – Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais;
- e) 1701 – Aparelhamento e Reparelhamento de Estabelecimentos Penais;
- f) 3908 – Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional;
- g) 2272 – Gestão e Administração do Programa;

- h) 2314 – Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso;
- i) 2316 – Serviço Penitenciário Federal;
- j) 2526 – Capacitação em Serviços Penais;
- k) 0B01 – Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas;
- l) 0B02 – Apoio à Implantação e ao Reparcelamento de Escolas Penitenciárias;
- m) 0B76 - Apoio à Implantação e Reparcelamento de Ouvidorias e
- n) 2720 - Operações de Caráter Sigiloso².

Além disso, há duas ações de outros Programas: 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquentes -ILANUD e 2C52 - Serviços Especializados no Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.

Esclarecemos que da análise efetuada a seguir foram expurgados de cada ação os valores referentes ao crédito extraordinário recebido pelo Departamento em dezembro de 2007 e que, por acordo entre o Ministério da Justiça e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, não puderam ser utilizados. Sua reabertura ocorreu em 2008. Caso incluíssemos tais valores, estes influiriam negativamente nas metas de cada ação, em razão de sua não execução.

4.1.3 Gestão das Ações

4.1.3.1 Ação 1A18 – Construção da Escola Penitenciária Nacional

Tabela 3 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Criar espaço físico adequado à concepção, ao planejamento e à execução de ações voltadas para a formação e capacitação do pessoal penitenciário no país. Tendo em vista a consolidação do sistema penitenciário federal e a criação de diversas carreiras penitenciárias no âmbito da União, a ação vai dotar o Departamento Penitenciário Nacional de melhores condições para a promoção de capacitação dos servidores de estabelecimentos penais federais e das Unidades da Federação e no aperfeiçoamento da administração penitenciária.

² A presente ação não foi implementada em 2007, houve apenas a sua criação.

Descrição	Edificação de espaço físico contendo salas de aula, auditório, biblioteca, alojamento, quadra poli-esportiva e demais ambientes necessários ao desenvolvimento de atividades voltadas à formação e capacitação profissional do pessoal penitenciário.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Coordenador nacional da ação	Eurico de Salles Cidade
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.1.1 Resultados

Nesta ação são alocados os recursos para custear as despesas com a construção da Escola Penitenciária Nacional – ESPEN, uma edificação, com área aproximada de 13.835 m² espaço próprio que possa sediar a realização de cursos de formação para os servidores penitenciários da União.

Houve muita morosidade no procedimento licitatório para a contratação do projeto executivo da Escola. Apenas em 31/06/2007 foi firmado o Contrato nº 13/2007, Processo nº 08016.002744/2005-14, com a empresa JCA - Engenharia e Arquitetura Ltda.

Os recursos da ação foram utilizados para o desenvolvimento do projeto executivo da Escola, cujo prazo inicial de conclusão é 12/02/2008. Foi solicitado um termo aditivo para acréscimo de serviços, com utilização do percentual de 25%, passando o valor total do contrato para R\$ 452.375,00, e extensão do prazo de execução para 11/03/2008.

Tabela 4 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
449051	OBRAS E INSTALACOES	-	385.000,00	385.000,00	38.500,00
Total			385.000,00	385.000,00	38.500,00

A meta prevista não pode ser alcançada, devido à lentidão no trâmite interno do Ministério para conclusão do procedimento licitatório. Isto comprometeu a previsão inicial de início da execução da obra ainda em 2007.

Tabela 5 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	20% execução física	8% execução física	2,26% execução física
FINANCEIRAS	R\$ 4,000 milhões	R\$ 500 mil	R\$ 385 mil

A ação encontra-se seriamente prejudicada para 2008, tendo em vista a decisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mesmo após apresentação do estudo de pré- viabilidade da construção, de não autorizar a sua permanência. Fizemos ainda gestões junto ao Congresso Nacional, no sentido de inserir novamente a ação no Projeto da Lei Orçamentária Anual, todavia nossos esforços não comoveram os parlamentares. Assim, teremos um projeto executivo, temos o terreno, mas não temos ação orçamentária para prosseguimento da construção.

4.1.3.2 Ação 1701 - Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais

Tabela 6 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar o aparelhamento ou reaparelhamento das estruturas de serviços essenciais dos estabelecimentos penais.
Descrição	Apoio, por meio de convênios ou outros instrumentos legais, à aquisição de veículos especiais, máquinas, equipamentos e instalações destinados, exclusivamente, aos serviços essenciais dos estabelecimentos penais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação - CGAPAI
Coordenador nacional da ação	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.2.1 Resultados

Grande parte da dotação orçamentária, cerca de 83%, foi utilizada para celebração de convênios firmados com as Unidades Federativas para o financiamento de projetos de aparelhamento e reaparelhamento das unidades penitenciárias do país. Dentre os convênios mais importantes de 2007 podemos citar: aquisição de veículos especializados para transporte de presos (veículos do tipo cela e ambulâncias); equipamentos de segurança eletrônica (Raio-X, detector de metal dos tipos pórtico e manual); equipamentos de informática; equipamentos hospitalares, etc.

Também foram adquiridos equipamentos para as Penitenciárias Federais, com a utilização diretamente pelo Depen de 17% da dotação, para mobiliário, detectores portáteis de traços de substâncias ilícitas (espectrômetros), veículos e equipamentos de segurança.

Tabela 7 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	AL	509.166,00	509.166,00	509.166,00
		AM	521.730,00	521.730,00	521.730,00
		AP	187.549,00	187.549,00	0,00
443042	AUXILIOS	BA	1.480.098,70	1.480.098,70	1.480.098,70
		CE	374.220,00	374.220,00	0,00
		DF	4.470.300,00	4.470.300,00	3.412.800,00
443042	AUXILIOS	ES	230.189,11	230.189,11	0,00
		GO	2.821.137,83	2.821.137,83	2.821.137,83
		MG	947.757,13	947.757,13	947.757,13
		MS	1.539.313,10	1.539.313,10	1.539.313,10
443042	AUXILIOS	MT	2.562.527,73	2.562.527,73	0,00
		PA	886.513,43	886.513,43	711.000,00
		PE	1.143.283,42	1.143.283,42	0,00
		PI	237.870,00	237.870,00	237.870,00
443042	AUXILIOS	RJ	988.800,00	988.800,00	0,00
		RN	740.572,89	740.572,89	740.572,89
		RO	1.223.573,40	1.223.573,40	0,00
		RR	15.486,75	15.486,75	0,00
443042	AUXILIOS	RS	768.000,00	768.000,00	0,00
		SC	540.000,00	540.000,00	0,00
		SE	390.600,00	390.600,00	0,00
		SP	2.548.053,28	2.548.053,28	2.548.053,28
		TO	35.482,57	35.482,57	35.482,57
449052	EQUIPAMEN-	-	5.209.979,26	5.209.979,26	1.803.978,04

Tabela 7 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
	TOS E MATERIAL PERMANENTE				
Total			30.372.203,60	30.372.203,60	17.308.959,54

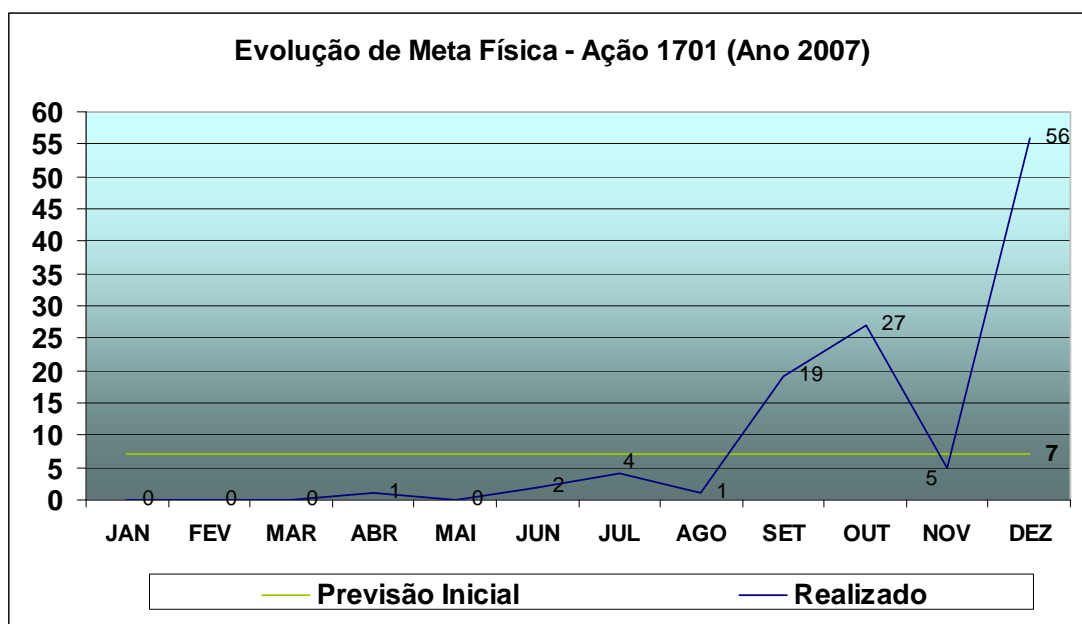
Como demonstrado na tabela abaixo, houve uma superação da meta, tanto em relação à previsão inicial quanto à previsão corrigida. Talvez, a obrigatoriedade da utilização da modalidade licitatória denominada pregão também pelos entes Convenientes possibilitou uma redução no preço final dos itens, possibilitando um alcance maior da ação.

Tabela 8 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	84 unidades aparelhadas/reaparelhadas	101 unidades aparelhadas/reaparelhadas	115 unidades aparelhadas/reaparelhadas
FINANCEIRAS	R\$ 29,800 milhões	R\$ 33,890 milhões	R\$ 30,372 milhões

A execução da ação concentrou-se no segundo semestre, após setembro, conforme demonstra o gráfico abaixo, onde o maior número de projetos foi aprovado entre os meses de novembro e dezembro. Cabe esclarecer que do volume de pleitos apresentados, cerca de 54% foram atendidos.

Gráfico 1 –Evolução da Ação



4.1.3.3 Ação 0B02 - Apoio à Implantação e ao Reparelhamento de Escolas Penitenciárias

Tabela 9 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar as instituições voltadas à melhoria da qualificação dos profissionais da execução penal, visando proporcionar tratamento adequado às disposições da Lei de Execução Penal.
Descrição	Aquisição de acervo bibliográfico, equipamentos de informática e mobiliário a serem empregados em atividades de formação, capacitação e valorização do profissional da execução penal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino - CGRSE
Coordenador nacional da ação	Vivian Murbach Coutinho
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.3.1 Resultados

As Escolas Penitenciárias são centros de excelência em execução penal, que buscam apoiar as iniciativas estaduais e federais voltadas à melhoria da qualificação dos operadores do sistema penal. Ao longo dos últimos 03 anos o DEPEN conseguiu sensibilizar várias unidades federativas para a necessidade de implantação das escolas. Assim, o cenário atual é de 25 Escolas Penitenciárias implantadas ou em processo de implantação. Inclusive as escolas de São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram implantadas com recursos do próprio ente federado.

Agentes penitenciários, diretores de estabelecimentos penais e servidores recebem nas escolas penitenciárias capacitação voltada para atividades pedagógicas, direitos humanos e atividades práticas sobre a rotina dos estabelecimentos penitenciários.

No ano de 2007, foram firmados 07 Convênios de Implantação de Escolas de Administração Penitenciária nos Estados do Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e 01 para reapearelhamento da Escola de Gestão Penitenciária do Estado do Paraná.

Tabela 10 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	AC	137.364,84	137.364,84	137.364,84
		AP	111.016,43	111.016,43	0,00
		BA	113.577,75	113.577,75	113.577,75
443042	AUXILIOS	DF	123.800,60	123.800,60	123.800,60
		PE	150.037,76	150.037,76	0,00
		PR	42.268,00	42.268,00	0,00
443042	AUXILIOS	RR	87.630,30	87.630,30	0,00
		SC	135.644,45	135.644,45	135.644,45
Total			901.340,13	901.340,13	510.387,64

Os valores dos projetos apresentados pelos Estados foram bem inferiores à estimativa inicial de R\$ 323,3 mil, fato esse que permitiu atender mais projetos e, conseqüentemente, superar a meta física prevista. Ressaltamos, que houve um equívoco no preenchimento das metas físicas no Sigplan, pois consideramos apenas o recurso efetivamente pago.

Tabela 11 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	3 escolas apoiadas	3 escolas apoiadas	8 escolas apoiadas
FINANCEIRAS	R\$ 970,000 mil	R\$ 970,000 mil	R\$ 901,340 mil

Além da implantação das escolas, a ação realizou o I Seminário Nacional Sobre Implantação e Fortalecimento de Escolas de Administração Penitenciária, entre os dias 12 e 13 de abril de 2007 em Brasília/DF. O evento teve como objetivo de consolidar uma Política de Educação em Serviços Penais e estimular a construção de Projetos Políticos Pedagógicos em consonância com a Matriz Curricular Nacional e o Guia de Referência para a Gestão da Educação em Serviços Penais. Este seminário também serviu para o estabelecimento de uma agenda de trabalho entre a União e as Escolas de Administração Penitenciária Estaduais.

Participaram do evento aproximadamente 100 (cem) pessoas, dentre representantes dos Estados, Diretores de Escolas de Administração Penitenciária; servidores penitenciários e psicólogos vinculados à área de educação; professores de universidades; representantes do MEC e do Conselho Federal de Psicologia.

4.1.3.4 Ação 0B76 - Apoio à Implantação e Reparelhamento de Ouvidorias

Tabela 12 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a implantação e o reaparelhamento de ouvidorias no âmbito dos sistemas penitenciários estaduais de forma a aprimorar a participação e o controle social nas políticas públicas voltadas para a execução penal.
Descrição	Aquisição de materiais de informática e mobiliário voltados para a estruturação e aprimoramento das ouvidorias dos sistemas penitenciários estaduais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Gabinete do Diretor-Geral
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Ouvidoria do Sistema Penitenciário - OSPEN
Coordenador nacional da ação	Kellyane Rodrigues Passos Moreno
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.4.1 Resultados

Com o objetivo de fortalecer os mecanismos de controle interno e externo da execução penal, foi criada no exercício de 2007 esta ação. A implantação de ouvidorias autônomas do sistema penitenciário foi incluída como uma das metas do Plano Diretor do Sistema Penitenciário, compromisso firmado pelas 11 (onze) Unidades da Federação, em que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, será inicialmente implementado.

Os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte, Alagoas e Acre receberam recursos para aparelhamento e reaparelhamento das respectivas ouvidorias do sistema penitenciário. No exercício de 2007, foram priorizadas as Unidades Federativas que contavam com ouvidorias especializadas no âmbito de sua estrutura orgânica, visando à efetividade do investimento, em razão do atraso na remessa de projetos.

Tabela 13 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	AC	33.878,63	33.878,63	33.878,63
		AL	28.739,70	28.739,70	0,00
		GO	34.913,77	34.913,77	0,00
443042	AUXILIOS	MG	49.600,00	49.600,00	49.600,00
		RN	32.329,94	32.329,94	32.329,94
		SP	13.261,24	13.261,24	0,00
		AC	33.878,63	33.878,63	33.878,63
		AL	28.739,70	28.739,70	0,00
Total			192.723,28	192.723,28	115.808,57

A meta foi superada pela opção de priorizar os projetos apresentados pelas Unidades Federativas que já contavam com a ouvidoria do sistema penitenciário em sua estrutura orgânica, em razão da necessidade de tempo para o trâmite administrativo de reestruturação organizacional para criação de uma nova unidade nos Estados que ainda não contam com ouvidorias especializadas. Nesse sentido, o apoio ao reaparelhamento demandou um investimento menor do que aquele necessário à implantação.

Tabela 14 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	4 ouvidorias apoiadas	4 ouvidorias apoiadas	6 ouvidorias apoiadas
FINANCEIRAS	R\$ 200,000 mil	R\$ 200,000 mil	R\$ 192,723 mil

Por meio da ação são inspecionados, periodicamente, os estabelecimentos penais. Em razão da escassez de pessoal, a unidade prioriza os estabelecimentos com graves denúncias de violações a direitos humanos. A partir do segundo semestre de 2007 os estabelecimentos penais femininos passaram a ser o foco das visitas, em razão de denúncias relativas à deficiências estruturais e violações a direitos humanos formuladas contra o Estado Brasileiro perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Estes estabelecimentos também serão priorizados no exercício de 2008.

Em 2007 foram realizadas inspeções em 19 estabelecimentos penais, conforme tabela abaixo:

Tabela 15 – Inspeções

MUNICÍPIO	MÊS	ESTABELECIMENTO PENAL
Porto Velho/RO	Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Detenção José Mário Alves da Silva – “Urso Branco” • Penitenciária Feminina de Rondônia
Catanduvas/PR	Fevereiro	<ul style="list-style-type: none"> • Penitenciária Federal de Catanduvas
São Paulo/SP	Março	<ul style="list-style-type: none"> • Penitenciária Feminina de Sant’ana • Penitenciária Feminina da Capital
Águas Lindas/GO	Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Cadeia Pública de Águas Lindas
Luiziânia/GO	Abril	<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Detenção Provisória de Luiziânia
São Paulo/SP	Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Penitenciária Feminina de Sant’ana • Penitenciária Feminina da Capital • Penitenciária Feminina Marina Marigo Cardoso de Oliveira – “Butantan” • Centro de Atendimento Hospitalar à Mulher Presa
Porto Velho/RO	Agosto	<ul style="list-style-type: none"> • Casa de Detenção José Mário Alves da Silva – “Urso Branco” • Penitenciária Feminina de Rondônia
Belo Horizonte/MG	Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Penitenciária Feminina Estevão Pinto – PIEP • Carceragem da Divisão de Tóxicos e Entorpecentes • Carceragem da 16ª Delegacia Feminina – Pampulha • Carceragem da Superintendência de Polícia Federal • Centro de Remanejamento Prisional de Belo Horizonte – CERESP Gameleira
Ribeirão das Neves/MG	Novembro	<ul style="list-style-type: none"> • Presídio Dutra Ladeira

A ação só não foi mais efetiva devido à demora no trâmite administrativo dos processos para criação de novas ouvidorias, tanto do Poder Executivo, quanto no Poder Legislativo dos Estados. Além disso, houve a troca de gestor da ação, o que resultou na articulação tardia com as Unidades Federativas e na apresentação de projetos apenas no final do segundo semestre de 2007. Também, interferiu na efetividade da ação a insuficiência de recursos humanos, principalmente pessoal técnico para elaboração de projetos no âmbito dos Estados e análise de projetos

e formalização dos instrumentos necessários à transferência voluntária de recursos no âmbito da União.

Foi concluído o desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais da Ouvidoria – SIGO, uma ferramenta que possibilitará a padronização do fluxo dos processos de responsabilidade da Coordenação da ação, além da emissão de relatórios gerenciais, auditoria dos processos e levantamento de índices e indicadores do sistema penitenciário. O sistema também irá contribuir para a redução do tempo de resposta aos interessados e na otimização do trabalho da equipe da Ouvidoria, em razão da carência de recursos humanos.

No mês de dezembro de 2007, iniciou-se o procedimento de retomada da responsabilidade pelas ações de fomento à implantação e ao funcionamento de Conselhos de Comunidade em conjunto com os executores da ação 2314. A partir de 2008, os aspectos relativos a estes conselhos serão de responsabilidade exclusiva da ação. Nesse contexto, foram traçadas metas para o exercício de 2008 no sentido de promover a ação conjunta de Conselhos da Comunidade, Conselhos Penitenciários, Ouvidorias Especializadas do Sistema Penitenciário e demais instituições envolvidas com a participação social na execução da pena, com o fim de otimizar o trabalho das redes sociais.

Estuda-se a contratação de consultores para a realização de pesquisas sobre a estrutura e o funcionamento de ouvidorias e para a capacitação das unidades federativas na elaboração e análise de projetos e monitoramento de convênios.

4.1.3.5 Ação 0B01 - Apoio a Serviços de Acompanhamento da Execução de Penas e Medidas Alternativas

Tabela 16 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a implantação de serviços de acompanhamento, monitoramento e execução de penas e medidas alternativas.
Descrição	Financiamento da implementação de serviços de acompanhamento e monitoramento da execução de penas e medidas alternativas, inclusive com a aquisição de bens e serviços.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas - CGPMA

Coordenador nacional da ação	Márcia de Alencar Araújo Matos
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.5.1 Resultados

O Brasil totaliza 2.510 comarcas, em que apenas 267 desenvolvem serviços especializados na área de penas e medidas alternativas, ou seja, 10,6% do total existente. Entretanto, o número de aplicação de penas e medidas alternativas ultrapassou o total de presos, são 422.522 cumpridores de penas e medidas alternativas no Brasil, contra 419.551 presos no mesmo período, conforme dados da tabela 18.

Estatísticas demonstram que um terço da massa carcerária, cerca de 140 mil detentos, poderia ser beneficiada por este instituto. O DEPEN, visando implantar o Sistema Integrado de Gestão do Monitoramento das Penas e Medidas Alternativas no Brasil, vem fomentando soluções de natureza político-institucional e técnico-operacional, voltadas à melhoria dos mecanismos e práticas institucionais desenvolvidos pelas Unidades da Federação, por meio de uma ação integrada com atividades de normatização, suporte, orientação, acompanhamento, monitoramento e difusão das experiências de sucesso, resultantes da implementação de políticas públicas sustentáveis de prevenção criminal e inclusão social.

Foram publicadas as Portarias nº 038/2007 e nº 136/2007 com o objetivo de:

- a) apoiar as unidades federativas e os membros da sociedade civil na elaboração de Projetos de Prevenção Criminal que contribuam para a promoção das medidas despenalizadoras e das alternativas à prisão, através do desenvolvimento de ações integradas da rede institucional que compõe o Sistema de Justiça; e
- b) valorizar a sustentabilidade dos programas pelo Poder Executivo local.

As Defensorias Públicas-Gerais de 06 (seis) estados da Federação - Pará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo - apresentaram projetos visando à implantação do Programa de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório Passível de Penas Alternativas, atendendo à estratégia do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRO-NASCI.

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
333041	CONTRIBUI- COES	AC	90.292,10	90.292,10	0,00
		AP	41.561,99	41.561,99	0,00
		BA	83.995,00	83.995,00	83.995,00
		ES	321.818,00	321.818,00	0,00
		MG	90.000,00	90.000,00	0,00
		MS	49.228,00	49.228,00	49.228,00
		PA	151.308,00	151.308,00	0,00
333041	CONTRIBUI- COES	PB	57.500,00	57.500,00	0,00
		PE	52.014,92	52.014,92	0,00
		PI	74.037,92	74.037,92	0,00
		RO	60.792,00	60.792,00	0,00
		SE	60.000,00	60.000,00	60.000,00
		SP	10.000,00	10.000,00	0,00
		TO	38.651,60	38.651,60	38.651,60
339014	DIARIAS - PESSOAL CI- VIL	-	20.743,59	20.743,59	20.743,59
339033	PASSAGENS E DESPEAS COM LOCO- MOCAO	-	175.000,00	175.000,00	160.327,39
339036	OUTROS SER- VICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	42.855,22	42.855,22	42.855,22
443041	CONTRIBUI- COES	MS	30.000,00	30.000,00	30.000,00
		PE	35.480,00	35.480,00	0,00
		SE	40.000,00	40.000,00	40.000,00
		TO	33.920,00	33.920,00	33.920,00
443042	AUXILIOS	AC	24.853,00	24.853,00	0,00
		AP	32.926,38	32.926,38	0,00
		BA	4.430,00	4.430,00	4.430,00
		ES	138.941,00	138.941,00	0,00
		PA	3.749,00	3.749,00	0,00
		PI	20.000,00	20.000,00	0,00
		RO	41.200,00	41.200,00	0,00
		SP	80.000,00	80.000,00	0,00
Total			1.905.297,72	1.905.297,72	564.150,80

A meta foi superada pela divisão de responsabilidades e de custos da implantação das Centrais com as unidades da Federação. Em alguns casos, os custos foram significativamente reduzidos devido à existência de uma estrutura operacional preexistente. Os projetos visaram fomentar a criação de Varas ligadas aos Tribunais de Justiça, de Centrais de Apoio ligadas às Secretarias e os Núcleos de Execução de Penas Alternativas no Interior dos Estados, e não mais implantar os serviços. Foram realizados 13 convênios (AC, BA, ES, MG, MS, PB, PE, PI, RO, SE, SP e TO), além de 05 ações de apoio advindas de reuniões da CONAPA, da realização do III CONEPA e da Capacitação Regional.

Tabela 18 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	10 serviços apoiados	10 serviços apoiados	18 serviços apoiados
FINANCEIRAS	R\$ 2,000 milhões	R\$ 2,000 milhões	R\$ 1,905 milhão

Hoje, o país conta com 18 Varas Especializadas e 249 Centrais de Apoio, Núcleos de Monitoramento e Serviços de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

Como principais dificuldades para melhores resultados da ação elencamos: o atraso na aprovação do orçamento da União; a inadimplência das Unidades Federativas, que prejudicou o repasse das parcelas referentes aos convênios celebrados; a equipe reduzida; a não-liberação do superávit do FUNPEN a tempo de ser utilizado.

A Coordenação da ação estuda a contratação de consultores, possibilitando a realização de pesquisas sobre a aplicação e execução de Penas e Medidas Alternativas no Brasil.

Como outros resultados da ação citamos a criação, em abril de 2007, de órgão consultivo da Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas – CONAPA, junto à Coordenação da ação, cuja finalidade é contribuir na elaboração de planos nacionais que versem sobre Sistema de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos; propor fóruns públicos para debater a Política Nacional de Fomento às Penas e Medidas Alternativas; sugerir projetos de alteração legislativa no âmbito das penas e medidas alternativas; estimular a aplicação dos substitutos penais e zelar pela qualidade do monitoramento da execução das penas e medidas alternativas em todas as unidades da federação; difundir as penas e medidas alternativas como instrumento eficaz de punição e responsabilização; estimular parcerias entre os operadores do Direito, as autoridades públicas e a sociedade civil organizada.

O DEPEN assegurou a continuidade do Programa de Capacitação Continuada sobre Penas e Medidas Alternativas ao eleger a Região Norte como destinatária do III Ciclo de

Capacitação, realizado em Alter do Chão/Pará, em outubro de 2007, cujo objetivo foi qualificar as equipes técnicas e os operadores de direito envolvidos no processo de interiorização das Centrais, Núcleos e Varas de Execução de Penas e Medidas Alternativas.

Em novembro de 2007, foi realizado o III CONEPA - Congresso Nacional de Execução de Penas e Medidas Alternativas, em parceria com o Governo do Estado de Minas Gerais, tendo por público-alvo estudantes de direito, advogados, Secretários de Estado, Deputados, representantes dos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público, Colegiado de Defensores Públicos-Gerais e membros do Sistema de Justiça. O evento contou com aproximadamente 713 participantes. Saliente-se que do referido Congresso resultou a Carta de Belo Horizonte, um conjunto de diretrizes para a Política de Fomento às Penas e Medidas Alternativas no Brasil, com foco na Prevenção à Criminalidade.

Por fim, houve a decisão histórica do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias - CNPCP, por meio da Resolução nº 05, de 11/12/2007, que recomendou ao DE-PEN a destinação, em seu orçamento anual, de verba não inferior ao custo total previsto para a construção de uma unidade prisional federal, aproximadamente R\$ 25 milhões, para a implantação, ampliação e melhoria dos seus órgãos de execução de penas e medidas alternativas.

TABELA 19 – APLICAÇÃO E EXECUÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

	AP	RO	AC	AL	CE	BA	AM	GO	MA	PI	DF	SE	ES	MG	MS	SP	TO	MT
Penas Aplicadas	525		149	537	241	5322	1674	1420	722	525	11328	3326	3725	5398	1121	7020	1487	1153
Medidas Aplicadas	-	2589	284	1734	3.926	10345	3835	2894	1213	894	3026	4894	6884	11718	3004	11027	3220	2783
SUBTOTAL	525	2589	433	2271	4167	15667	5509	4314	1935	1419	14354	8220	10609	17116	4125	18047	4707	3936
Penas em Execução	703	498	241	680	975	705	818	586	439	320	2.965	434	5809	1888	741	4371	410	653
Medidas em Execução	1680	2160	370	1145	2113	2.320	1196	1235	481	393	1743	753	2411	1835	492	4350	817	785
SUBTOTAL	2383	2658	611	1825	3088	3025	2014	1821	920	713	4708	1187	8220	3723	1.233	8721	1227	1438

	PA	PB	PE	PR	PR	RJ	RS	RN	RR	SC	TO	TOTAL
Penas Aplicadas	1820	894	5294	6.935	6.935	9.122	4.984	974	572	-	1487	76268
Medidas Aplicadas	2823	926	13522	7990	7990	225202	15747	589	23	7935	3220	346254
SUBTOTAL	4643	1820	14044	14924	14924	236324	20731	1563	595	7935	4707	422522
Penas em Execução	551	377	2613	1462	1462	2760	4657	659	323	223	410	32080
Medidas em Execução	985	535	6230	4561	4561	6259	6883	172	72	-	817	46809
SUBTOTAL	1536	912	8843	6023	6023	9019	11540	831	395	223	1227	88837

Fonte: serviços públicos de acompanhamento, fiscalização ou monitoramento de penas e medidas alternativas das unidades da federação, a ser validado pela Comissão Nacional de Apoio às Penas e Medidas Alternativas – Conapa até 22/02/2008. Período de referência: janeiro a novembro de 2007. Ressalvamos que os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Tocantins ainda não entregaram dados atualizados de 2007, assim repetimos os valores apresentados em dezembro de 2006.

4.1.3.6 Ação 2526 - Capacitação em Serviços Penais

Tabela 20 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Induzir e apoiar iniciativas locais destinadas a promover a melhoria da qualificação do pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade e restritivas de direito e medidas de segurança, a fim de propiciar a consolidação de padrões de referência na prestação de serviços penais em consonância com regras e princípios estabelecidos na Lei de Execução Penal.
Descrição	Prestação de suporte técnico e financeiro a ações educativas dirigidas ao pessoal envolvido na execução de penas privativas de liberdade e medidas de segurança.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino - CGRSE
Coordenador nacional da ação	Vivian Murbach Coutinho
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.6.1 Resultados

A ação de capacitação em serviços penais está relacionada à formação e capacitação do servidor penitenciário, afim de que suas atividades sejam exercidas de acordo com os escopos da Lei de Execução Penal, ou seja: as questões de segurança, direitos dos presos, devido tratamento penal e reintegração do preso, atuando de forma integrada. Para tanto, o DEPEN apóia os Estados na realização de cursos de formação e capacitação, bem como em cursos que visam elevar a escolaridade dos presos, como os de pós-graduação e de tecnólogos.

Em 2007, priorizamos projetos de elevação da escolaridade dos servidores, assim, foram firmados 06 Convênios que prevêm a execução de cursos de especialização em gestão penitenciária, com os Estados de Ceará, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio de Janeiro. Além disso, foram firmados outros 21 Convênios para formação e capacitação de servidores penitenciários. Ao todo foram 1.980 pessoas beneficiadas.

Tabela 21 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
333041	CONTRIBUI-COES	AC	341.331,19	341.331,19	0,00
		BA	51.189,07	51.189,07	51.189,07
		CE	158.960,00	158.960,00	0,00
		DF	618.196,46	618.196,46	0,00
		ES	35.215,20	35.215,20	0,00
		GO	191.357,96	191.357,96	91.357,96
		MA	111.003,79	111.003,79	0,00
333041	CONTRIBUI-COES	MS	185.311,65	185.311,65	120.287,42
		PE	153.418,41	153.418,41	0,00
		PI	49.500,00	49.500,00	49.500,00
		PR	38.620,24	38.620,24	0,00
		RJ	61.735,48	61.735,48	0,00
		RN	118.119,30	118.119,30	5.158,00
		RO	468.080,38	468.080,38	0,00
		RS	49.498,40	49.498,40	0,00
		SE	110.381,29	110.381,29	110.381,29
		SP	129.442,20	129.442,20	129.442,20
335041	CONTRIBUI-COES	PE	75.000,00	75.000,00	0,00
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	-	61.922,67	61.922,67	61.922,67
339030	MATERIAL DE CONSUMO	GO	39.390,73	39.390,73	0,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	DF	294.740,28	294.740,28	270.722,95
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	DF	267.894,45	267.894,45	118.778,25
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	GO	5.000,00	5.000,00	0,00
339139	OUTROS SERV.TERCEIROS-PES.JURIDOP.INTRA-ORC.	DF	18.400,00	18.400,00	18.400,00

Tabela 21 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339147	O- BRIG. TRIBUT. E CONTRIB- OP. INTRA- ORCAMENTA- RIAS	AC	42.793,23	42.793,23	7.944,00
Total			3.676.502,38	3.676.502,38	1.035.083,81

A superação da meta ocorreu em função da otimização dos recursos destinados às ações de educação nas prisões.

Tabela 22 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	2.000 pessoas capacitadas	2.000 pessoas capacitadas	2.797 pessoas capacitadas
FINANCEIRAS	R\$ 5,500 milhões	R\$ 5,500 milhões	R\$ 3,676 milhões

A Portaria nº 09, de 10/02/2006, define a execução direta de formação e capacitação de servidores penitenciários pelo DEPEN. Em 2007, foram realizados dois cursos:

Tabela 23 – Capacitações diretas

UF	CURSO	PESSOAS CAPACITADAS
PA	Qualificação Gerencial dos Gestores de Núcleo de Unidades Penais	160
AC	Projeto Político Pedagógico da Capacitação dos Agentes de Segurança do IAPEN	417
TOTAL		577

Ainda, diretamente, o Departamento promoveu dois seminários, de capacitação, conforme disposto abaixo:

Tabela 24 – Seminários

UF	CURSO	PESSOAS CAPACITADAS
MS	Seminário Estadual: A prática e tratamento penal no Estado do Mato Grosso do Sul	120
PB	Seminário Regional da Paraíba	120
TOTAL DE PESSOAS CAPACITADAS		240

Realizamos, ainda, o I Treinamento para elaboração de Projetos e Formalização de Convênios, entre os dias 15 e 16/10/2007, no Auditório Tancredo Neves, no próprio Ministério da Justiça, com o objetivo de aprimorar o relacionamento entre os órgãos responsáveis pela administração penitenciária nas Unidades Federativas e o Governo Federal, além de orientar a elaboração de projetos de forma a otimizar a solicitação e execução de recursos do FUNPEN.

O treinamento contou com representação de 26 unidades da federação e foi dividido em quatro oficinas de elaboração de projetos: 1 - Atenção à Saúde; 2 - Capacitação dos Servidores Penitenciários e Educação; 3 - Assistência Jurídica, Patronatos e Conselhos da Comunidade e 4 - Profissionalização e outras Assistências.

Durante o evento foi distribuído o Manual de Projetos e Convênios - Reintegração Social, Ensino e Saúde e um CD com a legislação, os manuais e as apresentações a serem distribuídas para os participantes.

O Departamento firmou uma importante parceria com o Conselho Federal de Psicologia, no intuito de criar uma política pública voltada para um tratamento penal digno. Em 2007, foi solicitada a publicação de 1.500 exemplares de um manual voltado para a formação dos profissionais de Psicologia que atuam no sistema penitenciário.

A coordenação da ação ressenete-se da falta de recursos humanos para contatar os docentes; aprovar os projetos; organizar os cursos e acompanhar in loco os cursos. Por esta razão, foram realizados tão poucos cursos e seminários diretamente pelo Depen.

4.1.3.7 Ação 11TW - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais

Tabela 25 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar a construção de edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça.
Descrição	Apoio à criação de vagas nos sistemas penitenciários estaduais e executados por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Engenharia e Arquitetura

Coordenador nacional da ação	Eurico de Salles Cidade
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.7.1 Resultados

As obras financiadas pelo FUNPEN têm a finalidade precípua de gerar vagas para atender às demandas das Unidades Federativas, mas, colaboram, também, na criação de novos postos de trabalho na construção civil, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Por meio do Contrato n° 003/2004, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 27/12/2004, foram firmados 22 contratos de repasse com os Estados, tendo em vista a atuação desta instituição como mandatária do Depen, conforme já explicitado no item 2 deste relatório.

Tabela 26 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-	838.335,00	838.335,00	763.306,20
339092	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	271.664,15	271.664,15	271.664,15
443042	AUXÍLIOS	AC	1.979.170,00	1.979.170,00	0,00
		AL	143.911,51	143.911,51	0,00
		AM	15.562.237,90	15.562.237,90	0,00
		AP	4.050.000,00	4.050.000,00	0,00
		BA	28.118.043,90	28.118.043,90	0,00
		CE	4.856.413,24	4.856.413,24	0,00
		GO	2.502.401,35	2.502.401,35	0,00
443042	AUXÍLIOS	MA	21.596.221,36	21.596.221,36	0,00
		MT	382.104,00	382.104,00	0,00
		RN	315.947,86	315.947,86	0,00
		RS	21.492.153,58	21.492.153,58	0,00
		SC	52.784,00	52.784,00	52.784,00
		SE	3.665.783,41	3.665.783,41	0,00

Tabela 26 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
		SP	21.000.000,00	21.000.000,00	0,00
449051	OBRAS E INSTALACOES	-	553.540,45	553.540,45	0,00
Total			127.380.711,71	127.380.711,71	1.087.754,35

A ação financiou, em 2007, por meio de contratos de repasse firmados pela Caixa, 4.743 (quatro mil, setecentos e quarenta e três) novas vagas no Sistema Penitenciário Nacional. As vagas financiadas por esta ação encontram-se na tabela abaixo. Ressalte-se que estas vagas serão disponibilizadas em exercícios subseqüentes.

Tabela 27 – Vagas Financiadas em 2007 IITW

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas
AL	0243809-92	Construção do Centro Cultural Ecumênico na Penitenciária Feminina de Santa Luzia – Maceió	0
AM	0232556-15	Construção da Cadeia Pública de Manaus	540
AP	0236767-55	Construção de Penitenciária de Segurança Máxima no Estado	196
BA	0232555-01	Construção da Penitenciária de Barreiras	466
BA	0246027-07	Construção da Cadeia Pública de Salvador	428
CE	0238686-16	Construção da Cadeia Pública de Tianguá	150
CE	0238687-20	Construção da Cadeia Pública de Aracati	150
GO	0232550-51	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de Goiânia	96
GO	0232552-79	Ampliação da Cadeia Pública do Novo Gama	24
GO	0232553-83	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto	48
GO	0232551-65	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaizo	24
MA	0240506-73	Construção de Penitenciária em Imperatriz	210
MA	0236768-69	Construção do Presídio Feminino em Pedrinhas - São Luís	210
MA	0243528-96	Ampliação do Presídio de São Luís	208
MT	0243529-09	Ampliação da Unidade de Saúde II – Penitenciária Pascoal Ramos	18
RN	0238685-02	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves	12
RS	0234649-65	Construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves	360

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas
RS	0236769-73	Construção da Penitenciária Estadual de Guaíba	708
SE	0229398-37	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de N.Senhora da Glória	24
SE	0229399-41	Adequação do Hospital Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno em Penitenciária Feminina - Nossa Senhora do Socorro	119
SE	0243530-37	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho	154
SP	0238887-48	Construção de Penitenciária Feminina em Tremembé	598
		TOTAL	4.743

Os convênios de construção são plurianuais, demandando um prazo que varia de 12 a 24 meses, contados a partir do início da execução da obra, vencidas por tanto, as etapas de definição do terreno, licença ambiental e licitação. Por esta razão o quantitativo de vagas é computado no exercício da celebração, embora o projeto ainda não esteja concluído e as vagas não tenham sido efetivamente geradas. Ressalte-se que uma emenda parlamentar trouxe consigo a meta física de 20.000 vagas, totalizando a ação com 23.415 vagas. Não fosse o equívoco da emenda, a meta seria superada.

Tabela 28 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	23.415 vagas contratadas	24.082 vagas contratadas	4.743 vagas contratadas
FINANCEIRAS	R\$ 107,870 milhões	R\$ 107,870 milhões	R\$ 127,380 milhões

No exercício de 2007, foram lavrados 14 Termos de Aceitação Definitiva, como frutos de financiamento de instrumentos assinados em outros exercícios, foram recebidas 4.184 vagas.

Tabela 29 – Convênios com assinatura de Termo de Aceitação Definitiva

UF	CONVÊNIO	OBJETO	VAGAS
AM	2003/036	Construção da Penitenciária de Manaus	496
DF	2004/017	Infra-estrutura Penitenciária PIII e PIV - Setor C	0
DF	2004/027	Construção do Bloco F - PIV - C	120
MG	2002/031	Construção da Penitenciária Regional de Formiga	396

UF	CONVÊNIO	OBJETO	VAGAS
MS	2000/115	Construção do Presídio Federal de Segurança Máxima em Dois Irmãos do Buriti	208
PB	2000/087	Construção do Presídio Regional Padrão de Campina Grande	168
PB	2000/112	Construção do Instituto Penal de Reeducação Social em Catolé do Rocha	150
PB	2001/008	Construção da Penitenciária Modelo de João Pessoa - PB I	318
PB	2001/009	Construção da Penitenciária Modelo de João Pessoa - PB II	318
PB	2001/022	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Patos	200
RO	2003/068	Construção da Penitenciária de Médio Porte	96
SP	2004/019	Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária "Dr. Paulo Luciano de Campos" de Avaré I	237
SP	2001/178	Construção do CDP Horizontal de Suzano	768
SP	2002/007	Construção da CDP Vertical de Diadema	576
TOTAL			4.051

Tendo em vista graves problemas de engenharia, inclusive recalque diferencial, foram lavrados 05 Termos de Não Aceitação, referentes a convênios do Estado de São Paulo, o que provocou a não aceitação de 4.608 vagas.

Tabela 30 – Convênios com assinatura de Termo de Não Aceitação

UF	CONVÊNIO	OBJETO
SP	2002/006	Construção da Penitenciária Compacta de Reginópolis - I e II – Feminino
SP	2003/025	Construção da Penitenciária Compacta de Tupi Paulista
SP	2003/026	Construção da Penitenciária Compacta de Irapuru
SP	2003/027	Construção da Penitenciária Compacta de Flórida Paulista
SP	2001/176	Construção do CDP Horizontal de São José do Rio Preto

Esta ação financiou, ainda, alguns projetos executivos do Departamento, que serão utilizados como padrão e colocados à disposição das Unidades Federativas, para atender recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU, no Acórdão nº 496/2004:

a) Penitenciária Padrão Modular de Segurança Máxima Masculina de Médio e Grande Porte, refere-se a quatro padrões com capacidades de 232, 421, 610 e 799 vagas. O pro-

jeto com capacidade para 421 vagas atenderá ao Pronasci, na ação de construção de Penitenciárias Masculinas para Jovens Adultos (18 a 24 anos). Foi assinado o Contrato nº 29/2007, Processo nº 08016.004543/2006-32, com a empresa NBC Arquitetura e Construções LTDA., com vigência até 08/4/2008, no valor de R\$ 450.540,45;

b) Penitenciária Padrão Modular de Segurança Máxima Masculina de Pequeno Porte, trata-se de dois padrões com capacidades de 65 e 125 vagas, cujo desenvolvimento do projeto executivo está sendo feito pela empresa JCA - Engenharia e Arquitetura Ltda. por intermédio do Contrato nº 31/2007, Processo nº 08016.006388/2006-99, no valor de R\$ 103.000,00, cuja vigência expirar-se-á em 23/04/2008;

c) Penitenciária de Segurança Máxima Feminina o edital da licitação está em fase de elaboração e deverá ser publicado no primeiro semestre de 2008;

d) Módulo de Saúde: projeto executivo concluído, sua finalidade será a construção em estabelecimentos penais já em operação, que não possuam área de saúde ou onde a mesma é precária;

e) Módulo de Educação: o estudo preliminar foi concluído pela equipe do Depen. Seu objetivo será a construção em estabelecimentos penais já em operação, que não possuam área de ensino ou em que esta é precária.

As principais dificuldades da ação são a demora no envio de documentação técnica para assinatura dos Contratos de Repasse e a morosidade nos procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização das obras, por parte das Unidades da Federação.

4.1.3.8 Ação 11TX - Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Federais

Tabela 31 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Construir edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões no âmbito das unidades da federação e desarticular a estrutura do crime organizado local.
Descrição	Criação de vagas no sistema penitenciário federal, executadas por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional-DEPEN
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional

Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Coordenador nacional da ação	Marcele Simone Câmara de Andrade
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.8.1 Resultados

O Sistema Penitenciário Federal será formado por 05 (cinco) penitenciárias de segurança máxima especial, gerando 208 vagas por estabelecimento, em um total de 1.040 (um mil e quarenta) vagas. O objetivo deste Sistema é receber os condenados de alta periculosidade, visando atenuar a incidência de motins ou rebeliões e desarticular o crime organizado local.

Tabela 32 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339039	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	-	645.000,00	645.000,00	645.000,00
449051	OBRAS E INSTALACOES	-	8.847.748,55	8.847.748,55	5.760.151,41
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	34.200,00	34.200,00	0,00
Total			9.526.948,55	9.526.948,55	6.405.151,41

A primeira unidade federal opera em Catanduvas, no Estado do Paraná -PR, cuja inauguração ocorreu em 23/06/2006, e a segunda em Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS, foi inaugurada em 21/12/2006. As duas disponibilizaram as vagas computadas nas metas.

O terceiro empreendimento federal que está sendo construído em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte – RN, pela Construtora Venâncio Ltda, conforme contrato nº 004/2005, a obra foi recebida provisoriamente em 05/12/2007.

O quarto estabelecimento federal está sendo construído em Porto Velho, no estado de Rondônia – RO, pela Construtora Porto Belo Ltda, conforme contrato n° 01/2005, cuja obra encontra-se com execução de 82,46%. Tendo em vista a opção do Departamento em modificar alguns pontos do projeto, a previsão de conclusão das obras é abril de 2008.

Tendo em vista, que nenhuma penitenciária foi concluída em 2007, não houve disponibilização de vagas. Dessa forma a meta não pode ser atingida.

Tabela 33 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	800 vagas disponibilizadas.	0 vagas disponibilizadas	0 vagas disponibilizadas
FINANCEIRAS	R\$ 19,550 milhões	R\$ 9,550 milhões	R\$ 9,526 milhões

Não foi definido o local de instalação do quinto empreendimento federal. Os terrenos apresentados na região sudeste ainda não foram liberados pelos respectivos Governos locais. Houve a oferta de um terreno para construção da 5ª Unidade Prisional Federal em Brasília/DF, todavia, o assunto está sob análise.

O gerenciamento das obras das Penitenciárias Federais continua sendo realizado Caixa Econômica Federal, o que confere maior transparência no uso dos recursos públicos e maior rigor e eficiência na fiscalização das obras, por intermédio do Contrato n° 001/2003, cujas despesas também são suportadas pela ação.

4.1.3.9 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Tabela 34 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); siste-

	mas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	Ana Cláudia Alves de Medeiros
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.9.1 Resultados

Esta ação, até 2006 sustentou o pagamento dos seguintes contratos de prestação de serviços:

a) Contrato nº 003/2005, firmado com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF, cujo objeto é a utilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal;

b) Contrato nº 001/2003, firmado com a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é o gerenciamento da construção de penitenciárias federais;

c) Contrato nº 003/2004, firmado com a Caixa Econômica Federal, cujo objeto é a prestação de serviços na operacionalização do Programa, lastreado com recursos do Orçamento Geral da União, destinado à construção de estabelecimentos penais nas Unidades da Federação.

A partir de 2007, estes contratos estão sendo pagos com recursos das seguintes ações, respectivamente, 2314, 11TX e 11TW.

As principais despesas da ação concentraram-se em diárias e passagens, cujo volume aumentou bastante devido ao deslocamento entre o Depen sede e suas unidades descentralizadas, as penitenciárias federais de Campo Grande/MS, Catanduvas/PR e Mossoró/RN. Esta última ainda não foi inaugurada, mas foi necessário movimentar agentes para receber materiais e equipamentos, bem como iniciar a articulação local.

Além disso, diversos agentes penitenciários federais foram deslocados em missão, seja para acompanharem presos à audiências ou para desempenharem outra missão específica (como os agentes que viajaram às Unidades federativas para realizarem os Planos Diretores, decorrentes do Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania).

Foram adquiridos, ainda, diversos equipamentos e mobiliários para suprir deficiências materiais do Departamento.

E, também em decorrência da distância, o volume de correspondências trocadas entre o Depen e as unidades penais federais, foi responsável por um valor três vezes maior com o contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Tabela 35 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	-	389.240,07	389.240,07	389.240,07
339030	MATERIAL DE CONSUMO	-	2.961,00	2.961,00	841,00
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.	-	10.000,00	10.000,00	10.000,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	-	499.893,24	499.893,24	451.723,61
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	41.091,61	41.091,61	41.091,61
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	-	1.019.248,62	1.019.248,62	799.960,81
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	270,99	270,99	270,99
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	116.879,97	116.879,97	116.879,97
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	183.839,12	183.839,12	144.391,43

Tabela 35 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339139	OUTROS SERV.TERCEIR OS-PES.JURID- OP.INTRA- ORC.	-	120.960,48	120.960,48	79.467,52
449052	EQUIPAMEN- TOS E MATE- RIAL PERMA- NENTE	-	900.200,74	900.200,74	187.984,70
Total			3.284.585,84	3.284.585,84	2.221.851,71

A presente ação não possui meta física.

4.1.3.10 Ação 3908 - Integração dos Sistemas de Informações Penitenciárias em Base Nacional

Tabela 36 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Desenvolver e implementar um sistema de informações penitenciárias nas unidades da federação visando o compartilhamento de dados em base nacional.
Descrição	Criação de banco de dados; aquisição de equipamentos; desenvolvimento de soluções lógicas; implementação, em cada estabelecimento penal, de sistema informatizado de administração carcerária, com banco de dados centralizado, devidamente integrados em plataforma gerencial de nível nacional; disponibilização de informações gerenciais, estratégicas e de inteligência, em todos os níveis, utilizando-se da rede mundial de computadores web/internet.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Políticas, Pesquisas e Análise da Informação - CGAPAI
Coordenador nacional da ação	Alexandre Cabana de Queiroz Andrade
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.10.1 Resultados

A Ação tem como propósito a criação e manutenção do Sistema Nacional de Informações Penitenciárias Infopen, que trabalha com a sistematização dos dados em nível operacional e gerencial. No primeiro nível a visão é de administração dos estabelecimentos penais, contemplando a população carcerária, o quadro de servidores, o custo econômico e financeiro e a logística aplicada. Já o segundo aspecto auxilia o processo de tomada de decisões.

Tabela 37 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339014	DIARIAS PESSOAL CIVIL	-	538,98	538,98	538,98
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	-	56.300,00	56.300,00	0,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	26.550,17	26.550,17	26.550,17
443042	AUXILIOS	GO	474.462,00	474.462,00	474.462,00
443042		MT	178.383,00	178.383,00	0,00
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	1.168.460,00	1.168.460,00	0,00
Total			1.904.694,15	1.904.694,15	501.551,15

A meta não pode ser atingida por não termos concluído o desenvolvimento de alguns módulos do Sistema. Especificamente o módulo de controle de acesso teve o prazo de término dilatado devido a novas e urgentes demandas que a equipe absorveu, como o desenvolvimento de sistema de controle de contratos do DEPEN e outros sistemas gerenciais.

Tabela 38 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	5% UF integrada	5% UF integrada	3,9 % UF integrada
FINANCEIRAS	R\$ 2,000 milhões	R\$ 2,000 milhões	R\$ 1,904 milhões

O Sistema de Informações Penitenciárias – InfoPen constitui um instrumento de integração dos órgãos de administração penitenciária de todo o Brasil com o fim de proporcionar a execução de ações articuladas dos agentes na proposição de políticas públicas. A estratégia de implantação compreende:

1^a) Infopen Estatística: trata-se de um software disponibilizado a todas as unidades da federação, por meio de convênio, que passam a se responsabilizar pela alimentação mensal do sistema. É composto por indicadores estatísticos que possibilitam a criação de bancos de dados sobre estabelecimentos penais e populações prisionais.

2^a) Infopen Gestão: trata-se de um novo software, composto de vários módulos, que contemplam todos os aspectos da administração de um estabelecimento penal, o acompanhamento da execução penal e a extração de dados individuais e consolidados. Este programa reúne todas as aplicações do sistema, interliga os dados individuais da população penitenciária para alimentação automática dos indicadores estatísticos, além de controlar, em tempo real, processos e rotinas de administração dos estabelecimentos penais.

3^a.) InfoPen Inteligência: trata-se de uma coletânea de softwares integrados, que possibilitará o cruzamento dinâmico de informações, a criação de cenários a fim de possibilitar a previsibilidade dentro das realidades penitenciárias do Brasil, a criação de índices e indicadores, a intercomunicação com outros sistemas e a inclusão de variáveis a qualquer momento, proporcionando um acervo de conhecimento a ser utilizado pela Inteligência Penitenciária objetivando mitigar possíveis riscos e antecipar situações indesejáveis dentro da realidade penitenciária brasileira.

O Infopen Estatística foi lançado em 16/09/2004. Todas as Unidades Federativas aderiram a esta primeira fase no final do mês de outubro de 2004. A alimentação do Sistema, efetuada pelas Secretarias Estaduais, tem possibilitado a elaboração de um panorama atualizado sobre os estabelecimentos penais e as populações prisionais. Atualmente representa a ferramenta oficial do Departamento Penitenciário Nacional para coleta e tratamento das informações penitenciárias dos Estados permitindo a consolidação dos dados.

O DEPEN mantém uma equipe específica para o desenvolvimento e evolução do sistema, tendo em vista as diversas solicitações realizadas para extração ou complementação de dados nele contidos, assim como o interesse de outros atores na utilização do referido sistema.

No ano de 2007, 14 Unidades da Federação celebraram Acordos de Cooperação Técnica com o DEPEN para a utilização do InfoPen. São elas: Acre, Amapá, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins, Paraná, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Foram adquiridos um total de 620 microcomputadores com o propósito fortalecer as estruturas de tecnologia da informação, bem como dar suporte à implantação do InfoPen. No total, já foram contabilizadas 1163 (um mil cento e sessenta e três) doações de microcomputadores nos anos de 2006 e 2007 aos Estados que aderiram ao InfoPen.

Tabela 39 – Microcomputadores Adquiridos em 2007

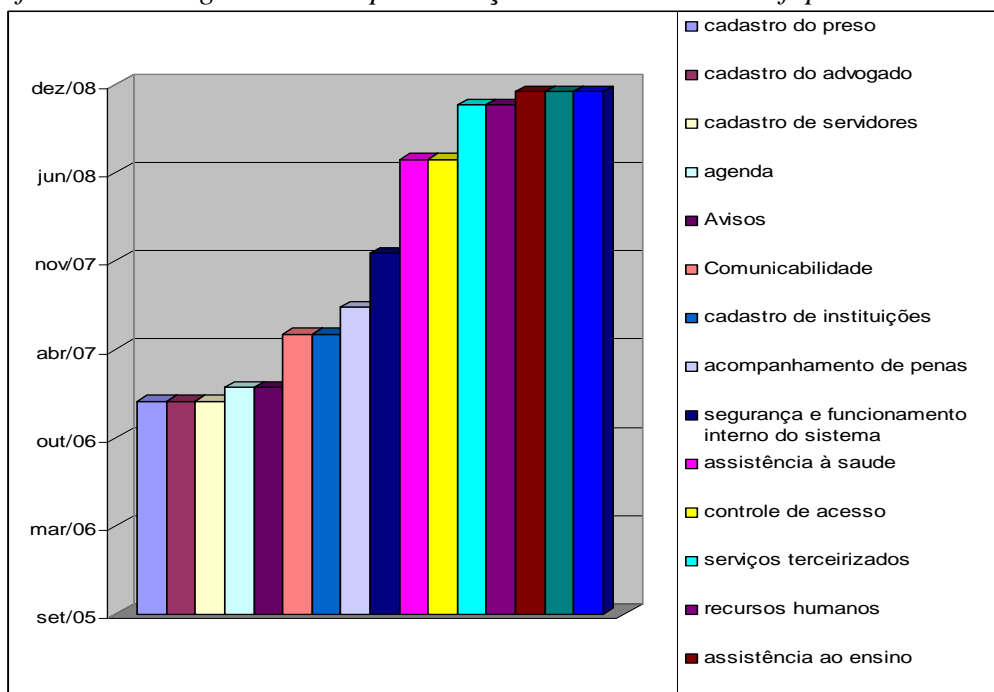
DESTINO	QUANTIDADE
Secretaria de Defesa Social de Pernambuco	148
Secretaria de Estado da Justiça do Espírito Santo	06
Secretaria de Justiça e da Cidadania do Estado do Rio Grande do Norte	12
Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina	02
Secretaria de Estado de Segurança Cidadã – SESEC do Maranhão	26
Superintendência do Sistema Penitenciário – SUSIPE do Pará	74
Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública – SEJUSP do Amapá	10
Departamento da Administração Penitenciária do Acre – DAP	28
Secretaria da Justiça e Direitos Humanos – SJDH da Bahia	44
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal	14
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – SEJUSP de Mato Grosso	128
Secretaria da Administração Penitenciária – SAP de São Paulo	66
Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça – SECJ de Tocantins	42
DEPEN	20
T O T A L	543

Cabe ressaltar que o critério adotado para determinação do número de microcomputadores para doação consiste no cálculo de 2 (duas) unidades para cada estabelecimento prisio-

nal, inclusive as cadeias públicas e a própria Secretaria de Justiça das Unidades da Federação. Os equipamentos adquiridos para o Departamento substituíram os computadores que a equipe de desenvolvimento do sistema utilizava.

O InfoPen Gestão, ao final do ano de 2007, contava com 70% de seus módulos finalizados e disponíveis para utilização. Objetivando o aproveitamento de informações constantes de sistemas computacionais existentes nas Unidades da Federação, foi disponibilizado um módulo específico destinado a promover a interoperabilidade entre esses sistemas e o InfoPen Gestão, desta forma os dados de um determinado Estado passarão a fazer parte da base de dados nacional, corroborando com o intuito de obter-se a unicidade de informações penitenciárias em âmbito nacional.

Gráfico 2 - Cronograma de Implementação dos Módulos do Infopen Gestão



Com relação ao desenvolvimento do sistema a previsão é de que o InfoPen Gestão esteja com 100% de seus módulos finalizados e disponíveis em dezembro de 2008.

Esta ação abrange, ainda, a capacitação dos usuários do sistema. Nesse sentido, ao longo do ano, foram ministrados treinamentos aos usuários multiplicadores de conhecimento, nas Unidades da Federação. Em dezembro de 2007, foi realizado o I Encontro do InfoPen, com o objetivo de ampliar o relacionamento com os Gestores do Sistema, monitorar a utilização da ferramenta, gerar conhecimento sobre sua abrangência e utilidade, além de suscitar informações específicas das unidades-piloto. Gestor do InfoPen é o responsável pelo controle de acesso ao siste-

ma e pelas informações estatísticas mensais, em cada uma das Unidades da Federação. Cabe ressaltar que também participaram do Encontro agentes penitenciários federais, gestores do Infopen no âmbito das penitenciárias federais.

Planeja-se adquirir leitores biométricos de impressão digital e câmeras fotográficas para as Unidades da Federação que receberam microcomputadores no início de 2008, o que totalizará cerca de 800 leitores biométricos e 800 câmeras fotográficas. O termo de referência para o processo de aquisição foi elaborado, todavia, existe muita dificuldade para a cotação de preços, tendo em vista a especificidade do produto.

Para o ano de 2008 pretende-se estabelecer parcerias com as demais Unidades da Federação objetivando atingir a plenitude da adesão dos Estados ao InfoPen Gestão. Adicionalmente, será ampliada a rede privada do Ministério da Justiça objetivando interligar o DEPEN às Secretarias de Justiça dos Estados através de um canal de comunicação seguro que permitirá acesso ao InfoPen. Com relação aos equipamentos, serão adquiridos microcomputadores para as Unidades da Federação que ainda não foram contempladas, além de dispositivos biométricos destinados à coleta de impressões digitais e câmeras fotográficas.

4.1.3.11 Ação 11TY - Reforma de Estabelecimentos Penais Estaduais

Tabela 40 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Apoiar as reformas em edificações destinadas à custódia de pessoas apenadas, internadas ou à disposição da justiça, visando recuperar ou readequar a estrutura física dos estabelecimentos penais estaduais.
Descrição	Apoio à recuperação física ou readequação de espaços físicos dos estabelecimentos penais do sistema penitenciário estadual, por meio de projetos previamente aprovados pelo Departamento Penitenciário Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Engenharia e Arquitetura
Coordenador nacional da ação	Eurico de Salles Cidade
Responsável pela execução da ação no	_____

nível local	
-------------	--

4.1.3.11.1 Resultados

Por meio do Contrato nº 003/2004, celebrado com a Caixa Econômica Federal, em 27/12/2004, foram firmados 10 contratos de repasse com as Unidades Federativas, no exercício de 2007, tendo em vista a atuação desta instituição como mandatária do Depen, conforme já explicitado no item 2 deste relatório.

Tabela 41 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
443042	AUXILIOS	AC	200.946,85	200.946,85	0,00
		AP	2.523.999,32	2.523.999,32	0,00
		BA	640.887,22	640.887,22	0,00
443042	AUXILIOS	CE	180.000,00	180.000,00	0,00
		DF	1.510.794,19	1.510.794,19	0,00
		PA	624.403,45	624.403,45	0,00
		RJ	2.560.513,12	2.560.513,12	0,00
Total			8.241.544,15	8.241.544,15	0,00

A meta física foi atingida. O Depen tem procurado restringir o atendimento de pleitos das Unidades da Federação relativos a reformas de Estabelecimentos Penais, tendo em vista tratar-se, na maioria das vezes, de unidades não adequadas às normas atuais, principalmente à Resolução nº 03, de 23/09/2005, do CNPCP. Assim quando o custo benefício mostra-se desfavorável ao volume de investimento necessário para fazer as correções respectivas, optamos por não financiar as modificações.

Tabela 42 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	10 unidades reformadas.	10 unidades reformadas.	10 unidades reformadas.
FINANCEIRAS	R\$ 9,332 milhões	R\$ 9,332 milhões	R\$ 8,241 milhões

Merece registro que, além da reforma, em dois casos houve a geração de vagas, conforme detalhado na tabela abaixo:

Tabela 43 – Vagas Financiadas em 2007 11TY

UF	Contrato de Repasse	Objeto	Vagas
AC	0236766-40	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Moraes - Sena Madureira	56
AP	0234544-09	Reforma do Instituto Penal do Amapá – IAPEN	0
BA	0231962-14	Reforma da Penitenciária Feminina de Salvador	0
CE	0229469-91	Reforma do Hospital Penitenciário Professor Otávio Lobo, em Itaitinga	0
DF	0232554-97	Reforma e Ampliação do Centro de Progressão Penitenciária	550
PA	0234648-51	Construção de Berçário na Casa de Reeducação Feminina de Ananindeua	0
RJ	0238689-48	Reforma Geral do Instituto Penal Cândido Mendes	0
RJ	0238688-34	Construção de Residência para Idosos e PNE e Reforma/Ampliação da Casa de Transição	0
RJ	0238683-84	Reforma das Instalações Hidráulicas, Hidro Sanitárias e do Telhado da Penitenciária Alfredo Tranjan	0
RJ	0238684-98	Reforma Geral do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto	0
		TOTAL	606

Foram emitidas 03 Declarações de Percentual de Serviços Executados de Convênios, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 44 – Convênios com assinatura de Declaração de Percentual de Serviços Executados

UF	CONVÊNIO	OBJETO	VAGAS
PE	2002/023	Reforma e Ampliação do Presídio Advogado Brito Alves - Arcoverde	133
PE	2003/011	Reforma, Recuperação e Ampliação do Presídio Professor Aníbal Bruno	0
RR	2003/092	Reforma da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	0
		TOTAL	133

Os maiores problemas de execução da ação decorrem da demora no envio de documentação técnica para assinatura dos Contratos de Repasse e da morosidade nos procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização das obras por parte das Unidades da Federação.

4.1.3.12 Ação 2314 - Reintegração Social do Preso, Internado e Egresso

Tabela 45 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Prestar a assistência devida ao cidadão preso, internado e egresso do sistema penitenciário e seus familiares, nos termos da Lei de Execução Penal.
Descrição	Articulação para a extensão de políticas públicas de governo no sistema penitenciário e apoio às instituições públicas ou privadas, de caráter permanente, que tenham como objetivo assistir a população penitenciária, egressos e os respectivos familiares, nos limites da lei.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria de Políticas Penitenciárias – DPP
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação-Geral de Reintegração Social e Ensino - CGRSE
Coordenador nacional da ação	Carlos José Pinheiro Teixeira
Responsável pela execução da ação no nível local	—

4.1.3.12.1 Resultados

Esta ação apóia e financia projetos diretamente relacionados à gradual reintegração social das pessoas privadas de liberdade, seguindo as seguintes linhas principais: atenção à saúde; assistência jurídica educação nas prisões; profissionalização e trabalho e articulação com conselhos da comunidade.

Tabela 46 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
333041	CONTRIBUI-COES	AL	183.475,00	183.475,00	34.953,30
		AM	91.904,59	91.904,59	91.904,59
		AP	52.341,63	52.341,63	0,00
		BA	191.604,00	191.604,00	181.884,00
		CE	50.220,00	50.220,00	45.360,00
		DF	108.540,00	108.540,00	102.060,00
333041	CONTRIBUI-COES	ES	309.298,71	309.298,71	0,00
		GO	25.920,00	25.920,00	25.920,00
		MA	85.546,00	85.546,00	0,00

Tabela 46 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
		MG	336.150,00	336.150,00	304.560,00
		MT	195.639,75	195.639,75	97.200,00
		PE	229.334,89	229.334,89	81.000,00
		PR	50.000,00	50.000,00	0,00
		RJ	578.340,00	578.340,00	528.120,00
333041	CONTRIBUI- COES	RN	118.117,84	118.117,84	20.632,00
		RO	69.095,43	69.095,43	32.400,00
		RR	16.982,55	16.982,55	0,00
		SE	140.000,00	140.000,00	140.000,00
		SP	1.308.520,00	1.308.520,00	1.154.840,00
		TO	68.905,95	68.905,95	24.655,95
		BA	3.620,40	3.620,40	3.620,40
		CE	7.240,80	7.240,80	7.240,80
		DF	25.342,80	25.342,80	25.342,80
		GO	7.240,80	7.240,80	7.240,80
333092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	MG	63.357,00	63.357,00	63.357,00
		MT	19.912,20	19.912,20	19.912,20
		PE	18.102,00	18.102,00	18.102,00
		RJ	119.473,20	119.473,20	119.473,20
		RO	7.240,80	7.240,80	7.240,80
333092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	SP	228.085,20	228.085,20	228.085,20
		TO	3.620,40	3.620,40	3.620,40
		BA	17.820,00	17.820,00	16.200,00
		RO	104.490,00	104.490,00	94.770,00
		BA	3.620,40	3.620,40	3.620,40
334092	DESPEAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	RO	18.102,00	18.102,00	18.102,00
		DF	60.000,00	60.000,00	0,00
335041	CONTRIBUI- COES	RS	84.113,56	84.113,56	84.113,56
		SC	295.000,00	295.000,00	0,00
		SP	36.882,63	36.882,63	36.882,63
		-	14.096,35	14.096,35	14.096,35
339014	DIARIAS - PESSOAL CI- VIL	-	14.096,35	14.096,35	14.096,35
339030	MATERIAL DE CONSUMO	-	19.164,79	19.164,79	576,00
339033	PASSAGENS E DESPEAS COM LOCO- MOCAO	-	65.000,00	65.000,00	64.974,80
339036	OUTROS SER- VICOS DE	-	72.019,48	72.019,48	38.400,76

Tabela 46 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
	TERCEIROS - PESSOA FISICA				
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	-	324.151,19	324.151,19	284.253,34
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	10.491,20	10.491,20	10.491,20
339147	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB. OP. INTRA-ORCAMENTARIAS	-	7.143,74	7.143,74	420,00
443042	AUXILIOS	AL	32.018,30	32.018,30	9.123,30
		AM	11.884,50	11.884,50	11.884,50
		AP	34.540,78	34.540,78	0,00
		ES	212.060,00	212.060,00	0,00
		GO	105.217,18	105.217,18	105.217,18
443042	AUXILIOS	MA	27.910,70	27.910,70	0,00
		MG	745.898,14	745.898,14	745.898,14
		MT	40.960,81	40.960,81	0,00
		PA	33.165,00	33.165,00	33.165,00
		PE	44.865,96	44.865,96	0,00
		PI	116.157,80	116.157,80	0,00
		RN	41.747,63	41.747,63	27.306,00
		RO	15.911,36	15.911,36	0,00
		RS	38.377,28	38.377,28	0,00
TO	55.938,35	55.938,35	0,00		
445042	AUXILIOS	RS	19.946,94	19.946,94	19.946,94
449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	-	54.677,09	54.677,09	0,00
Total			7.476.545,10	7.476.545,10	4.988.167,54

A meta física foi superada, principalmente devido à política de descentralização de recursos do DEPEN para o Ministério da Saúde, visando o atendimento ao Plano Nacional de

Saúde no Sistema Penitenciário Nacional. Apesar de todos os projetos realizados, a efetividade da ação ficou prejudicada pela carência de pessoal técnico qualificado.

Tabela 47 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	39.000 pessoas beneficiadas	39.000 pessoas beneficiadas	150.002 pessoas beneficiadas
FINANCEIRAS	R\$ 7,800 milhões	R\$ 7,800 milhões	R\$ 7,476 milhões

Abaixo seguem os principais focos da ação em 2007:

a. Atenção à Saúde:

A Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário objeto da Portaria Interministerial nº 1.777 de 09/09/2003, instituiu o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário. Numa perspectiva articulada intersetorialmente os Ministérios da Saúde e da Justiça definiram neste Plano uma série de competências e responsabilidades para cada órgão. Ao Ministério da Justiça, representado pelo Departamento Penitenciário Nacional compete o repasse mensal de 30% do valor do Incentivo para Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário, destinado às equipes de saúde já implantadas, e aportar recursos para adequação do espaço físico e para a compra de equipamentos destinados às unidades de saúde do sistema penitenciário.

O Plano Nacional de Saúde no Sistema Prisional – PNSSP – encerrou 2007 com 149 equipes cadastradas, em 11 Unidades Federativas, que promoveram o atendimento de atenção básica à saúde dos presos e internos em 131 estabelecimentos penais. Cada equipe é constituída por médico, enfermeiro, odontólogo, assistente social, psicólogo e auxiliares de enfermagem e de consultório dentário. Em 2007, o Ministério da Justiça repassou ao Fundo Nacional de Saúde, para posterior remessa aos Estados, cerca de R\$ 3,2 milhões relativos ao Incentivo para a Atenção à Saúde no Sistema Penitenciário.

Ainda foram atendidas 07 unidades da federação para aquisição dos equipamentos de saúde, previstos no Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário, conforme tabela abaixo:

Tabela 48 – Aquisição dos Equipamentos de Saúde

UF	Unidades prisionais beneficiadas	Valor FUNPEN R\$	Valor Total R\$	Qualificação ao Plano
BA	10	302.898,70	411.586,02	Sim
ES	07	216.442,59	292.275,38	Sim

GO	02	77.093,64	98.278,64	Sim
MT	02	54.770,02	84.250,88	Sim
MG	05	118.570,00	153.570,00	Sim
RN	03	88.072,89	168.592,89	Não
TO	02	43.938,52	48.332,37	Sim
Total	29	901.786,36	1.256.886,00	

O Departamento também aprovou dois outros projetos importantes para a implementação da Política Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário:

- projeto denominado Laboratório de Análise e Diagnóstico de Tuberculose e HIV um espaço adequado à avaliação, diagnóstico e acompanhamento de possíveis portadores dessas doenças quando do seu ingresso no sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul.

- instalação de um Centro de Referência para as gestantes em privação de liberdade e creche no sistema prisional de Minas Gerais. Serão atendidas, aproximadamente, 215 mulheres grávidas e/ou lactantes que se encontram presas em todo o território mineiro.

b. Assistência Jurídica:

Os projetos de Assistência Jurídica trazem um conjunto de objetivos, ações e metas com importância significativa na reintegração social do preso, fazendo referência a um movimento de promoção dos direitos dos apenados, internados, egressos, dependentes e familiares, principalmente quanto ao acesso aos direitos constitucionalmente previstos para a afirmação de uma condição de cidadania.

São projetos voltados à maior agilidade aos processos de execução criminal, à análise da situação carcerária dos aprisionados, ao ajuizamento de ações e ao acompanhamento do andamento judicial dos pedidos formulados.

Em 2007, foram celebrados 08 (oito) convênios de Assistência Jurídica, com os Estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins, perfazendo um total de R\$ 1.851.354,80. O público-alvo destes projetos abrange um total de 17.907 pessoas em cumprimento de pena no país, ou seja, uma média de aproximadamente R\$ 103,00 por ano, para cada pessoa atendida.

c. Educação nas Prisões:

Em setembro de 2005 os Ministros da Educação e da Justiça assinaram um Protocolo de Intenções objetivando conjugar esforços para a implementação da política nacional de educação de jovens e adultos no contexto da execução penal.

Essa parceria inspirou uma outra articulação destes dois órgãos em favor da remição da pena pela educação, dando ensejo a novas gestões junto ao Congresso Nacional, para a aprovação de Projeto de Lei que consagre expressamente essa possibilidade na Lei de Execução Penal.

Com a finalidade de avançar na consolidação de uma política nacional de educação de jovens e adultos do sistema penitenciário, evidenciou-se a necessidade de se expandir a interlocução com as unidades da Federação e fortalecer o diálogo com todos os atores envolvidos na efetivação do direito à educação dos jovens e adultos privados de liberdade, tais como organizações não governamentais, universidades, organismos internacionais etc. Assim, optou-se pela realização de três seminários regionais e do segundo Seminário Nacional.

Os seminários regionais foram realizados entre agosto e outubro de 2007 e aconteceram em: Recife/PE, envolvendo todos os estados do nordeste; Rio Branco/AC com os estados do Norte e Centro-Oeste e o último em Curitiba/PR que contou com a participação de representantes dos estados do Sul e Sudeste. O II Seminário Nacional aconteceu em Brasília no mês de outubro e consolidou as propostas apresentadas nos encontros regionais para a definição do Plano Nacional de Educação nas prisões.

A experiência tem demonstrado que a efetividade das ações educativas em contexto prisional depende diretamente da reformulação da execução penal a partir de uma perspectiva de afirmação de direitos e de redução das vulnerabilidades das pessoas presas, conduzindo, quase que automaticamente, a uma ressignificação da gestão penitenciária.

Portanto, estes seminários discutiram o papel das políticas estaduais de educação prisional nessa busca pela transformação da realidade do sistema penitenciário brasileiro, por meio da construção de planos estaduais de educação nas prisões.

Todas as unidades da Federação apresentaram dificuldades para a implantação das Diretrizes Nacionais para a oferta de educação no sistema penitenciário, tais como: problemas de articulação institucional, da formação de educadores, da certificação das atividades educativas e do desenvolvimento de um percurso social formativo que extrapole os limites da

alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos no formato presencial. O desafio dos Planos Estaduais de Educação nas Prisões é buscar soluções para enfrentar estes problemas.

Os estados de Mato Grosso do Sul e Bahia responderam rapidamente os encaminhamentos do II Seminário e realizaram eventos para mobilizar gestores das secretarias, corpo técnico, professores, diretores de estabelecimentos penais e agentes penitenciários para a realização do Plano. Ilustrando assim a importância do investimento na capacitação do gestor estadual de administração penitenciária no que tange às ações estruturais de reintegração social, de forma a otimizar a utilização do recurso destinado à reintegração social e em especial à educação das pessoas presas.

Em 2007, foram celebrados 21 convênios voltados para a formação educacional e profissional dos presos, internos e egressos do sistema penitenciário, beneficiando um total de 20.141 pessoas. Destaca-se o instrumento celebrado com a AlfaSol para realização do Concurso Escrevendo a Liberdade, que contou com a participação de aproximadamente 7.800 presos.

d. Profissionalização e Trabalho (Presos e Egressos):

O Ministério da Justiça assinou um Protocolo de Intenções com o Centro de Integração Empresa Escola - CIEE Nacional, em 2007, com o objetivo implementar uma política pública voltada para a melhoria das condições do encarceramento brasileiro, bem como de apoio ao egresso, ao apenado com a finalidade de minimizar indicadores de vulnerabilidade e exclusão social.

Considerando o fato de que os apenados e egressos, muitas vezes, são rejeitados, quando de sua inclusão, acordou-se que as capacitações profissionais devem estar voltadas para práticas que priorizem os valores éticos, humanos e o empreendedorismo, sem perder o foco na área educacional e nas atividades de lazer, cultura, esporte. Desta forma as ações a serem desenvolvidas devem contemplar essa visão, bem como abranger os servidores e agentes penitenciários, pois são responsáveis pela boa convivência no ambiente prisional.

O projeto piloto desta parceria, denominado Novos Horizontes, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, contemplando ações de profissionalização de 175 pessoas, entre presos e egressos, e a capacitação de 25 agentes penitenciários federais buscando ainda a sensibilização da sociedade e do empresariado mediante a realização de dois seminários, para inclusão social das pessoas privadas de liberdade. Em 09/11/2007, foi realizado o I Seminário

rio para Lançamento deste projeto: Novos Horizontes – Um Novo Olhar, que contou com a presença de 86 (oitenta e seis) pessoas.

e. Articulação com os Conselhos da Comunidade:

O Departamento realizou no ano de 2007 os seguintes eventos:

- II Encontro dos Conselhos da Comunidade da Região Sul, em parceria com o Conselho Carcerário de Joinville, Conselho Penitenciário do Paraná e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- II Seminário de Capacitação para Conselheiros dos Conselhos da Comunidade de Porto Alegre;
- IV Encontro Estadual de Conselhos de Comunidade.

Estes eventos tiveram como objetivo qualificar as pessoas que atuam nos Conselhos da Comunidade do Rio Grande do Sul, possibilitando uma intervenção participativa e representativa junto à problemática que envolve as questões penitenciárias no âmbito local, o estabelecimento de estratégias para a atuação da Corregedoria-Geral de Justiça e do Conselho Penitenciário junto aos Conselhos da Comunidade e ainda, contribuir com o Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, para o estabelecimento de uma política nacional para os Conselhos de Comunidade.

4.1.3.13 Ação 2316 - Serviço Penitenciário Federal

Tabela 49 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Garantir a manutenção dos serviços dos estabelecimentos penais federais.
Descrição	Os gastos de funcionamento compreendem as despesas correntes com material de apoio administrativo, manutenção de equipamentos, de veículos e predial, alimentação, vestuário, transporte, educação, saúde, trabalho, segurança, informação, comunicação, água, esgoto, energia elétrica, além de pagamento de pessoal terceirizado para apoio administrativo dos estabelecimentos penais federais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DSPF
Áreas responsáveis	Diretoria do Sistema Penitenciário Federal – DSPF

por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	Wilson Salles Damázio
Responsável pela execução da ação no nível local	_____

4.1.3.13.1 Resultados

O Sistema Penitenciário Federal tem por objetivo custodiar presos de alta periculosidade, visando desarticular o crime organizado e coibir a ocorrência de rebeliões nos estabelecimentos prisionais estaduais.

A maior parte dos recursos despendidos ao longo do ano de 2007 destinaram-se à aquisição de materiais diversos necessários à operacionalização das penitenciárias federais, tais como: aquisição de material de consumo, material de apoio administrativo, pagamento de atividades de manutenção água, luz, remédios, etc.

Tabela 50– Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
334041	CONTRIBUI-COES	PR	480.728,46	480.728,46	480.728,46
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL	-	940.675,09	940.675,09	940.675,09
339015	DIARIAS - PESSOAL MILITAR	-	993,07	993,07	0,00
339030	MATERIAL DE CONSUMO	-	936.388,35	936.388,35	591.980,56
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	-	493.925,34	493.925,34	489.872,39
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	39.899,73	39.899,73	39.811,73
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	-	2.251.767,06	2.251.767,06	1.672.460,16

Tabela 50– Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	-	1.799,82	1.799,82	1.639,82
339092	DESpesas DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	40.528,18	40.528,18	40.528,18
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	-	501,30	501,30	501,30
Total			5.187.206,40	5.187.206,40	4.258.197,69

Em 2006 foram inauguradas as Unidades em Catanduvas/PR e em Campo Grande/MS. No ano de 2007 não houve inauguração de nova Unidade Penal Federal. A obra da Unidade Federal em Mossoró/RN foi recebida provisoriamente em 05/12/2007, devendo ser recebida definitivamente no início de 2008. A obra da Penitenciária Federal em Porto Velho encontra-se 82,46% de execução. A 5ª Unidade Federal deverá ser construída na Capital, Brasília, já estão sendo realizadas as tratativas junto ao Governo do Distrito Federal.

Portanto, o quantitativo de vagas no Sistema Penitenciário Federal é de 416, todavia, só estão mantidos nos estabelecimentos de Catanduvas e Campo Grande 215 presos. A meta inicial ainda não pode ser atingida.

Tabela 51 – Metas

METAS	PREVISÃO		REALIZADAS
	INICIAL	CORRIGIDA	
FÍSICAS	800 presos mantidos	400 presos mantidos	215 presos mantidos
FINANCEIRAS	R\$ 13,932 milhões	R\$ 6,882 milhões	R\$ 5,187 milhões

Tendo em vista a falta de equipe administrativa, existe muita demora para a finalização dos procedimentos essenciais ao andamento das atividades das Penitenciárias Federais, como contratos de manutenção predial e de veículos.

Como outros resultados da ação, apresentamos a seguir o trabalho do Departamento para o oferecimento do tratamento preconizado na LEP aos presos do Sistema Penitenciário Federal:

a) Individualização da Pena

Elaborou-se a Portaria nº 2.065, de 12 de dezembro de 2007, que define os procedimentos da Comissão Técnica de Classificação no âmbito do Sistema Penitenciário Federal.

b) Assistência Educacional

Em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, no âmbito do Projeto Arca das Letras, os Agentes Penitenciários Federais foram treinados para trabalhar como agentes de leitura e cuidar da Biblioteca das Penitenciárias Federais em Catanduvas e Campo Grande. Nesses estabelecimentos penitenciários há um acervo bibliográfico de aproximadamente 300 (trezentas) obras à disposição dos internos.

Além disso, no estabelecimento de Campo Grande, em 06/08/2007, por meio de parceria firmada com a Secretaria Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, Escola Estadual Pólo Professora Regina Lúcia Betine, iniciaram-se aulas de alfabetização e de ensino médio para um grupo de 16 (dezesesseis) presos.

c) Assistência Laboral

Implantado, em 07/11/2007, na Penitenciária Federal em Catanduvas, o Programa Pintando a Liberdade, uma parceria com o Ministério do Esporte, visando a produção de materiais esportivos, que compreende a fase de costura de bolas.

d) Assistência Jurídica

É garantida pela Defensoria Pública da União, todavia, este órgão não atua em audiências de carta precatória de processos da Justiça Estadual, cabendo ao DEPEN empreender esforços para garantia da assistência jurídica nestes casos como, por exemplo, a parceria com o Estado do Paraná que disponibilizou um servidor para este atendimento.

e) Assistência à Saúde

Com a contratação de nove profissionais, sendo dois médicos, um dentista, um farmacêutico, um enfermeiro, um assistente social, um psicólogo, um técnico em enfermagem

e um técnico em higiene dental as ações na área de saúde necessita ser implantada mediante realização de concurso público.

Em relação ao reflexo da inauguração do sistema penitenciário federal sobre o quantitativo de rebeliões nos estabelecimentos penais estaduais, informamos que ocorreu uma diminuição.

No período compreendido entre o 2º semestre de 2006 e o ano de 2007, o percentual de rebeliões nos sistemas penitenciários estaduais diminuiu 66,99 %, excluindo-se os Estados de AP, BA, DF, MG, PR, PI, RR e TO, os quais ainda não transferiram presos para o Sistema Penitenciário Federal.

Para efeitos de estudo conceituou-se “rebelião” de forma genérica como todas as situações de insubordinação grave, com ou sem violência contra pessoas ou instalações dos estabelecimentos penais estaduais.

Destarte, conclui-se que os meios disponíveis não permitem uma análise científica do ponto de vista estatístico. As correlações realizadas foram superficiais, mas permitem supor, com razoável grau de certeza, que existe uma vinculação direta entre o isolamento, nas Penitenciárias Federais, das principais lideranças do crime organizado que estavam custodiados nos estabelecimentos penais estaduais. Também conclui-se que uma eventual transferência para as unidades penais federais é fator inibitório das rebeliões nas unidades estaduais.

Portanto, observa-se que o escopo do Sistema Penitenciário Federal tem sido alcançado, no que tange à custódia de presos diferenciados, ou seja, de alta periculosidade, desarticulando, assim, quadrilhas do crime organizado, tráfico de entorpecentes e diversos outros delitos.

Movimentações de Presos no Sistema Penitenciário Federal

A inclusão e a transferência de presos para as unidades do Sistema Penitenciário Federal está disciplinada na Resolução nº 557, do Conselho da Justiça Federal, de 08/05/2007, que determina a competência do juízo federal para exercer a atividade jurisdicional de execução penal dos estabelecimentos federais.

As escoltas são realizadas pelos agentes penitenciários federais, apoiados por policiais federais, dependendo do grau de periculosidade do preso a ser transportado.

Missões em Sistemas Penitenciários Estaduais

Em 09/02/2007 foi firmado Acordo de Cooperação Federativa entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/MS, mediante o qual foram cedidos temporariamente Agentes Penitenciários Federais para prestar apoio ao Sistema Penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul. Destarte foi deflagrada a “Operação Máxima”, a qual foi desenvolvida na Penitenciária Estadual Jair de Carvalho.

Foram disponibilizados 80 Agentes Penitenciários Federais para exercerem suas atribuições em regime de escala no referido estabelecimento prisional, visando a padronização dos procedimentos de segurança e disciplina, tendo em vista o nível diferenciado de procedimentos utilizado pelos Agentes Penitenciários Federais em suas atividades no Sistema Penitenciário Federal.

Em 15/06/2007 foi firmado Acordo de Cooperação Federativa entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Estado de Justiça do Espírito Santo, mediante o qual foram cedidos temporariamente Agentes Penitenciários Federais para prestar apoio ao Sistema Penitenciário local.

Deflagrou-se então a “Operação Viana”, a qual foi desenvolvida na Penitenciária Estadual de Segurança Máxima II, em Viana/ES. O Acordo esteve vigente até o mês de agosto. Foram disponibilizados 15 Agentes Penitenciários Federais para exercerem suas atividades em regime de escala no referido estabelecimento prisional, posto tratar-se de penitenciária recém-construída. A referida missão visou orientar os agentes penitenciários locais, os quais haviam sido contratados recentemente.

Além disso, ao longo do ano de 2007, o DEPEN, por intermédio da cessão temporária de Agentes Penitenciários Federais, executou missões de apoio ao Departamento de Polícia Federal, as quais foram desenvolvidas nas custódias da Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, a partir de 29/05/07. Na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul a missão de apoio foi desenvolvida no período de novembro de 2006 a março de 2007.

Houve também a cessão temporária de Agentes Penitenciários Federais às custódias das Delegacias de Polícia Federal em Três Lagoas, Naviraí, Dourados, Corumbá e Ponta Porã, localizadas no Estado do Mato Grosso do Sul no período de dezembro de 2006 a março de 2007.

Normatizações

Buscando regulamentar os procedimentos no Sistema Penitenciário Federal foram publicadas as seguintes Portarias:

I. Portaria nº 120, de 19 de setembro de 2007 – Disciplina a prestação da Assistência Religiosa nos estabelecimentos penais federais ;

II. Portaria nº 122, de 19 de setembro de 2007 – Disciplina o procedimento de visita aos presos nos estabelecimentos penais federais e dá outras providências;

III. Portaria nº 123, de 19 de setembro de 2007 – Disciplina os objetos e materiais cuja posse é permitida pelos presos nas penitenciárias federais;

IV. Portaria nº 157, de 05 de novembro de 2007 – Disciplina o procedimento da revista para acesso às penitenciárias federais;

V. Portaria nº 2.065, de dezembro de 2007 - Define os procedimentos da Comissão Técnica de Classificação no âmbito do Sistema Penitenciário Federal.

Capacitação de Agentes Penitenciários Federais

Ao longo do ano de 2007 foram realizados diversos cursos voltados à capacitação dos Agentes:

- curso de Intervenção Tática em Recinto Carcerário, Gerência Penitenciária de Operações Especiais, Brasília – DF, de 26/02 a 03/03/2007, cujo objetivo evitar o início de rebeliões dentro das dependências das penitenciárias federais, bem como prepará-los para o controle de rebeliões, caso ocorressem;

- curso “Projeto Básico e elaboração de Editais”, de 02 a 06/07/2007, no Rio de Janeiro/RJ;

- treinamento sobre utilização do espectômetro SABRE4000, ministrado pela empresa EBCO em Brasília/DF, na sede do DEPEN e nas dependências da Superintendência da Polícia Federal no Distrito Federal, nos dias 04 a 06/10/2007. O referido equipamento foi adquiri-

do pelo DEPEN com vistas a impedir a entrada de substâncias entorpecentes e/ou explosivos nas dependências dos estabelecimentos prisionais federais.

- curso “Avaliação de Segurança Sanitária em Unidades Prisionais”, nos dias 05 a 07/12/2007, no Rio de Janeiro/RJ.
- Curso Básico de Inteligência na Área de Segurança Pública, realizado em Campo Grande/MS;
- Feira Interamericana de Tecnologia em Segurança Pública, realizada no Estado do Rio de Janeiro/RJ;
- Curso Básico de inteligência Policial, ministrado em Brasília/DF pela ANP/DPF e Diretoria de Inteligência Policial/DPF;
- Seminário de Inteligência Capixaba, realizado em Vitória/ES;
- Curso Básico de Manutenção em Pistola e Carabina Taurus, realizado em Porto Alegre/RS;
- Curso Básico de Manutenção em carabina 5.56 IMBEL, realizado em Itajubá/MG.

Atuação da Corregedoria-Geral

No ano de 2007 foram instauradas 10 (dez) sindicâncias, sendo 6 (seis) para apurar irregularidades administrativas atribuídas a servidores lotados e em exercício na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR e 4 (quatro) na Unidade Prisional em Campo Grande/MS.

Foi instaurado também o Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2007, que apurou possível falta disciplinar imputada a servidores lotados e em exercício na Penitenciária Federal em Catanduvas/PR.

A Coordenação da ação possui um quadro de pessoal na estrutura sede do Depen insuficiente para desenvolver plenamente suas atividades.

Como o quadro de Agentes Penitenciários Federais encontram-se em estágio probatório, fez-se necessária a colaboração de outros órgãos, destacando o Departamento de Polícia Federal, para a composição de comissão de procedimento administrativo disciplinar objetivando apurar as irregularidades denunciadas.

4.1.3.15 Ação 0119 - Contribuição Anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes -ILANUD

Tabela 52 – Dados Gerais da Ação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	
Descrição	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento Penitenciário Nacional
Unidades executoras	
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	
Coordenador nacional da ação	
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	_____

4.1.3.15.1 Resultados

Contribuição anual ao Instituto Latino-Americano para Prevenção do Delito e Tratamento de Delinqüentes -ILANUD, conforme acordo de cooperação assinado entre o ILANUD e a República Federativa do Brasil.

Tabela 53 – Despesas

R\$ 1,00

Natureza da Despesa		UF Beneficiada	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Valores Pagos
338041	CONTRIBUI-COES	-	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Total			30.000,00	30.000,00	30.000,00

A ação não possui meta física.

Tabela 54 – Posição Contábil dos Convênios Expirados

Nº SIAFI	Fim da Vigência	Valor do Convênio/ CR / TP	UF	Valor a aprovar	Valor a comprovar	Valor a liberar	Situação
336113	20/AGO/1999	60.000,00	GO	60.000,00	0,00	0,00	TCE (aguardando julgamento das contas pelo TCU)
403769	18/MAI/2007	2.122.776,53	PB	2.122.776,53	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
404125	19/JUN/2007	3.885.579,99	MS	1.613.004,99	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
413563	28/MAI/2007	3.660.554,96	PB	2.160.554,96	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
413565	28/MAI/2007	3.521.264,31	PB	2.021.264,31	0,00	0,00	ofício solicitando regularização enviado ao convenente
414365	28/JUN/2007	2.000.190,01	PB	613.357,55	0,00	0,00	Ofício 714-DEPEN, de 5/3/2008 solicita regularização
414365	28/JUN/2007	2.000.190,01	PB	0,00	0,00	55.000,00	Ofício 714-DEPEN, de 5/3/2008 solicita regularização
425560	29/AGO/2007	5.925.002,97	SP	5.925.002,97	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
425566	28/JUL/2007	6.151.218,22	SP	6.151.218,22	0,00	0,00	Ofício 733-DEPEN, de 7/3/2008 solicita devolução até 31/3/2008
448798	02/MAR/2007	16.332.698,93	SP	5.717.965,19	0,00	0,00	solicitada inadimplência
455q144	25/MAR/2007	1.436.663,02	PE	1.436.663,02	0,00	0,00	Ofício 885-DEPEN, de 24/3/2008 informa o valor a ser devolvido até 31/3/2008
457955	31/JUL/2007	3.177.205,80	MG	3.177.205,80	0,00	0,00	Ofício 754-DEPEN, de 12/3/2008 solicita regularização até 20/3/2008

Nº SIAFI	Fim da Vigência	Valor do Convênio/ CR / TP	UF	Valor a aprovar	Valor a comprovar	Valor a liberar	Situação
465937	26/DEZ/2003	92.070,00	PE	92.070,00	0,00	0,00	Ofício 717-DEPEN, de 5/3/2008 solicitou devolução do recurso até 31/3/2008
466821	23/NOV/2007	2.969.615,85	PE	1.696.520,32	0,00	0,00	análise financeira
480836	30/JUN/2007	2.382.197,08	PE	2.382.197,08	0,00	0,00	Ofício 407-DEPEN, de 11/2/2008 solicitou regularização
483461	06/ABR/2007	11.972.519,12	SP	4.489.694,67	0,00	0,00	será inscrito no cadastro de inadimplentes
483486	06/JUN/2007	11.834.018,92	SP	2.958.504,73	0,00	0,00	será inscrito no cadastro de inadimplentes
483487	06/JUN/2007	11.871.426,96	SP	2.967.856,74	0,00	0,00	será inscrito no cadastro de inadimplentes
483662	16/DEZ/2007	995.116,93	SP	530.273,75	0,00	0,00	Ofício 721-DEPEN, de 6/3/2008 solicitou regularização até 1/4/2008
485182	06/JAN/2006	146.040,00	CE	146.040,00	0,00	0,00	Ofício 893-DEPEN, de 25/3/2008 solicitou regularização
485378	30/NOV/2007	2.505.897,24	SP	2.505.897,24	0,00	0,00	Ofício 720-DEPEN, de 6/3/2008 solicita regularização de documentos da prestação de contas final até 1/4/2008
487565	29/DEZ/2006	1.998.631,00	RO	0,00	0,00	210.636,82	prestação de contas aprovada
514580	14/ABR/2006	159.422,00	RS	159.422,00	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
514770	18/JUN/2007	13.681.170,80	SP	13.681.170,80	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
515509	22/MAR/2007	558.465,05	RJ	0,00	0,00	279.230,00	prestação de contas aprovada
517501	11/FEV/2007	133.658,83	AL	133.658,83	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
517591	29/ABR/2006	149.600,00	CE	149.600,00	0,00	0,00	aguardando documentação solicitada em virtude da vistoria in loco realizada em 6/3/2008
517713	23/JUN/2007	158.341,00	BA	158.341,00	0,00	0,00	Ofício 814-DEPEN, de 18/3/2008 solicitou regularização até 8/4/2008

Nº SIAFI	Fim da Vigência	Valor do Convênio/ CR / TP	UF	Valor a aprovar	Valor a comprovar	Valor a liberar	Situação
538435	30/OUT/2007	74.322,00	PB	74.322,00	0,00	0,00	ofício solicitando regularização enviado ao convenente
538436	27/JUN/2007	80.998,11	RO	80.998,11	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
538438	27/NOV/2007	86.322,69	MS	86.322,69	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
538442	27/JAN/2007	109.915,00	RS	109.915,00	0,00	0,00	Ofício 815-DEPEN, de 18/3/2008 solicitou regularização
538443	27/NOV/2007	85.306,51	MT	85.306,51	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
538445	27/OUT/2007	308.765,91	SP	308.765,91	0,00	0,00	documentação enviada pelo convenente sendo analisada
538566	27/FEV/2007	42.057,18	RR	42.057,18	0,00	0,00	Ofício 735-DEPEN, de 10/3/2008 solicitou regularização até 7/4/2008
539220	27/DEZ/2007	84.187,50	MS	84.187,50	0,00	0,00	prestação de contas final sendo analisada
539221	27/NOV/2007	59.130,00	PE	59.130,00	0,00	0,00	ofício solicitando regularização enviado ao convenente
539224	27/DEZ/2006	173.218,00	PA	0,00	0,00	86.609,00	prestação de contas aprovada
539227	27/OUT/2006	145.176,41	RR	0,00	0,00	72.588,20	prestação de contas final aprovada
539242	27/DEZ/2006	249.951,11	DF	80.000,00	0,00	0,00	ofício solicitando regularização enviado ao convenente
539242	27/DEZ/2006	249.951,11	DF	0,00	0,00	169.951,11	ofício solicitando regularização enviado ao convenente
539245	27/OUT/2007	327.064,67	ES	327.064,67	0,00	0,00	prestação de contas final sendo analisada
539248	31/DEZ/2007	91.582,47	AC	91.582,47	0,00	0,00	prestação de contas final sendo analisada
577355	08/NOV/2007	585.360,00	MS	585.360,00	0,00	0,00	Ofício 734-DEPEN, de 10/3/2008 solicitou regularização até 1/4/2008

Nº SIAFI	Fim da Vi- gência	Valor do Con- vênio/ CR / TP	UF	Valor a apro- var	Valor a comprovar	Valor a liberar	Situação
577358	31/DEZ/2007	29.820,00	DF	29.820,00	0,00	0,00	prestação de contas final sendo analisada
577387	22/OUT/2007	49.294,20	CE	49.294,20	0,00	0,00	Ofício722-DEPEN, de 6/3/2008 solicitou regularização até 2/4/2008
577409	22/DEZ/2007	754.518,39	PR	304.175,95	0,00	0,00	prestação de contas final sendo analisada
577444	25/DEZ/2007	39.285,00	PI	39.285,00	0,00	0,00	prestação de contas final sendo analisada
577478	29/DEZ/2007	36.175,92	RN	0,00	36.175,92	0,00	recursos repassados foram restituídos in- tegralmente

5. Desempenho Operacional

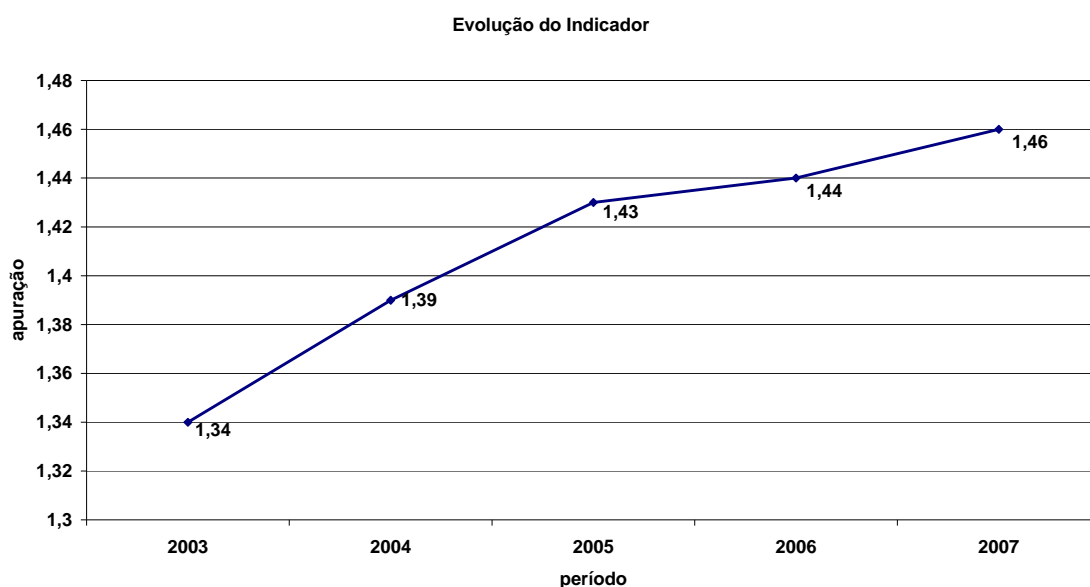
O Departamento Penitenciário Nacional não possui indicadores para aferir o desempenho sistemático dos procedimentos administrativos implementados, mas tão somente para avaliar o desempenho operacional do Programa 0661 – Aprimoramento da Execução Penal.

A seguir apresentamos os indicadores informados e apurados no âmbito do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPlan.

1) Déficit de Vagas no Sistema Prisional

Visa aferir a variação quantitativa da população prisional do País e velocidade dessa variação. Avalia a efetividade do Programa. A fórmula de cálculo é representada pela relação entre a população prisional e a lotação padrão do sistema. A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN. Ao final de 2007, o resultado da apuração foi de 1,46. A figura abaixo ilustra a evolução do indicador desde 2005.

Gráfico 3 – Evolução do Indicador



O indicador possui comportamento crescente ao longo dos anos, revelando que o número de vagas geradas (financiadas) pelo Programa não acompanha o avanço da população prisional.

Como mencionado anteriormente, este indicador decorre de uma relação entre duas variáveis - lotação padrão e população prisional. A primeira delas (denominador da relação) possui comportamento estável, previsível e diretamente proporcional ao volume de recursos investidos na construção e ampliação de estabelecimentos penais. A segunda, possui comportamento instável, que depende muito mais da eficiência de políticas públicas (diretas ou indiretas) do que exclusivamente do volume de investimentos. Até aspectos legais e normativos influenciam essa variável. Progressões de regime, assistência jurídica, aplicação de penas substitutivas às restritivas de liberdade, profissionalização do preso, elevação de escolaridade, bom atendimento à saúde, etc, são aspectos que contribuem para frear o vertiginoso crescimento populacional nas prisões brasileiras, seja de forma direta, seja combatendo o índice de reincidência criminal.

O Programa em 2007 teve avanços significativos como crescimento e fortalecimento de parcerias entre DEPEN/MJ e outros órgãos dos Governos Federal e Estaduais; o fortalecimento da aplicação das penas e medidas alternativas; o maior envolvimento dos diversos órgãos de execução penal País afora. Assim, a simples comparação entre os valores do indicador de 2003 a 2007 não possui a capacidade de medir ou traduzir os avanços do Programa, notadamente no último ano.

Evidentemente, não fosse a implementação do Programa, o cenário do sistema penitenciário nacional teria extrapolado os contornos do tolerável.

Para o PPA 2008-2011, a fórmula de cálculo terá as posições de numerador e denominador invertidas.

2) Percentual de Mulheres em Presídios Femininos

Visa aferir distorções relacionadas a mistura de gêneros no mesmo estabelecimento penal. Avalia a efetividade do Programa. A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o total de mulheres em presídio feminino e o total de mulheres (incluindo estabelecimentos mistos). A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN. Sua apuração foi de 0,63 em junho/2007 e de 0,70 em dezembro de 2007, o que demonstra redução das distorções (o número ideal é 1,00). Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.

O Acordo de Cooperação firmado em 2006 entre o Departamento Penitenciário Nacional e a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República vem se mostrando como uma alternativa viável e efetiva para o enfrentamento das questões de gênero no âmbito do sistema penitenciário.

3) Percentual de Presos que Trabalham

Visa aferir a **efetividade** das políticas de profissionalização implementadas no âmbito do sistema penitenciário. A fórmula de cálculo é representada pela relação entre o número de presos que trabalham e o número total de presos. A aferição é feita a partir dos dados inseridos pelos Estados no Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN, gerenciado pelo DEPEN. Sua apuração foi de 0,24 em junho/2007 e de 0,21 em dezembro de 2007, sinalizando que as políticas de profissionalização devem ser intensificadas (o número ideal é 1,00). Esse indicador foi inserido no PPA 2008-2011, razão pela qual não há apurações em anos anteriores a 2007.

4) Outros indicadores – Acórdão nº 1.742/2006 TCU – Plenário

O Acórdão nº 1.742/2006 – Plenário – trata de monitoramento decorrente da Decisão nº 1.715/2002 – Plenário – que **versa** sobre o tema “Profissionalização do Preso”. Assim determina o item 9.2.1 do referido Acórdão:

“9.2. determinar ao Departamento Penitenciário Nacional que:

9.2.1. passe a informar, no Relatório de Gestão que acompanha suas tomadas de contas anuais, a evolução dos seguintes indicadores de desempenho: percentual de educandos no ensino fundamental, percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria;”

O Sistema de Informações Penitenciárias – INFOPEN – gerenciado pelo Departamento Penitenciário Nacional não possui previsão para aferir o *percentual de educandos cursando o ensino fundamental*. As tabelas a seguir ilustram o perfil da população prisional brasileira em relação ao grau de instrução (escolaridade) nos meses de junho/2007 e dezembro/2007.

Item	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
Analfabeto	318	515	142	122	1296	54	371	482	416	722	871	534	997	734
Alfabetizado	395	412	309	227	1538	109	33	937	1297	938	2047	743	2343	906
Ensino Fundamental Incompleto	1190	481	1474	890	3812	93	4935	2251	2011	851	9591	4863	3204	3453
Ensino Fundamental Completo	194	109	331	253	673	26	819	466	524	233	1630	1279	1302	794
Ensino Médio Incompleto	1454	120	203	183	533	19	796	666	458	176	1532	783	805	478
Ensino Médio Completo	107	55	258	131	450	0	456	322	236	180	852	689	591	342
Ensino Superior Incompleto	23	7	11	12	40	0	99	46	13	10	88	88	48	19
Ensino Superior Completo	6	5	10	0	22	0	14	10	8	2	47	50	49	5
Ensino acima de Superior Completo	0	0	0	0	2	0	1	2	0	0	9	2	0	0
Não Informado	0	0	0	0	46	0	65	139	1	128	192	0	0	0
TOTAL	3.687	1.704	2.738	1.818	8.412	301	7.589	5.321	4.964	3.240	16.859	9.031	9.339	6.731

Item	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Analfabeto	1999	3219	289	702	754	428	350	109	1272	416	383	6529	211	24235
Alfabetizado	1357	1914	451	1208	389	543	1090	214	1953	2339	401	32602	313	57008
Ensino Fundamental Incompleto	1894	4530	685	9455	13690	1111	2588	339	14629	4341	1138	53662	585	147746
Ensino Fundamental Completo	562	678	224	2652	2550	177	521	205	3242	1640	74	20072	171	41401
Ensino Médio Incompleto	427	687	116	2339	823	152	332	172	1503	996	67	15492	126	31438
Ensino Médio Completo	201	314	94	1810	858	117	274	150	741	827	62	10922	111	21150
Ensino Superior Incompleto	24	36	6	1056	108	12	28	7	210	94	8	1065	9	3167
Ensino Superior Completo	10	19	7	239	69	17	9	3	93	39	3	712	9	1457
Ensino acima de Superior Completo	0	1	0	8	2	0	0	0	14	0	0	17	0	58
Não Informado	0	130	0	0	0	229	0	0	47	59	0	2153	0	3189
TOTAL	6.474	11.528	1.872	19.469	19.243	2.786	5.192	1.199	23.704	10.751	2.136	143.226	1.535	330.849

Referência: Junho/2007

Item	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA
Analfabeto	258	510	139	86	1305	457	370	397	605	548	984	601	1143	113
Alfabetizado	321	417	372	120	1570	1633	3132	763	1404	711	2283	994	1230	230
Ensino Fundamental Incompleto	1259	378	1628	1071	3571	3064	4987	2866	4122	877	12426	4665	3628	1014
Ensino Fundamental Completo	163	77	239	304	691	548	837	675	1218	249	1945	1359	1445	1356
Ensino Médio Incompleto	227	69	237	180	585	117	784	825	847	172	1995	843	1007	1592
Ensino Médio Completo	137	41	313	106	432	321	464	387	534	216	1050	679	678	2616
Ensino Superior Incompleto	29	7	17	2	44	26	106	65	56	20	148	103	76	53
Ensino Superior Completo	9	16	14	1	24	20	21	14	20	8	56	49	35	0
Ensino acima de Superior Completo	0	0	0	0	2	0	0	2	1	0	9	1	0	0
Não Informado	0	2	157	0	36	5990	106	0	0	1	442	10	0	0
TOTAL	2.403	1.517	3.116	1.870	8.260	12.176	10.807	5.994	8.807	2.802	21.338	9.304	9.242	6.974

Item	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO	TOTAL
Analfabeto	2580	4235	363	689	4069	569	329	103	1257	473	343	7008	190	29724
Alfabetizado	2021	1637	356	1195	511	607	687	147	2019	2114	357	25228	273	52332
Ensino Fundamental Incompleto	2381	8203	715	10056	13849	1215	2765	551	16068	4168	1289	55783	634	163233
Ensino Fundamental Completo	693	450	246	2925	2514	221	520	186	3168	1902	86	19642	187	43846
Ensino Médio Incompleto	292	2783	146	2481	801	181	482	152	1698	1048	68	14392	141	34145
Ensino Médio Completo	86	732	89	2106	913	137	304	136	948	827	69	10401	116	24838
Ensino Superior Incompleto	16	128	8	959	118	23	31	15	194	110	5	1056	19	3434
Ensino Superior Completo	10	70	5	295	74	20	10	10	95	40	2	659	9	1586
Ensino acima de Superior Completo	1	4	0	9	2	3	0	1	1	2	0	19	0	57
Não Informado	0	594	109	2	0	0	0	0	51	61	0	3904	0	11465
TOTAL	8.080	18.836	2.037	20.717	22.851	2.976	5.128	1.301	25.499	10.745	2.219	138.092	1.569	364.660

Referência: Dezembro/2007

Em relação ao percentual de treinandos em qualificação profissional, número de apenados que trabalham em oficinas próprias e número de apenados que trabalham em oficinas em parceria a que se refere o Acórdão, o Sistema INFOPEN nos fornece a seguinte tabela:

Tabela 55 – Despesas

UF	Junho/2007		Dezembro/2007	
	Nº de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo	Nº de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Interno	Nº de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Externo	Nº de Presos em Programas de Laborterapia-Trabalho Interno
AC	223	343	98	339
AL	40	619	47	619
AM	45	724	38	595
AP	100	208	164	374
BA	545	1.936	177	2.450
CE	7	828	-	817
DF	386	1.080	467	968
ES	195	612	230	503
GO	76	1.164	360	1.904
MA	206	530	257	326
MG	1.566	2.202	1.250	2.153
MS	767	2.608	610	1.763
MT	185	1.472	179	1.830
PA	248	1.418	-	-
PB	219	1.369	356	1.578
PE	141	1.385	196	1.583
PI	47	725	29	744
PR	472	2.545	506	2.639
RJ	234	2.341	322	2.396
RN	232	568	121	404
RO	495	1.517	631	1.665
RR	66	82	177	239
RS	4.139	5.416	108	131
SC	486	5.939	500	5.706
SE	15	689	3	998
SP	9.006	30.330	8.789	29.395
TO	1	274	21	373
Total	20.142	68.924	15.636	62.492

Considerando uma população prisional (excluindo SSP) de **330.849 presos** em junho/2007 e **364.660 presos** em dezembro/2007, chega-se à seguinte apuração nacional:

Junho/2007

- *percentual de treinandos em qualificação profissional*: **26,9%**

- *número de apenados que trabalham em oficinas próprias (Programas Internos)*: **68.924 apenados (20,8%)**

- *número de apenados que trabalham em oficinas em parceria (Programas Externos)*: **20.142 apenados (6,08%)**

Dezembro/2007

- *percentual de treinandos em qualificação profissional*: **21,42%**

- *número de apenados que trabalham em oficinas próprias (Programas Internos)*: **62.492 apenados (17,13%)**

- *número de apenados que trabalham em oficinas em parceria (Programas Externos)*: **15.636 apenados (4,28%)**

Abstraindo eventuais incorreções praticadas pelos Estados na inserção de dados no Sistema INFOPEN, a comparação dos percentuais entre os meses de junho/2007 e dezembro/2007 revela que as políticas de profissionalização do preso e as parcerias institucionais decorrentes de tais políticas necessitam de reavaliação, quer seja na fase de planejamento, seja na de implementação.

Brasília, 28 de março de 2008

MAURÍCIO KUEHNE

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

ANEXO A – DEMONSTRATIVO DE TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Convênio	Responsável	CPF Responsável	Cargo	Endereço Residencial	Telefone	Valor Original (R\$)	Valor Recolhido (R\$)	Data do Recolhimento	Origem e Data das Ocorrências	Fato Motivador da Instauração	Fato Motivador do Arquivamento
073/2003 (487626)	Paulo Roberto de Oliveira Matos	227.632.600-04	Ex-Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia	Rua Paulo Leal, 1399, apt. 802 - Bairro N. Sra das Graças - Porto Velho/RO	(69) 9981 1219 e 9982-8620	28.000,00	43.461,00	8/12/2006	1. Fracionamento de despesas para adoção de dispensa de licitação (26/12/2003) ; 2. Ausência de certame licitatório (26/12/2003) ; 3. Devolução intempestiva de saldo (30/3/2005).	Não aprovação da prestação de contas em decorrência de irregularidades no processo licitatório	Devolução do débito imputado
							470,18	30/1/2007			
054/1998 (351803)	Joneval Gomes de Carvalho	062.647.861-87	Ex-Secretários de Estado de Segurança Pública de Goiás	Rua 233, Quadra C, lote 13, nº 1.315 – Setor Universitário Goiânia/GO	(62) 3218 2810 e 3218 0010	50.000,00	–	–	–	Acórdão n.º 51/2005 - 1ª Câmara/TCU, de 25/01/2005, determinou	Processo reanalisado pelo DEPEN e pela Coordenação de Contabilidade/MJ que identificaram ausência de

Convênio	Responsável	CPF Responsável	Cargo	Endereço Residencial	Telefone	Valor Original (R\$)	Valor Recolhido (R\$)	Data do Recolhimento	Origem e Data das Ocorrências	Fato Motivador da Instauração	Fato Motivador do Arquivamento
	Demóstenes Lázaro Xavier Torres	180.518.041-04		Rua C151 A, Q. 440, lote 01, Jardim América-Gioânia/GO	(61) 3311 2091 e 33112664					instauração da TCE em razão da movimentação de recursos em conta diferente da conta específica do convênio.	prejuízo ao erário (Despacho CCONT/DPROG/SE/MJ 017/2006). Prestação de contas aprovada em 6/2/2007, tendo sido o TCU informado previamente, por meio dos Ofícios 1585 e 2195/2006-DE-PEN/DIGER/GAB, de 14/8/2006 e 17/10/2006.

ANEXO C – DESPESAS COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: SÉRIE HISTÓRICA DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA

2005	2006	2007
NÃO HOUE	7.947,69	41.357,56

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	RONALDO URBANO	800,00
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	FRANCISCO DE ASSIS G. SOBRINHO	539,70
Ferramentas	Manutenção da Penitenciária	MARCEL MOTTA VIEIRA	27,00
Limpeza e Conservação	Manutenção da Penitenciária	MARCEL MOTTA VIEIRA	278,92
Material Educativo e Esportivo	Assistência ao Preso	MARCEL MOTTA VIEIRA	128,00
Material Elétrico e Eletrônico	Manutenção da Penitenciária	MARCEL MOTTA VIEIRA	600,00
Material Farmacológico e Hospitalar	Assistência a Saúde dos Presos	MARCEL MOTTA VIEIRA	812,50
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	MARCO LUIS GUIMARÃES	928,72
Material de Expediente	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARÃES	161,72
Material para Manutenção de Bens Imóveis	Manutenção das Viaturas	MARCO LUIS GUIMARÃES	221,00
Valvulas, Adaptadores e outros	Manutenção da Penitenciária	MARCO LUIS GUIMARÃES	78,93
Material de Higiene	Assistência ao Preso	MARCO LUIS GUIMARÃES	733,10
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	CLAUDIR CAMACHO MENDES	6.654,19
Reparos nas Viaturas	Manutenção das Viaturas	CLAUDIR CAMACHO MENDES	135,60
Medicamentos	Assistência a Saúde dos Presos	CLAUDIR CAMACHO MENDES	3.826,23
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	ROGERIO DE ARRUDA BAICERE	3.178,37
Material para Manutenção de Bens Imóveis	Manutenção da Penitenciária	ROGERIO DE ARRUDA BAICERE	173,50
Medicamentos	Assistência a Saúde do Preso	RITA DE CASSIA GOMES AMORIM	4.115,05
Material de Expediente e Informática	Manutenção Administrativa	RITA DE CASSIA GOMES AMORIM	513,01
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	ALESSANDRO COSTA DE SOUZA	5.255,19

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: DETALHAMENTO DAS DESPESAS PAGAS MEDIANTE FATURA

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Medicamentos	Assistência a Saúde do Preso	ALESSANDRO COSTA DE SOUZA	4.653,92
Medicamentos e Generos Alimenticios	Assistência a Saúde dos Presos	RICARDO YOJI OGAWA	1.054,05
Material de Copa e Cozinha	Manutenção Administrativa	RICARDO YOJI OGAWA	17,10
Material Eletrito Eletronico	Manutenção da Penitenciária	RICARDO YOJI OGAWA	90,35
Combustiveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	MARCELO MARQUES MIRANDA	741,29
Medicamentos	Assistência a Saúde dos Presos	MARCELO MARQUES MIRANDA	692,78
Reparos nas Viaturas	Manutenção das Viaturas	MARCELO MARQUES MIRANDA	230,00
Ferramentas	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	599,61
Material Eletrico e Eletronico	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	38,90
Material para Manutenção de Bens Imóveis	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	44,78
Material de Proteção e Segurança	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	137,50
Material para Audio e Vídeo	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	19,80
Material de Copa e Cozinha	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	63,40
Material de Cama, Mesa e Banho	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	394,00
Totais			37.938,21

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: SÉRIE HISTÓRICA DOS SAQUES EFETUADOS

2005	2006	2007
NÃO HOUE	26.815,00	52.268,00

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: DETALHAMENTO DOS SAQUES EFETUADOS EM 2007

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Material de Informática	Manutenção Administrativa	FRANCISCO DE ASSIS G. SOBRINHO	320,00
Serviços de Cópia e Reprodução	Manutenção Administrativa	FRANCISCO DE ASSIS G. SOBRINHO	50,00
Montagem de Móveis	Manutenção Administrativa	FRANCISCO DE ASSIS G. SOBRINHO	90,00
Utilização dos Serviços da ECT	Manutenção Administrativa	FRANCISCO DE ASSIS G. SOBRINHO	88,00
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	MARCEL MOTTA VIEIRA	800,00
Gêneros Alimentícios	Manutenção Administrativa	MARCEL MOTTA VIEIRA	1.053,00
Reparos nas Viaturas	Manutenção das Viaturas	MARCEL MOTTA VIEIRA	95,00
Material de Cama, Mesa e Banho	Assistência ao Preso	MARCEL MOTTA VIEIRA	800,00
Material de Limpeza e Higienização	Assistência ao Preso	MARCEL MOTTA VIEIRA	290,00
Material de Informática	Manutenção Administrativa	MARCEL MOTTA VIEIRA	914,30
Material Elétrico e Eletrônico	Manutenção da Penitenciária	MARCEL MOTTA VIEIRA	445,00
Material Farmacológico	Assistência a Saúde dos Presos	MARCEL MOTTA VIEIRA	794,18
Medicamentos	Assistência a Saúde dos Presos	MARCO LUIS GUIMARAES	2.829,00
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	MARCO LUIS GUIMARAES	725,00
Material de Expediente e Informática	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARAES	1.309,00
Reparos em Veículos Automotores	Manutenção das Viaturas	MARCO LUIS GUIMARAES	730,00
Serviço de Cópia e Reprodução	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARAES	24,00
Utilização dos Serviços da ECT	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARAES	342,00
Material de Cama, Mesa e Banho	Assistência ao Preso	MARCO LUIS GUIMARAES	800,00
Manutenção de Bens Imóveis	Manutenção da Penitenciária	MARCO LUIS GUIMARAES	762,00
Material de Sinalização e Armamento	Manutenção da Penitenciária	MARCO LUIS GUIMARAES	200,00
Taxas de Seguro e Licenciamentos	Manutenção das Viaturas	MARCO LUIS GUIMARAES	392,00
Material de Limpeza e Higienização	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARAES	94,00

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: DETALHAMENTO DOS SAQUES EFETUADOS EM 2007

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Material Elétrico e Ferramentas	Manutenção da Penitenciária	MARCO LUIS GUIMARAES	188,00
Conserto de Equipamentos	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARAES	280,00
Serviço de Confecção	Manutenção Administrativa	MARCO LUIS GUIMARAES	82,00
Serviços Hidráulicos	Manutenção da Penitenciária	MARCO LUIS GUIMARAES	200,00
Limpeza da Área Externa	Manutenção da Penitenciária	MARCO LUIS GUIMARAES	300,00
Medicamentos	Assistência a Saúde dos Presos	EGILDA LORENA D. DINIZ	800,00
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	EGILDA LORENA D. DINIZ	740,00
Gêneros Alimentícios	Manutenção Administrativa	EGILDA LORENA D. DINIZ	414,00
Material de Informática	Manutenção Administrativa	EGILDA LORENA D. DINIZ	93,00
Material de Proteção e Segurança	Proteção e Segurança dos Agentes	EGILDA LORENA D. DINIZ	800,00
Oculos e Próteses	Assistência aos Presos	EGILDA LORENA D. DINIZ	980,00
Conserto de Caneta de Alta Rotação	Manutenção de Equipamentos	EGILDA LORENA D. DINIZ	120,00
Reparos em Veículos Automotores	Manutenção das Viaturas	RONALDO VLADIMIR COELHO	1.090,00
Material de Expediente	Manutenção Administrativa	RONALDO VLADIMIR COELHO	480,00
Medicamentos	Assistência a Saúde dos Presos	RONALDO VLADIMIR COELHO	1.500,00
Serviço de Apoio	Manutenção Administrativa	RONALDO VLADIMIR COELHO	460,00
Medicamentos e Material Hospitalar	Assistência a Saúde dos Presos	CLAUDIR CAMACHO MENDES	2.050,00
Reparos em Veículos Automotores	Manutenção das Viaturas	CLAUDIR CAMACHO MENDES	300,00
Material de Informática	Manutenção Administrativa	CLAUDIR CAMACHO MENDES	120,00
Material Elétrico e Eletrônico	Manutenção de Bens Imóveis	CLAUDIR CAMACHO MENDES	380,00
Material de Limpeza e Higienização	Higienização do Presídio	CLAUDIR CAMACHO MENDES	36,00
Rebobinagem de Motor	Manutenção em Bens Imóveis	CLAUDIR CAMACHO MENDES	470,00
Material de Expediente	Manutenção Administrativa	CLAUDIR CAMACHO MENDES	488,00
Serviço de Apoio	Manutenção Administrativa	CLAUDIR CAMACHO MENDES	500,00
Agasalhos	Vestimentas para os presos	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	1.600,00
Medicamentos e Material Odontológico	Assistência a Saúde do Preso	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	1.775,03
Reparos em Veículos Automotores	Manutenção dos veículos	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	1.353,00
Conserto de Portão e Serviço de Soldagem	Manutenção de Bens Imóveis	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	1.540,00

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: DETALHAMENTO DOS SAQUES EFETUADOS EM 2007

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Material de Expediente e Informática	Manutenção Administrativa	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	138,80
Impressos	Manutenção Administrativa	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	280,00
Proteses	Assistência ao Preso	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	700,00
Higiene Pessoal	Assistência ao Preso	RITA DE CÁSSIA GOMES AMORIM	839,00
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	ALESSANDRO COSTA DE SOUZA	177,22
Medicamentos	Assistência a Saúde do Preso	ALESSANDRO COSTA DE SOUZA	550,00
Gêneros Alimentícios	Manutenção Administrativa	RICARDO YOJI OGAWA	729,00
Medicamentos	Assistência a Saúde do Preso	RICARDO YOJI OGAWA	90,00
Material de Proteção e Segurança	Manutenção Administrativa	RICARDO YOJI OGAWA	236,00
Material de Expediente	Manutenção Administrativa	RICARDO YOJI OGAWA	64,00
Licenciamento de Veículos	Manutenção das Viaturas	RICARDO YOJI OGAWA	349,67
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	MARCELO MARQUES MIRANDA	390,99
Medicamentos, Mat. Odontol. e Farmacol.	Assistência a Saúde dos Presos	MARCELO MARQUES MIRANDA	1.087,92
Gêneros de Alimentação	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	1.145,60
Material para Reparos nas Viaturas	Manutenção das Viaturas	MARCELO MARQUES MIRANDA	441,51
Material de Expediente e Informática	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	940,00
Material Elétrico e Eletrônico	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	222,49
Material de Expediente	Manutenção Administrativa	MARCELO MARQUES MIRANDA	828,41
Material de Limpeza e Higienização	Assistência ao Preso	MARCELO MARQUES MIRANDA	590,61
Limpeza da Área Externa	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	160,00
Confecção de Suporte	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	480,00
Agasalhos	Assistência ao Preso	MARCELO MARQUES MIRANDA	800,00
Reparos em Bens Imóveis	Manutenção da Penitenciária	MARCELO MARQUES MIRANDA	647,70
Reparos em Viaturas	Manutenção das Viaturas	MARCELO MARQUES MIRANDA	450,00
Material de Cama, Mesa e Banho	Assistência ao Preso	MARCELO MARQUES MIRANDA	547,50
Combustíveis e Lubrificantes	Abastecimento das Viaturas	GIULIANA TOMASSINI MELO	436,00
Gêneros Alimentícios	Manutenção Administrativa	GIULIANA TOMASSINI MELO	702,00
Medicamentos	Assistência a Saúde do Preso	GIULIANA TOMASSINI MELO	800,00
Material de Informática	Manutenção Administrativa	GIULIANA TOMASSINI MELO	48,00

CARTÃO DE CRÉDITO COORPORATIVO: DETALHAMENTO DOS SAQUES EFETUADOS EM 2007

DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA	JUSTIFICATIVA	RESPONSÁVEL	VALOR
Agasalhos	Assistência a Saúde do Preso	GIULIANA TOMASSINI MELO	798,00
Teste Psicologico	Manutenção Administrativa	GIULIANA TOMASSINI MELO	772,00
Reparos em Viaturas	Manutenção das Viaturas	GIULIANA TOMASSINI MELO	800,00
Serviços Gráficos	Manutenção Administrativa	GIULIANA TOMASSINI MELO	480,00
Conserto em equipamento	Manutenção da Penitenciária	GIULIANA TOMASSINI MELO	80,00
Totais			50.887,93

ANEXO D – RECOMENDAÇÕES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

I) Acórdão n.º 549/2007 1ª Câmara/TCU.

Determinou ao DEPEN a instauração da tomada de contas especial do Convênio n.º 013/2001-PI.

Providências Adotadas:

Ofício n.º 1006/2007-GAB/DEPEN, de 23/4/2007, informou ao TCU que o processo de TCE estava em fase de instrução por parte deste Departamento.

II) Acórdão n.º 1715/2007 1ª Câmara/TCU.

Determinou ao DEPEN a instauração da tomada de contas especial dos Convênios n.ºs 065/2000 e 091/2001 – PI.

Providências Adotadas:

Ofício n.º 2567/2007-GAB/DEPEN, de 21/9/2007, informou ao TCU que os processos de TCE de ambos os convênios estavam em fase de instrução por parte deste Departamento.

III) Acórdão n.º 1435/2007 Plenário/TCU.

Deu conhecimento do resultado da apreciação do Relatório de Levantamento de Auditoria que fiscalizou as obras objeto dos Convênios n.ºs 065/03, 066/03 e 067/03 – DF, solicitando que fossem retificados os registros de valores no SIAFI, caso ainda não tivessem ocorrido.

Providências Adotadas:

Como os registros do SIAFI já haviam sido corrigidos, a determinação do TCU foi somente arquivada nos respectivos processos.

IV) Acórdão n.º 1696/2007 Plenário/TCU.

Deu conhecimento da decisão de regularidade dos atos praticados pela Administração nas obras de Conclusão do Presídio de Segurança Máxima de Naviraí/MS – Conv. 193/2001.

Providências Adotadas:

Comunicação arquivada no respectivo processo.

2 SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

I) Relatório Auditoria de Acompanhamento n.º 183664.

Recomendação: 3.1.1.1

- a) Observar e atender integralmente às normas vigentes, no que tange à instrução, análise e aprovação de Prestação de Contas, sem prejuízo de atenção a eficiência e à eficácia, fundamental em qualquer etapa do trâmite ao qual está incumbido;
- b) Adotar medidas no sentido de agilizar o deslocamento das equipes incumbidas de receber as obras oriundas de convênios firmados com os estados, com vistas a cumprir o prazo estabelecido no art. 31 da IN/STN nº 01/97.

Providências Adotadas:

Item a: foram anexadas ao processo nº 08016.002027/2003-21 (Prestação de Contas do Convênio nº 063/2003) as cópias do Convênio, do Termo Aditivo e do Plano de Trabalho, às fls 126 a 146, embora os originais estejam no processo principal do convênio, às folhas 71 a 74, 119 a 128, 152 a 155, e 199 a 201, não havendo, pois, prejuízo na análise dos documentos, uma vez que os dois processos tramitam juntos no Departamento. Para evitar problemas no fluxo de tramitação de documentos, o DEPEN irá adotar a seguinte providência: no caso dos convênios que ainda não tenham a prestação de contas, quando os documentos forem enviados, serão arquivados no processo original, dando continuidade à numeração de páginas.

Item b: Em virtude da Portaria DEPEN nº 04, de 10.02.2006, que disciplinou o monitoramento e avaliação de das ações, projetos e atividades financiadas com recursos do FUNPEN, já existe no DEPEN o cronograma de fiscalização *in loco* de convênios celebrados. Essa iniciativa contribuirá de forma preventiva para fiel observância do prazo estabelecido no art. 31 da IN/STN nº 01/97.

Recomendação: 3.1.1.2

- a) Adotar medidas no sentido de agilizar o deslocamento das equipes incumbidas de receber as obras oriundas de convênios firmados com os estados, com vistas a cumprir o prazo estabelecido no art. 31 da IN/STN nº 01/97.

Providências Adotadas:

O DEPEN, no cumprimento de sua missão institucional, apóia os Estados na modernização e aprimoramento de seus sistemas penitenciários. Para tal, financia diversos projetos, dos quais se destacam aqueles voltados para a reintegração social do preso e para a construção, ampliação, reforma e aparelhamento de estabelecimentos penais. Esses projetos possuem capilaridade em todo território nacional, o que naturalmente cria dificuldades para o monitoramento e avaliação, ainda mais agravadas pelo déficit de pessoal técnico para esse mister. Uma iniciativa do DEPEN foi firmar parceria, ainda em 2004, com a Caixa Econômica Federal (contrato nº 003/2004) para o gerenciamento de projetos de obras de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Tal parceria vem se mostrando extremamente positiva, pois a Caixa possui pessoal técnico em número suficiente para atuar nas fases de análise de projetos (aspectos técnicos de engenharia) e de fiscalização *in loco* das obras. O objetivo da parceria é conferir maior eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Por outro turno, as prestações de contas dos convênios de engenharia anteriores a 2004 e aqueles destinados à reintegração social, ensino e penas alternativas, vêm sofrendo um controle mais rígido por parte da equipe do DEPEN, conforme relação de convênios existentes na contas a comprovar e a aprovar, fazendo-se cumprir o prazo estabelecido no parágrafo 4º do art. 31 da IN/STN nº 01/97.

Recomendação: 3.1.1.3

a) Fazer constar dos processos de prestação de contas toda a documentação mencionada nos Termos de Aceitação de Obras, ofícios e Informações, a exemplo de Notas Técnicas, Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistoria de Obra, de forma a possibilitar uma análise mais detalhada dos fatos ocorridos durante a execução do convênio.

Providências Adotadas:

Foram anexadas ao processo nº 08016.001967/2003-01 (Prestação de Contas do Convênio nº 031/2003) as cópias dos documentos indicados, às fls. 335, 346 e 374 a 402; foram anexadas ao processo nº 08016.002027/2003-21 (Prestação de Contas do Convênio nº 063/2003) as cópias dos documentos indicados, às fls. 484 a 520; foram anexadas ao processo nº

08016.005587/2001-75 (Prestação de Contas do Convênio nº 211/2001) as cópias dos documentos indicados, às fls. 465 a 485.

Destacamos que os documentos originais estão arquivados no processo principal dos convênios, às folhas 1228 a 1242, 1245, 1317, 1335, 1346 e 1347, 1352 a 1354; 351, 362 e 363, e 370; e 748 a 751, 804 a 814 e 824 a 846, respectivamente, não havendo, pois, prejuízo na análise, uma vez que os dois processos tramitam juntos no Departamento. Para evitar problemas no fluxo de tramitação de documentos, o DEPEN irá adotar a seguinte providência: no caso dos convênios que ainda não tenham a prestação de contas, quando os documentos forem enviados, serão arquivados no processo original, dando continuidade à numeração de páginas.

Recomendação: 3.1.1.4

a) Fazer constar dos processos de Prestações de Contas toda a documentação mencionada nos Termos de Aceitação de Obras, Ofícios e Informações, a exemplo de Notas Técnicas, Pareceres Técnicos, Relatórios de Vistoria de Obras, de forma a possibilitar uma análise mais detalhada dos fatos ocorridos durante a execução do Convênio.

Providências Adotadas:

Foram anexadas ao processo nº 08016.001967/2003-01 (Prestação de Contas do Convênio nº 031/2003) as cópias dos documentos indicados, às fls. 335, 346 e 374 a 402; foram anexadas ao processo nº 08016.002027/2003-21 (Prestação de Contas do Convênio nº 063/2003) as cópias dos documentos indicados, às fls. 484 a 520; foram anexadas ao processo nº 08016.005587/2001-75 (Prestação de Contas do Convênio nº 211/2001) as cópias dos documentos indicados, às fls. 465 a 485.

Destacamos que os documentos originais estão arquivados no processo principal dos convênios, às folhas 1228 a 1242, 1245, 1317, 1335, 1346 e 1347, 1352 a 1354; 351, 362 e 363, e 370; e 748 a 751, 804 a 814 e 824 a 846, respectivamente, não havendo, pois, prejuízo na análise, uma vez que os dois processos tramitam juntos no Departamento. Para evitar problemas no fluxo de tramitação de documentos, o DEPEN irá adotar a seguinte providência: no caso dos convênios que ainda não tenham a prestação de contas, quando os documentos forem enviados, serão arquivados no processo original, dando continuidade à numeração de páginas.

Recomendação: 3.1.1.5

a) Fazer constar dos processos de prestação de contas toda a documentação exigida no art. 28 da IN/STN nº 01/97.

Providências Adotadas:

Foram anexadas ao processo nº 08001.002501/2003-83 (Prestação de Contas do Convênio nº 069/2003) as cópias dos documentos solicitados, às fls 244 e 245, 252 e 253, e 256 e 257, embora os originais estejam no processo principal do convênio, às folhas 1200 e 1202, 1238 e 1239, e 1243, não havendo, pois, prejuízo na análise dos documentos, uma vez que os dois processos tramitam juntos no Departamento. Destacamos ainda, que não foi celebrado o oitavo termo aditivo.

Para evitar problemas no fluxo de tramitação de documentos, o DEPEN irá adotar a seguinte providência: no caso dos convênios que ainda não tenham a prestação de contas, quando os documentos forem enviados, serão arquivados no processo original, dando continuidade à numeração de páginas.

Recomendação: 3.1.1.6

a) Itens a e d: Abster-se de aceitar Notas Fiscais/Recibos contendo itens generalizados ou abreviados que impossibilitem o conhecimento das despesas efetivamente realizadas em observância ao contido no § 1º do art. 63 da Lei nº 4.320/64, o qual dispõe que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, tendo essa verificação por fim apurar:

I – a origem e o objeto do que se deve pagar;

II – a importância exata a pagar;

III – a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

b) Adotar medidas junto ao conveniente no sentido de fazer constar dos processos de convênios a razão da escolha do fornecedor ou prestador de serviços e a justificativa do preço, nos termos dos incisos II e III o parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e, nos casos em que couber, utilizar o procedimento licitatório visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia

e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme dispõe o art. 3º da referida Lei.

c) Adotar providências no sentido de evitar a prestação de serviços, por intermédio de empresas terceirizadas contratadas, que mantenham em seus quadros parentes de empregados da contratante, em atenção aos princípios da impessoalidade e da moralidade, não se devendo chegar ao extremo de impedir que casos específicos sejam avaliados de forma criteriosa, observados os interesses maiores da instituição, nos termos do Acórdão 3585/2006 – Primeira Câmara, devendo ainda, adotar medidas no sentido de instaurar procedimento licitatório, nos casos em que couber, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Fazer constar dos processos de prestação de contas toda a documentação exigida no art. 28 da IN/STN nº 01/97.

Providências Adotadas:

Itens a, b e c: embora o conveniente tenha apresentado os esclarecimentos solicitados, que foram enviados a Controladoria-Geral da União, por meio do Ofício nº 134/2007-DEPEN/DIGER/GAB, de 18/01/2007 e juntados ao Processo de Prestação de Contas às fls 651 a 819, será estornada a prestação de contas do convênio 033/2004 (processo nº 08001.001461/2004-33) e registrada na conta a aprovar para reanálise da documentação.

Recomendação: 3.1.1.7

a) Determinar ao conveniente que realize procedimento licitatório na aquisição dos itens relacionados no plano de trabalho dos convênios celebrados, em cumprimento ao disposto no art. 27 da IN/STN nº 01/97;

b) Adotar medidas no sentido de agilizar o deslocamento de equipes incumbidas de receber as obras oriundas de convênios firmados com os estados, com vistas a cumprir o prazo estabelecido no art. 31 da IN/STN nº 01/97.

Providências Adotadas:

Item a: a obrigatoriedade de realização de procedimentos licitatórios pelos convenientes já consta dos Instrumentos de Convênios na Cláusula Terceira – Das Obrigações do Conveniente:

“observar as normas sobre procedimentos licitatórios tais como: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e o Decreto nº 5.504/2005, inclusive nos casos de dispensa ou inexigibilidade”

“na hipótese de aplicação dos recursos transferidos a título deste, se obriga, na formalização, renovação ou aditamento de convênios, ao uso obrigatório do Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, na contratação de bens e serviços comuns nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005 e Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31/07/2006, o que deverá ocorrer no prazo limite constante no Art. 2º da referida Portaria”

Vale destacar que este Departamento quando da análise das Prestações de Contas, questiona aos Estados quanto às dispensas de licitações realizadas, e solicitada justificativas, sendo que a aprovação das contas em questão, só se dá após todos os esclarecimentos prestados e verificação de que a realização da referida dispensa obteve a aprovação do órgão jurídico do conveniente.

Destacamos ainda, que essa Controladoria-Geral da União, quando da apresentação do Relatório nº 160006, referente à Auditoria de Tomada de Contas da Secretaria Nacional de Justiça, agregando o DEPEN, que examinou os atos praticados no exercício de 2004, ao se deparar com um caso semelhante de dispensa de licitação na execução do convênio, se manifestou da seguinte forma, *in verbis*:

“(…) Além disso, salientou que as contratações foram efetuadas mediante dispensa de licitação, com fulcro na exceção prevista no inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93 (…)”

*“(…) Em resposta, foi emitido pela Controladoria-Geral da União o Aviso nº 379/CGU-PR, de 14.05.2004, encaminhando ao Ministério da Justiça a Nota Técnica nº 491/DSSEG/DS/SFC/CGU-PR, de 12.05.04, em **que esta Secretaria manifesta o entendimento de que cabe tão-somente ao gestor***

concedente deliberar sobre o repasse das parcelas previstas no Plano de Trabalho, devendo observar o cumprimento das etapas física e financeira das obras”.(grifo nosso)

Item b: o DEPEN, no cumprimento de sua missão institucional, apóia os Estados na modernização e aprimoramento de seus sistemas penitenciários. Para tal, financia diversos projetos, dos quais destacam-se aqueles voltados para a construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Esses projetos possuem capilaridade em todo território nacional, o que naturalmente cria dificuldades para o monitoramento e avaliação, ainda mais agravadas pelo déficit de pessoal técnico para esse mister. Uma iniciativa do DEPEN foi firmar parceria, ainda em 2004, com a Caixa Econômica Federal (contrato nº 003/2004) para o gerenciamento de projetos de obras de construção, ampliação e reforma de estabelecimentos penais. Tal parceria vem se mostrando extremamente positiva, pois a Caixa possui pessoal técnico em número suficiente para atuar nas fases de análise de projetos (aspectos técnicos de engenharia) e de fiscalização *in loco* das obras. Assim, ocorrências como a falha constatada deverão ser minimizadas nessa nova sistemática. É importante registrar que o DEPEN estará sempre exercendo a fiscalização do contrato nº 003/2004 firmado com a Caixa e acompanhando o mandato que aquela instituição exerce para o gerenciamento de obras financiadas com recursos do FUNPEN. Por outro turno, os convênios de engenharia anteriores a 2004 e aqueles destinados à reintegração social, ensino e penas alternativas, vêm sofrendo um controle mais rígido por parte da equipe do DEPEN, em virtude da Portaria DEPEN nº 04, de 10.02.2006, que disciplinou o monitoramento e avaliação de das ações, projetos e atividades financiadas com recursos do FUNPEN, já existe no DEPEN o cronograma de fiscalização *in loco* de convênios celebrados. Essa iniciativa contribuirá de forma preventiva para fiel observância do prazo estabelecido no art. 31 da IN/STN nº 01/97.

Recomendação: 3.1.1.8

a) Atualizar, tempestivamente, os dados dos convênios no SIAFI, a fim de que os saldos das contas contábeis possam refletir a real situação dos mesmos.

Providências Adotadas:

Item a: O DEPEN vem acompanhando com mais rigor a situação dos convênios, registrando tempestivamente no SIAFI os dados contábeis, conforme se observa na relação de convênios existentes nas contas a comprovar, a aprovar e inadimplência efetiva.

Destacamos que este Departamento está controlando os prazos que os convenentes têm para apresentar as prestações de contas, adotando para isto a providência de inscrição no SIAFI, como inadimplentes, daqueles convenentes cujas Prestações de Contas não são enviadas tempestivamente. Dessa forma, salvo os convênios que se encontram em processo de aditamento, dentro do prazo para publicação do extrato no Diário Oficial da União, não existem convênios na conta “a comprovar”.

Recomendação: 3.1.10

a) Exigir do conveniente a comprovação de despesas mediante documentos fiscais devidamente identificados com referência ao título e ao número do convênio, conforme dispõe o art. 30 da IN/STN nº 01/97.

Providências Adotadas:

Item a: serão estornadas as prestações de contas dos convênios 036/2001, 184/2001, 031/2003 e 016/2004 e registrada na conta a aprovar, bem como solicitados aos convenentes os esclarecimentos acerca da ausência de indicação do título e do número dos convênios nas Notas Fiscais apresentadas.

Destacamos ainda, que o Departamento está exigindo dos Convenentes a comprovação de despesas mediante documentos fiscais devidamente identificados com referência ao título e ao número do Convênio, em conformidade com o disposto no art. 30 da IN/STN 01/97.

Recomendação: 3.1.11

a) Dar cumprimento ao art. 20 da IN/STN nº 01/97 c/c a Decisão TCU nº 257/2002, exigindo dos convenentes a aplicação obrigatória em caderneta de poupança dos recursos transferidos, enquan-

to não empregados na sua finalidade, quando a previsão de sua utilização for igual ou superior a um mês.

Providências Adotadas:

Nos convênios celebrados a partir de 2006, o DEPEN incluiu expressamente a obrigatoriedade de cumprimento dos incisos I e II do § 1º do artigo 20 da IN/STN Nº 01/97. Além disso, enviou os Ofícios nºs 2855 ao 2859, 2861 ao 2863, 2865, 2867, 2868, 2871 ao 2883 e 2885/2006 – DEPEN/DIGER/GAB, datados de 26/12/2006, aos convenientes, lembrando da necessidade de aplicação do recurso do convênio em caderneta de poupança, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, conforme cópias anexas. Os referidos ofícios estão sendo reiterados nessa oportunidade.

Outra forma de dar cumprimento ao que determina a Instrução Normativa é fazer constar dos monitoramentos *in loco* o cumprimento da aplicação dos recursos dos convênios em caderneta de poupança.

Recomendação: 3.1.12

- a) Cumprir o disposto no inciso I do art. 7º da IN/STN nº 01/97, o qual dispõe que o convênio conterá, expressa e obrigatoriamente, cláusulas estabelecendo o objeto e seus elementos característicos com a descrição detalhada, objetiva, clara e precisa do que se pretende realizar ou obter, em consonância com o Plano de Trabalho, que integrará o convênio independentemente de transcrição.
- b) Solicitar do conveniente a documentação comprobatória do cumprimento do objeto conveniado, solicitando a devolução dos recursos quando não ficar comprovada a sua realização.

Providências adotadas:

Item a: nos convênios mais recentes tais falhas não existem mais. Após a adoção do Manual de Convênios e Projetos de Reintegração Social, as diretrizes específicas para a apresentação e análise de projetos já estão delineadas e dificilmente as impropriedades observadas ocorrerão novamente;

Item b: será estornada a prestação de contas aprovada, registrada na conta a aprovar, bem como solicitada ao conveniente a documentação comprobatória da conclusão do Módulo I do projeto “Telecurso 2000”.

Recomendação: 3.1.13

a) Cumprir os prazos estabelecidos no art. 31 da IN/STN nº 01/97, para apreciação e aprovação das prestações de contas apresentadas pelos convenientes.

Providências adotadas:

Conforme se depreende do número de convênios que se encontram na conta a aprovar, este Departamento está buscando cumprir o que preceitua a Instrução Normativa, observando inclusive do § 4º do artigo 31, que ressalta que o ordenador de despesas deve exaurir todas as providências cabíveis para aprovação das contas, antes da instauração da tomada de contas especial.

Recomendação: 3.1.2.1

a) Realizar fiscalizações periódicas no local de execução do objeto do convênio, conforme preceitua o art. 23 da IN/STN nº 01/97 c/c a Decisão TCU nº 257/2002 – Primeira Câmara, de forma a assegurar a efetiva execução dos convênios de acordo com os termos pactuados.

Providências adotadas:

No tocante à comprovação da propriedade do terreno, voltamos a destacar o envio à Caixa Econômica Federal do Ofício nº 1.703/2006-DEPEN/DIGER/GAB, de 24.08.2006, por meio do qual anexamos cópia do Comunicado oriundo do Tribunal de Contas da União, Ofício nº 3063/2006-TCU/SECEX-MS,- Processo nº 13350/2005-7, em que aquela Egrégia Corte, *DECI-DIU determinar* ao DEPEN, imposição de condição para repasse de recursos para obras de reforma ou construção de Estabelecimentos Penitenciários ou afins, a comprovação da posse do imóvel, onde serão investidos os recursos, senão definitiva, ao menos assegurada por período su-

ficiente para conferir economicidade ao investimento. Informamos que a CEF tem cumprido o determinado.

Quanto à fiscalização dos convênios cujo objeto seja a construção, reforma e ampliação de estabelecimentos penais, procuramos manter uma periodicidade de visitas “in loco” em torno de 60 em 60 dias para os convênios que estão sob supervisão direta do DEPEN, bem como estamos perseguindo também tal periodicidade para aqueles em que a Caixa Econômica Federal está atuando como mandatária da União.

Com relação aos convênios das áreas sociais, já existe no DEPEN o cronograma de fiscalização in loco de convênios celebrados.

II) Relatório de Fiscalização n.º 00190.050501/2004-89.

Recomendação:

1. Abster-se de aprovar propostas de preços contendo custos relativos a IRPJ e CSSL na composição do BDI, na forma determinada no Acórdão 950/2007 – TCU-Plenário;
2. Observar os prazos definidos no artigo 20, § 1.º da Instrução Normativa STN n.º 1/97, quando da aplicação dos recursos no mercado financeiro;
3. Manter uma conta bancária específica para cada instrumento de transferência firmado, conforme determina do artigo 20 da IN/STN n.º 1/97;
4. Intensificar a fiscalização das obras e a análise dos boletins de medição, de forma que sejam sanadas tempestivamente falhas durante a execução e regularizadas as pendências relacionadas a documentação exigida pelos órgãos federais e estaduais;
5. Apreciar com rigor os pleitos de convênios referentes a solicitação de recursos para a construção, reforma e ampliação de estabelecimentos penais, exigindo justificativas detalhadas acerca do projeto apresentado ante às reais necessidades do conveniente e exigir a utilização das dependências físicas do Complexo Penitenciário em conformidade com a proposta aprovada pelo DEPEN para celebração do convênio;
6. Orientar o conveniente quanto a necessidade de se integralizar a contrapartida tempestivamente e na totalidade dos recursos, em obediência ao cronograma de desembolso previamente definido, de acordo com o inciso VII do artigo 7.º da IN/STN n.º 1/97, aplicando em caderneta de

poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, conforme o caso, os saldos não empregados na consecução do objeto do convênio;

7. Envidar esforços no sentido de cumprir o cronograma de execução inicialmente previsto, a fim de evitar que as obras sejam oneradas com possíveis atrasos na sua execução;

8. Intensificar a fiscalização de obras de forma que sejam sanadas tempestivamente falhas na execução e/ou identificada execução de obras em desacordo com as especificações dos projetos contratados;

9. Cumprir o disposto no artigo 15 da IN/STN n.º 1/97, orientando aos convenientes que solicitem antecipadamente a alteração do plano de trabalho.

Providências Adotadas:

Após análise do Relatório e da Nota Técnica, verificou-se que quase a totalidade das pendências listadas pela CGU se referiam apenas ao Contrato de Repasse n.º 184683-27, e por essa razão, foi enviado o Ofício n.º 3005/2007-GAB/DEPEN, de 14/11/2007 à Caixa Econômica Federal que atua como mandatária da União, acompanhando a execução do referido contrato de repasse.

Em 14/11/2007 também foi enviado o Ofício n.º 3016/2007-GAB/DEPEN à Controladoria-Geral da União informando que assim que a CEF se pronunciasse acerca das falhas apontadas, seria dado conhecimento àquela CGU.

Dessa forma, em 3/1/2008 foi enviado ao DEPEN o Ofício n.º 04/2008/SUREP/GEATO, por meio do qual da Caixa Econômica Federal informou o que segue:

Resposta item 1: ressaltou que os preços unitários foram analisados, tendo sido considerados coerentes com o SINAP, e quando não encontrados naquela Sistema, os praticados no mercado local;

Resposta itens 2 e 3: o atraso verificado na aplicação do recurso gerou atraso na data do recebimento dos rendimentos. Dessa forma, a agência responsável pela conta do contrato irá fazer o ajuste para retroagir o crédito;

Resposta item 4: os serviços a serem executados com a utilização de saldo de recursos foram analisados e aprovados pela CEF, porém, como o processo licitatório ainda não tinha sido apresentado, o início dos serviços não foi autorizado;

Resposta item 5: como esse item dizia respeito às obras dos dois convênios já encerrados, a CEF não podia se pronunciar. Todavia, para os próximos convênios a serem celebrados, essa recomendação será observada;

Resposta item 6: com relação a esse contrato de repasse específico, quando o acompanhamento da execução passou para a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, as parcelas liberadas atenderam ao limite de 10% da contrapartida. Com relação às liberações acumuladas, foi solicitado o depósito da contrapartida correspondente;

Resposta item 7: as obras referentes ao objeto inicial já se encontram concluídas, sendo cumpridos todos os prazos contratuais e aditivos;

Resposta item 8: as obra referentes ao objeto inicial foram concluídas sem apresentarem evidências de quaisquer problemas técnicos;

Resposta item 9: houve uma proposta para utilização de saldo residual e rendimentos e aprovada pela CEF, quando solicitado o processo licitatório referente a esses serviços adicionais. O novo plano de trabalho e termo aditivo ao contrato de repasse só serão solicitados após a apresentação do processo licitatório pela contratada, quando se terá a definição de valores.

III) Relatório de Fiscalização n.º 196024.

Recomendação:

1. Adotar medidas junto ao órgão conveniente, no sentido de evitar a prática de sobrepreço em itens da planilha de custos, sob pena de responsabilização por prejuízos apurados;
2. Cumprir os dispositivo da IN/STN n.º 1/97, da Lei n.º 8.666/93 e, bem assim as cláusulas conveniadas, evitando-se a incidência de falhas formais, as quais poderão comprometer a eficácia dos convênios firmados, tendo em vista a possibilidade de interpretações divergentes pelos diversos órgãos envolvidos na sua execução.

Providências Adotadas:

Foi enviado à CGU o Ofício n.º 3474/2007-GAB/DEPEN, de 28/12/2007, contendo cópia da Nota Técnica n.º 40/2007-CGFPN/DPP/DEPEN, de 26/12/2007, por meio da qual foi esclarecido o seguinte:

Quanto ao item 1, embora a CGU tenha concluído que no caso em análise não houve superfaturamento por parte da empresa contratada, foi enviado o Ofício n.º 3423/2007-GAB/DEPEN, de 21/12/2007 ao conveniente, solicitando que seja observada a recomendação feita pela CGU.

Quanto ao item 2, as falhas formais identificadas pela CGU foram a ausência da assinatura do proponente no plano de trabalho do segundo termo aditivo ao convênio e do comprovante de recolhimento da caução de 5% sobre o preço global da obra.

Em resposta aos questionamentos, informamos que, de acordo com o processo formalizado pelo DEPEN, consta a assinatura do proponente no plano de trabalho do 2.º TA, contudo, fora do local indicado, que, no entanto, foi considerada válida para todos os efeitos. Em relação ao comprovante de recolhimento da caução, foi solicitado ao conveniente o seu envio, por meio do Ofício n.º 3423/2007-GAB/DEPEN, de 21/12/2007, tendo o Estado enviado a resposta ao DEPEN em 5/3/2008, que por sua vez, repassou à CGU, para conhecimento, por meio do Ofício n.º 907/2008-GAB/DEPEN, de 26/3/2008.

IV) Relatório de Fiscalização n.º 00967.

Recomendação:

1. Cumprir o disposto no art. 66 da Lei n.º 8.666/93, onde estabelece que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, e, se for o caso, instaurar a competente tomada de contas especial, conforme estabelecido na alínea “a” do art. 38 da IN/STN n.º 1/97;
2. Exigir do conveniente a apresentação da prestação de contas final no prazo definido no termo de convênio, em cumprimento aos parágrafos 7.º e 8.º do art. 31 da IN/STN n.º 1/97, e, se for o caso, instaurar a competente tomada de contas especial, conforme estabelecido na alínea a do art. 38 da IN/STN n.º 1/97;
3. Apreciar criteriosamente os pleitos de convênios, planos de trabalho e projetos básicos, de forma a verificar a exequibilidade entre os prazos inicialmente previstos pelo conveniente e a real capacidade de execução, tendo em vista os prazos fixados em lei para o cumprimento dos ritos processuais, aos quais estão sujeitos aos órgãos contemplados com recursos federais para a execu-

ção de obras, aquisição de materiais ou serviços e outros, sob pena de responsabilização solidária pela inexecução do objeto conveniado;

4. Cumprir o disposto no artigo 2.º inciso III-A da IN/STN n.º 1/97, exigindo do proposto convenientes as licenças ambientais imprescindíveis à liberação de início das obras, sob pena de responsabilização solidárias pela inexecução do objeto conveniado;

5. Orientar os convenientes no sentido de disponibilizar aos servidores do Sistema de Controle Interno, quando em missão de fiscalização ou auditoria, toda a documentação relativa aos convênios, observando o contido no art. 26 da lei n.º 10.180/2001;

6. Determinar o conveniente que elabore adequadamente as planilhas de orçamento, como forma de evitar gastos desnecessários não contemplados no item DIVERSOS, da planilha orçamentária relativa ao segundo termo aditivo, impugnando o correspondente valor, quando da apreciação da prestação de contas do referido convênio;

7. Cumprir o que estabelece o artigo 65 da Lei n.º 8.666/93, fazendo juntar ao processo as devidas justificativas para as alterações de preços contratados, apurando a responsabilidade pelo prejuízo informado.

Providências Adotadas:

Foi enviado à CGU o Ofício n.º 3474/2007-GAB/DEPEN, de 28/12/2007, contendo cópia da Nota Técnica n.º 40/2007-CGFPN/DPP/DEPEN, de 26/12/2007, por meio da qual foi esclarecido o seguinte:

Resposta item 1: como o objeto pactuado não foi integralmente executado, a Coordenação de Engenharia e Arquitetura deste Departamento emitiu a Declaração de Serviços Executados, que concluiu pela aceitação de 56,03%. Com isso, o Estado deverá restituir ao FUNPEN o correspondente ao percentual de 43,97%, devidamente corrigido;

Resposta item 2: o conveniente deveria ter apresentado a prestação de contas final do referido convênio até 25/5/2007, todavia, como não o fez, o convênio foi inscrito na conta de inadimplentes do SIAFI, nos termos dos §§ 2.º-A e 7.º do artigo 31 da IN/STN n.º 1/97. Em 19/6/2007 deu entrada neste Departamento a prestação de contas final do convênio n.º 023/2002, que ensejou a exclusão do registro de inadimplência;

Resposta itens 3, 4, 5, 6 e 7: foi enviado ao conveniente o Ofício n.º 3422/2007-GAB/DEPEN, de 21/12/2007 solicitando observância e pronunciamento acerca dos respectivos itens. Em 14/1/2008 o Estado de Pernambuco enviou o Ofício n.º 04/2008 contendo os esclarecimentos solicitados. Contudo, como o conveniente tem até o dia 31/3/2008 para providenciar a devolução dos recursos ao FUNPEN, e no intuito de elaborar uma única resposta à CGU, a documentação enviada pelo conveniente ainda não foi repassada àquela Controladoria.

V) Relatório de Ação de Controle n.ºs 00190.001405/2005-98 e n.º 00190.001406/2005-32.

Recomendação: Convênio n.º 013/2001:

1. Orientar os órgãos envolvidos na execução dos convênios, no sentido de elaborar os orçamentos, adotando como referência as tabelas de índice de construção civil determinadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, demonstrando em planilhas de quantitativos de preços unitários de forma a cumprir o que estabelece o art. 40, § 2º da Lei nº 8.666/93 e no que se refere ao convênio analisado apurar a responsabilidade pela prática do superfaturamento apontada pela equipe de fiscalização, com a conseqüente devolução dos recursos;
2. Orientar os órgãos convenientes quanto a necessidade de estabelecer parâmetros e critérios para a elaboração das planilhas orçamentárias relativas aos procedimentos licitatórios, evitando, a indicação de valores diferenciados para um mesmo produto ou serviço; apurando a responsabilidade pelo prejuízo apurado, com a conseqüente devolução dos recursos;
3. Determinar ao conveniente o cumprimento da Lei nº 8.666/93, em especial dos artigos 38 e 43, os quais tratam, respectivamente, dos documentos exigidos para a abertura do processo licitatório e dos requisitos a serem observados quanto do seu julgamento;
4. Providenciar a publicação do resumo dos editais de licitação, na forma definida no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93;
5. Cumprir que estabelece o art. 1º c/c 2º da Lei nº 6.496/77, o qual determina que todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e a Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART, a qual define os responsáveis técnicos pelo empreendimento de engenharia, arquitetura e agronomia);

6. Appreciar criteriosamente os projetos básicos apresentados pelos convenientes, somente aprovando a celebração de convênios cujos projetos básicos atendam as exigências do artigo 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/93, de modo a evitar a aprovação de planejamentos precários que resultarão em futuras adequações, prejudicando a mensuração precisa do custo do empreendimento;
7. Apurar as responsabilidades pelo prejuízo causado ao erário, procedendo-se à devolução dos recursos, se for o caso;
8. Orientar os órgãos convenientes quanto a vigência dos contratos para fins de aceitação das Notas Fiscais, as quais devem ser devidamente atestadas na forma estabelecida na Lei nº 4.320/64, observando-se, ainda, as orientações contidas na IN/STN nº 01/97, notadamente quanto a manutenção dos recursos na conta específica e a identificação dos documentos comprobatórios das despesas dos convênios;
9. Orientar o conveniente quanto a obrigatoriedade de fazer o recolhimento da contribuição previdenciária, na forma prevista no art. 30 da Lei nº 8.212/91; mantendo os comprovantes de recolhimento junto à documentação que compõe a prestação de contas do convênio firmado;
10. Exigir dos convenientes o cumprimento das cláusulas estabelecidas nos contratos firmados para a execução de obras custeadas com recursos federais; sob pena de responsabilização pelo seu descumprimento;
11. Determinar ao conveniente que se abstenha de efetuar o pagamento de despesas antes da sua real liquidação, de forma a cumprir o art. 62 da Lei 4.320/64;
12. Determinar ao conveniente a manutenção dos recursos na conta específica do convênio em atendimento ao art. 20 da IN/STN nº 01/97;
13. Apurar as responsabilidades pelo pagamento efetuado à empresa sem que houvesse a contraprestação dos serviços contratados, promovendo a devolução dos recursos aplicados, se for o caso;
14. Orientar o conveniente quanto a necessidade de formalizar, por meio de Termo Aditivo os acréscimos ou supressões executados nas obras contratadas, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
15. Determinar aos Órgãos convenientes maior rigor na fiscalização dos contratos firmados, procedendo-se os devidos registros das ocorrências e abstendo-se de efetuar pagamento por serviços não executados, sob pena de responsabilização pelos danos apurados;

16. Orientar os órgãos convenientes quanto a obrigatoriedade de disponibilizar aos servidores dos Sistemas de Controle Interno, quando da missão de fiscalização ou auditoria, toda a documentação relativa aos convênios firmados.

Providências Adotadas: Convênio n.º 013/2001

Foi enviado à CGU o Ofício n.º 13/2008-GAB/DEPEN, de 3/1/2008, contendo cópia do Ofício n.º 3465/2007, de 28/12/2007 e da Nota Técnica n.º 1129/2007-DEPEN/DPP/COENA, enviados ao convenente, por meio da qual foi esclarecido o seguinte:

Itens 1, 2, 5, 7 e 13 foi solicitada manifestação do convenente acerca das falhas identificadas, que se pronunciou por meio do OFÍCIO/GSJ/67/2008, de 18/1/2008, cujas informações foram repassadas à CGU por meio do Ofício n.º 839/2008-GAB/DEPEN, de 20/3/2008;

Acerca dos demais itens, foi solicitada ao convenente observância das falhas identificadas, e informado à CGU que já está em fase de instrução por parte deste Departamento a Tomada de Contas Especial do referido convênio, em virtude de todos os itens listados no relatório.

Recomendação: Convênio n.º 091/2001:

1. Dar cumprimento ao contido no § 3º do artigo 22 da Lei nº 8.666/93, procedendo-se à licitação com no mínimo 3 (três) interessados do ramo, e no caso de manifesto desinteresse dos convidados e/ou limitação do mercado fazer juntar ao processo as devidas justificativas sob pena de repetição do convite, conforme consta do § 7º do referido artigo. Solicitar também ao convenente a juntada ao processo do convênio de toda a documentação listada nos artigos 38 e 43 da mencionada Lei;
2. Orientar os órgãos envolvidos na execução dos convênios, no sentido de elaborar os orçamentos, adotando como referência as tabelas de índice de construção civil determinadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias Anual, demonstrando em planilhas de quantitativos de preços unitários de forma a cumprir o que estabelece o art. 40, § 2º da Lei nº 8.66/93 e no que se refere ao convênio analisado apurar a responsabilidade pela prática do superfaturamento apontada pela equipe de fiscalização, com a conseqüente devolução dos recursos;

3. Providenciar a publicação do resumo dos editais de licitação, na forma definida no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93;
4. Promover a vistoria técnica das obras com rigor necessário, abstendo-se de emitir Termo de Recebimento Definitivo de obras cujos serviços não estejam executados em sua totalidade ou estejam em desacordo com as especificações técnicas inicialmente aprovadas pelo Órgão. Para o caso específico, apurar responsabilidades e providenciar junto ao conveniente a devolução dos recursos indevidamente aplicados;
5. Condicionar a celebração de convênios para construção, reforma e ampliação de unidades prisionais àqueles convenientes que apresentarem projeto básico e plano de trabalho prevendo todos os elementos necessários e suficientes para caracterizar a obra ou serviço, em conformidade com o que dispõe o inciso IX do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e § 1º do art. 2º da IN/STN nº 1/97. Apurar responsabilidade pela aprovação de projeto básico com informações insuficientes, o qual não permitiu a avaliação sobre a caracterização e a mensuração dos serviços contratados;
6. Orientar os órgãos convenientes quanto ao atesto das Notas Fiscais antes da realização do pagamento, com a forma de garantir o atendimento sequencial dos estágios da despesa pública, observando ainda, a vigência dos contratos para fins de aceitação das Notas Fiscais apresentadas para fazer face às despesas realizadas;
7. Exigir do conveniente o cumprimento a obrigatoriedade de se fazer o recolhimento da contribuição previdenciária, na forma prevista no art. 31 c/c art. 33 § 5º, ambos da Lei nº 8.212/91;
8. Determinar ao conveniente a manutenção dos recursos na conta específica do convênio em atendimento ao art. 20 da IN/STN nº 01/97 e, no caso em tela, proceder à juntada ao processo de prestação de contas da documentação que comprova o recolhimento dos recursos no valor de R\$ 1.210,85;
9. Orientar os órgãos convenientes quanto a obrigatoriedade de disponibilizar aos servidores do Sistema de Controle Interno, quando da missão de fiscalização ou auditoria, toda a documentação relativa aos convênios firmados;
10. Determinar aos Órgãos convenientes maior rigor na fiscalização dos contratos firmados, procedendo-se os devidos registros das ocorrências, abstendo-se de efetuar pagamento por serviços não executados;

11. Determinar ao conveniente a apuração de responsabilidades pela prática de superfaturamento apontada pela equipe de fiscalização, bem como, pelo pagamento de serviços não executados, e a conseqüente devolução dos recursos aplicados indevidamente no objeto do convênio.

Providências adotadas: Convênio n.º 091/2001

Foi enviado à CGU o Ofício n.º 13/2008-GAB/DEPEN, de 3/1/2008, contendo cópia do Ofício n.º 3465/2007, de 28/12/2007 e da Nota Técnica n.º 1129/2007-DEPEN/DPP/COENA, enviados ao conveniente, por meio da qual foi esclarecido o seguinte:

Itens 2, 4 e 11 foi solicitada manifestação do conveniente acerca das falhas identificadas, que se pronunciou por meio do OFÍCIO/GSJ/67/2008, de 18/1/2008, cujas informações foram repassadas à CGU por meio do Ofício n.º 839/2008-GAB/DEPEN, de 20/3/2008;

Acerca dos demais itens, foi solicitada ao conveniente observância das falhas identificadas, e informado à CGU que já está em fase de instrução por parte deste Departamento a Tomada de Contas Especial do referido convênio, em virtude de todos os itens listados no relatório.

IV) Relatório de Auditoria de Acompanhamento da Gestão nº 201114

Item 3.1.1.1 CONSTATAÇÃO (017): Falta de realização de procedimento licitatório, inobservância do Plano de trabalho, falta de integralização da contrapartida, inobservância do Cronograma de Desembolso e pagamento de taxa de administração.

Recomendação: Exigir em futuros convênios, que o conveniente realize o certame licitatório quando da contratação de obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, a fim de cumprir o estabelecimento no art. 2º da lei nº 8.666/93.

“b” e “c”) Recomendar, nos termos do art. 22 da IN / STN nº 01/97, que o convênio deva ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, de tal sorte que cumpre aos convenientes submeter previamente qualquer alteração ao concedente.

“d” e “e”) Adotar as providências necessárias no sentido de que em futuros convênios, haja maior vigor na análise das propostas de contrapartida apresentadas pelos convenentes. Para o termo vigente, exigir do convenente o esclarecimento necessário quanto ao reduzido número de exames realizados nos detentos da Penitenciária de Catanduvas – PR.

Exigir do convenente a glosa das despesas administrativas (15%) incluídas nas planilhas de custos (fls. 200 e 201), haja vista a exigência contida na alínea “a” da cláusula Décima Oitava – da Glosa da Despesa, do convênio em comento.

Exigir do convenente a comprovação da legalidade da inclusão de itens Indenização Fundiária; PPRA/PMCSO; e Auditoria Externa nas citadas planilhas de custo, e na sua ausência adotar as medidas necessárias no sentido de que sejam devolvidos os valores pagos indevidamente, corrigidos monetariamente.

Adotar as medidas necessárias no sentido de agilizar o repasse do recurso financeiro referente a 3ª e 4ª parcelas, a fim de se cumprir o disposto na alínea “b” da cláusula terceira – Das Obrigações do concedente, do convênio em comento.

“i” e “j”) Verificar junto ao convenente se a ORDESC está concedendo aos profissionais contratados os benefícios do vale – transporte e do vale – alimentação, em conformidade com a legislação que rege a matéria, haja vista que estes itens fazem parte dos custos trabalhistas consignados nas planilhas de custo elaborada pela contratada.

Adotas as medidas necessárias no sentido de cumprir o disposto no art. 195 da lei nº 6.514/77, onde consta que: “A caracterização e classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo norma do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrado no Ministério do Trabalho”.

Providenciar junto ao convenente a obtenção de cópia dos exames patológicos realizados nos detentos internos da Penitenciária Federal de Catanduvas, no período de janeiro e abril de 2007, bem assim dos pedidos e resultado dos exames, a fim de que as informações apresentadas pela Secretaria de Saúde do Município de Catanduvas no documento de fls. 145 sejam comprovadas.

Providências Adotadas:

Encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 002/2008-CGTP/DSPF/DEPEN, de 14/01/2008, com as atitudes adotadas pela Coordenação-Geral de Tratamento Penitenciário, da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, que responde aos itens a, b, c, d, e, f, g, h, i, j e l.

Especificamente em relação ao item k, informamos que estamos providenciando elaboração de termo de referência para contratação de médico ou engenheiro do trabalho que possam fazer as perícias com a finalidade de estabelecer o percentual de periculosidade ou insalubridade, conforme Normas Regulamentadoras nº 15 e 16 e orientações do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, pois o MTE não realiza mais este serviço.

Item 4.1.1.1 CONSTATAÇÃO (004): Inobservância ao princípio de vinculação ao instrumento convocatório decorrente do descumprimento do disposto no item 5.1.4 do Edital.

Recomendação: Dar cumprimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, observando as diretrizes estabelecidas no edital de convocação, projeto básico e demais documentos de definição do objeto a ser licitado obedecendo a regra licitatória estabelecida no art. 3º da lei nº 8.666/93.

Providências Adotadas:

O processo foi elaborado pela Coordenação-Geral de Logística - CGL, setor responsável pela realização de licitações no Ministério. Tendo em vista mudanças administrativas na CGL, o Departamento foi obrigado, mesmo sem estrutura, a executar os procedimentos de licitação, a partir de março de 2008. Assim, foi publicada a Portaria nº 19, de 06/03/2008, designando pregoeiros no âmbito do Departamento, com apoio de equipe de colaboradores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Dessa maneira, nos atentaremos aos princípios que regem os procedimentos licitatórios.

Item 4.1.2.1 CONSTATAÇÃO (009): ausência de numeração de talonários de abastecimento de combustíveis; ausência de comprovante de registro do contrato no SIAF; utilização de veículos sem placa; e ausência do nome completo e do cargo do fiscal do contrato nos talonários de abastecimento.

Recomendação: Abster-se, doravante, de anexar nos processos de pagamentos talonários de abastecimento que não estejam numerados, em observância ao que dispõe do item 4 da cláusula Quarta – Das Obrigações da Contratada, dos Contratos em comento.

Adotar providências no sentido de observar, por ocasião da assinatura de documentos, as condições pactuadas no contrato e ainda ao disposto no art. 40 do decreto nº 93.872/86.

Adotar providências no sentido de realizar a apuração do custo operacional dos veículos, em conformidade com o disposto nos itens 5.1 e 5.2 da Instrução Normativa/ MARE nº 9, de 26.08.1994.

Adotar as providências necessárias no sentido de agilizar a contratação de empresa especializada com vistas a realizar os serviços de manutenção preventiva e corretiva das viaturas do citado estabelecimento prisional, a fim de evitar que os consertos das mesmas sejam realizados mediante a utilização do suprimento de fundos, haja vista a falta de amparo legal.

Promover, se ainda não o fez, a renovação do licenciamento anual dos veículos automotores, bem como a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, conforme preceitua o item 13 da Instrução Normativa/ MARE nº 9, de 26.08.1994.

Adotar providências necessárias no sentido elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV até a último dia útil do mês de janeiro do exercício a que se referir o PAAV, a fim de se atender o disposto no item 2.1 da Instrução Normativa/ MARE nº 9/94.

Providências Adotadas:

Em relação aos itens “a”, “b”, aos Contratos nº 14/2007 e nº 15/2007 referente à aquisição de combustível de forma parcelada, firmados, respectivamente, com as empresas Auto Posto Norte Sul Ltda. (álcool) e Comércio de Combustíveis Norbeoil Ltda. (gasolina e óleo diesel), encaminhamos cópia da Informação nº 03/2008-DEPEN/DIREX/CGAD, demonstrando que as aquisições já estão vindo numeradas, com nome completo e cargo do fiscal, identificação do condutor com matrícula Siape, placa do veículo, marca e quilometragem, quantidade de combustível e valor na bomba.

Com relação aos itens “c” e “f” encaminhamos, às unidades penais federais e à Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, os memorandos nº 096 e 182/2008-DEPEN/DIREX, solicitando a indicação de pessoas para o preenchimento do Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV e

do mapa de Controle Anual de Veículo Oficial, conforme determina a IN nº 09, de 26/08/1994. Todavia, descobrimos que esta IN foi revogada pela de nº 01 SLTI/MP, de 21/06/2007. Como já havíamos recebido o Despacho nº 687/2008-DSPF/DEPEN, com a indicação dos servidores, elaboramos as Portarias e comunicamos a alteração à Diretoria do Sistema.

Quanto ao item “d” o processo nº 08016.003657/2007-46, que tratava da manutenção de veículos para as penitenciárias federais, informamos que foi arquivado. Iniciamos novo procedimento, de nº 08016.000516/2008-52, sob exame da equipe de pregoeiros, mencionada anteriormente.

Já sobre o item “e”, já providenciamos a renovação do licenciamento anual e a quitação do Seguro Obrigatório.

Item 4.1.2.2 CONSTATAÇÃO (010): ausência de repactuação do contrato e pagamento de adicional de periculosidade sem laudo pericial.

Recomendação: Adotar as medidas necessárias no sentido de agilizar a concessão da repactuação do contrato nº 09/2005, haja vista que a mesma foi contemplada na Cláusula Décima Sétima – Da Repactuação, do contrato.

Adotar as medidas necessárias no sentido de se obter o laudo pericial relativo ao adicional de periculosidade que está sendo cobrado pela empresa contratada, a fim cumprir o disposto no subitem 1.1.5.1.1 da Instrução Normativa/SEDAP nº 18, de 22.12.97, onde foi estabelecido que a incidência de adicionais de insalubridade e periculosidade somente será admitida mediante o competente laudo pericial, emitido pela Delegacia Regional do Trabalho – DRT, e para os locais e condições nele determinados.

Providências Adotadas:

Trata-se do contrato firmado com a empresa Fortesul Serviços, Construções e Saneamento Ltda. Para a prestação de serviços de limpeza e conservação na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS.

Informamos que o contrato encontra-se vencido. Assim, instruímos o processo com a documentação necessária e remetemos à Consultoria Jurídica do MJ para parecer quanto ao pagamento da retroatividade referente à repactuação.

Em relação ao laudo para pagamento do adicional, solicitamos, por meio do Ofício nº 2940/2007, sua apresentação. Todavia, a empresa respondeu informando que deixaram de apresentar o laudo porque a licitação já previa um adicional a ser cotado nas propostas.

Assim, procederemos à glosa dos valores pagos daquele devido à empresa na repactuação, tendo em vista a não comprovação do valor por um laudo. Comunicaremos a empresa assim que o processo retornar da Consultoria.

Item 4.2.1.1 CONSTATAÇÃO (008): ausência no contrato de cláusula de reajustamento de preços e pagamento de faturas com atraso.

Recomendação: Providenciar a elaboração da minuta de termo aditivo ao contrato nº 07/2005, tendo por objeto a inclusão de cláusula prevendo a repactuação dos preços contratados, submetendo, posteriormente, à apreciação da Consultoria Jurídica/MJ, a fim de se evitar o descumprimento do artigo 55 da lei nº 8.666/93, que trata das cláusulas necessárias em todo contrato.

Adotar as medidas necessárias com vistas agilizar o pagamento das faturas apresentadas pela empresa contratada, a fim de se evitar que a mesma venha a pleitear o pagamento de atualização financeira dos débitos realizados com atraso, haja vista o que fora pactuado no Parágrafo Quarto da Cláusula Nona do referido contrato.

Verificar os motivos que deram causa as divergências ocorridas nos quantitativos das refeições fornecida no jantar.

Providências Adotadas:

Esta recomendação relaciona-se ao Contrato nº 07/2005, firmado com a empresa Maria Natália de Souza Alves, para o fornecimento de refeições para a Penitenciária Federal de Campo Grande/MS.

Em relação à alínea “a”, o processo não foi submetido à Consultoria Jurídica do MJ porque no processo nº 08016.000326/2005-92, que trata do fornecimento de refeições para a Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, houve manifestação pela impossibilidade legal de conceder repactuação ou reajuste à empresa. Assim, poderia ser concedida à contratada apenas a revisão, que só pode ser concedida se a empresa apresentar alteração nos custos decorrentes de **evento excepcional**.

Como os dois processos possuem os mesmos fundamentos e mesmos equívocos, por analogia a resposta jurídica será a mesma. Dessa maneira, entendemos que deverá ser elaborado novo termo de referência para licitação que substituirá o serviço atual.

Sobre o item “b”, informamos que foi criada uma caixa institucional para comunicação com as contratadas e fiscais contratuais. Já havíamos solicitado que todas as notas fiscais para pagamento fossem remetidas via Sedex, para encurtarmos o lapso temporal entre o ateste pelo gestor e o envio para autorização do ordenador de despesas, conferência e pagamento. Todavia, reiteramos tal orientação com o Memo nº 5-Circular/2008-CREM/DIREX, de 03/03/2008.

Quanto ao item “c”, as divergências no quantitativo das refeições foram devidamente justificadas pelo fiscal contratual.

Item 4.2.1.2 CONSTATAÇÃO (013): falhas na formalização e na execução do Contrato Depen nº 013/2006, referente ao fornecimento de energia elétrica para a Penitenciária Federal de Catanduvas/PR.

Recomendação: Cumprir o disposto no Parágrafo Único do Artigo 60 da Lei nº 8.666/93, onde menciona que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo os de pequenas compras e de pequeno pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea “a”, combinado com o art. 62 da citada Lei que dispõe sobre o instrumento de contrato que é obrigatório nos casos de concorrências e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesas, autorização de compra ou ordem de serviço.

Incluir nos contratos celebrados pelo DEPEN com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual, nos termos do artigo 55 parágrafo 2º, combinado com o artigo 60 da Lei nº 8.666/93.

Evitar o pagamento de Nota Fiscal posterior ao vencimento, tendo em vista que poderá implicar em cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal em atraso, o qual será cobrado pela concessionária, sem qualquer restrição ao direito de suspensão do fornecimento,

além da eventual aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária calculada pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, de forma pró rata die, conforme previsto nas cláusulas Vinte e Três e Vinte Quatro do contrato nº 013/2006, e ainda incluir nos processos em que haja o pagamento de encargos financeiros por atraso, a documentação comprobatória que fundamente e justifique sua ocorrência, apurando as responsabilidades dos agentes que deram causa ao fato, quando for o caso.

Providências Adotadas:

Refere-se ao Contrato firmado com a empresa Copel Distribuição S. A., com relação ao item “a”, salientamos que cumprimos a Lei nº 8.666/93, tanto que firmamos o instrumento com a empresa.

Todavia, como exaustivamente já foi explicado na Informação nº 02/2007-DEPEN/DREX/CGAD/CREM/DILC/SPL, que respondia à Solicitação de Auditoria nº 04 de 24/09/2007, houve uma demora excessiva da própria concessionária, na assinatura do instrumento, como transcrito novamente abaixo:

“Em, 20 junho de 2006, o Despacho 156/2006-DEPEN/GAB, aponta que a inexigibilidade de licitação para a contratação de fornecimento de energia encontrava-se em fase de regularização, conforme fl. 9 do Processo Administrativo.

Dando andamento ao processo para a contratação da concessionária Copel Distribuição S.A , inúmeros foram os telefonemas no intuito de formalizar a Minuta de Contrato, sendo que efetivamente obtivemos algum resultado por parte da concessionária no dia 18/06/2006, quando nos foi enviado modelo de contrato contendo os termos técnicos e os procedimentos, já que o objeto a ser contratado tem suas especificidades.

Ocorre que, por parte do DEPEN, a minuta recebida foi analisada e alterada por se tratar de contratação pública, pois a mesma tinha que conter normas administrativas. No dia 25 de agosto o documento já modificado foi enviado para a concessionária e paralelamente para nossa área jurídica.

Em, 13 de setembro de 2006, por meio de correspondência eletrônica, a concessionária informa que o modelo de contrato ajustado pelo nosso órgão, foi submetido à apreciação da área normativa da empresa, juntamente com a área jurídica (fls. 62-63 do Processo Ad-

ministrativo), e que após a análise o responsável da área entraria em contato para possíveis ajustes.

Em, 20 de outubro do corrente ano, a preocupação de ainda não termos o efetivo contrato, gerou questionamento por parte da Coordenação do DEPEN para a Ouvidoria da empresa, por meio de correspondência eletrônica, fls 120-121 do Processos Administrativo, no qual informamos que já havíamos encaminhado minuta de contrato há aproximadamente 2 meses, e a empresa não apresentou qualquer resposta. (...)

A Ouvidoria da concessionária, em 22 de novembro do corrente ano, por meio de correspondência eletrônica, fl. 120 do Processo Administrativo, encaminhou minuta de contrato alterada por sua área jurídica e solicitou o envio de contrato assinado.

Ocorre que, a minuta de contrato enviada pela ouvidoria da empresa necessitava de apreciação por parte da nossa Consultoria Jurídica, na qual obteve ajuste e foi enviada para a formalização de assinatura em, 13/12/2006, fls. 151-152 do Processo Administrativo.

Em 29 de dezembro de 2006, foi firmado contrato com a concessionária – Copel Distribuição S/A.”

Assim, existia um serviço que efetivamente havia sido prestado, a obra já havia sido recebida pelo Depen, e a demora da própria Copel nos obrigou ao reconhecimento da dívida, no intuito de evitar o corte da energia e a descontinuidade dos serviços, fundamentais e necessários, ao funcionamento da estrutura organizacional da Penitenciária Federal.

Em relação ao item “b” encaminhamos cópia da Informação nº 19/2008-DEPEN/DIREX/CGAD, demonstrando a alteração do foro. Além disso, quanto ao item “c”, o mesmo documento demonstra que as multas por atraso no pagamento da fatura foram reconsideradas e compensadas das faturas que venceram posteriormente.

Item 4.2.1.3 CONSTATAÇÃO (015): falhas verificadas na formalização e na execução do Contrato Depen nº 016/2007, referente ao fornecimento de energia elétrica para a Penitenciária Federal de Campo Grande/MS.

Recomendação: Cumprir o disposto no Parágrafo Único do Artigo 60 da Lei nº 8.666/93, onde menciona que é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo os de pequenas compras e de pequeno pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5%

(cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II , alínea “a” da citada Lei, feitas em regime de adiantamento e, ainda, cumprir o disposto no art. 62 da mesma Lei, onde dispõe que o instrumento de contrato que é obrigatório nos casos de concorrências e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos no limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumento hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesas, autorização de compra ou ordem de serviço.

Evitar o pagamento de Nota Fiscal posterior ao vencimento, tendo em vista que poderá implicar em cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total da Nota Fiscal em atraso, o qual será cobrado pela concessionária, sem qualquer restrição ao direito de suspensão do fornecimento, além da eventual aplicação de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária calculada pelo Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, conforme previsto nas cláusulas Décima Quarta do pagamento, Item 14.8 do contrato nº 016/2007, e ainda incluir nos processos em que haja o pagamento de encargos financeiros por atraso, a documentação comprobatória que fundamente e justifique sua ocorrência, apurando as responsabilidades dos agentes que deram causa ao fato, quando for o caso.

Adotar procedimentos visando reaver os valores pagos indevidamente, devendo ser encaminhada a esta Coordenação–Geral de Auditoria informações sobre as providências adotadas.

Providências Adotadas:

Refere-se ao Contrato firmado com a Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S. A. – Enersul. Quanto ao item “a”, salientamos que cumprimos a Lei nº 8.666/93, tanto que firmamos o instrumento com a empresa.

Em Resposta à Solicitação de Auditoria nº 012, de 05/09/2007, a Informação nº 15/2007-DEPEN/DIREx/CGAD, apresentava nossos esclarecimentos para a demora na assinatura do Contrato com a Enersul.

“Em agosto de 2006, recebemos a primeira minuta de Contrato enviado pela Enersul, constante às fls. 27/37 do processo, cópias anexas, porém a mesma não se encontrava ajustada para os trâmites administrativos impostos pela Lei nº 8.666/93. Entre o período de agosto/2006 a maio/07, inúmeros foram os telefonemas no intuito de formalizar os termos do Contrato, visto que a minuta contratual precisava ser analisada pela área jurídica da empresa ENER-

SUL e do Ministério da Justiça. Também ocorreram algumas transmissões de correspondências eletrônicas, visando agilizar os procedimentos para a contratação, cópias anexas.

Ocorre que, por parte da Contratada, a minuta recebida foi analisada e alterada por sua área normativa, juntamente com a sua área jurídica, pois a mesma tinha que ser aprovada por aquelas áreas antes de ser submetida à gerência da ENERSUL.

Com os termos ajustados, em 23/maio/2007 remetemos a minuta contratual à análise e manifestação da Consultoria Jurídica/MJ, que retornou a este DEPEN, contendo parecer favorável, em 27/junho/2007, porém atendendo recomendação da CJ/MJ foi necessário realizar mais alguns ajustes.

Finalmente em 29/junho/2007 o documento já modificado foi enviado para a concessionária, cópia anexa, tendo sido recebido no DEPEN, devidamente assinado, em 25/julho/2007.”

Mais uma vez, ocorreu uma grande demora, por problemas administrativos de ambos os lados. Novamente, havia notas fiscais a serem pagas, decorrentes de serviços já prestados e uma obra recebida pelo Depen, obrigando-nos ao reconhecimento da dívida, no intuito de evitar o corte da energia e a descontinuidade dos serviços, fundamentais e necessários, ao funcionamento da estrutura organizacional da Penitenciária Federal.

Em relação ao item “b” a cópia da Informação nº 19/2008-DEPEN/DIREX/CGAD, com o esclarecimento de que encaminhamos o Ofício nº 2470/2007 – DIREX/DEPEN, datado de 31/08/07, solicitando a revisão dos valores cobrados por ultrapassagem de demanda. Em 18/10/07 recebemos aprovação da ENERSUL, que refaturou os valores excluindo as ultrapassagens e reemitindo as Notas Fiscais sem cobrança de multas por atraso de pagamento, cujos pagamentos ocorreram em 1º/11/07.

Sobre o item “c”, por meio do Ofício nº 2.988/2007 – DIREX/DEPEN encaminhamos solicitação à ENERSUL para restituição à construtora Palma Engenharia Ltda. dos valores relativos a outubro e novembro/2006 pagos em duplicidade.

Item 4.2.2.1 CONSTATAÇÃO (018): ausência de mecanismo de Controle na gestão do Contrato de fornecimento de combustível para os veículos disponíveis na Penitenciária Federal de Catanduvas.

Recomendação: Diante do exposto, recomendamos que as próximas aquisições de combustíveis sejam efetuadas mediante a apresentação de Requisição de Fornecimento, com a devida identificação do condutor, placa do veículo, marca e modelo, quantidade de combustível valor do litro de combustível na bomba, valor total e demais informações constante do referido formulário cabendo ao Fiscal do Contrato o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento do produto, notificando a contratada sobre as falhas ou defeitos e determinando prazo para sua regularização. Observa, ainda, as instruções de controle disciplinadas na Instrução Normativa/SAF nº 09/94, alterada pela Instrução NORMATIVA/MARE nº 06/97

Providências Adotadas:

Refere-se ao Contrato nº 009/2006, firmado com a empresa Laurindo e Ribeiro Fábio Ltda., expirado em 27/06/2007. Este instrumento foi substituído pelo de nº 011/2007, com a mesma empresa, para o fornecimento de combustível de forma parcelada (gasolina, álcool e óleo diesel).

Anexamos cópia da Informação nº 03/2008-DEPEN/DIREX/CGAD, demonstrando que as requisições já estão vindo numeradas, com nome completo e cargo do fiscal, identificação do condutor com matrícula Siape, placa do veículo, marca e quilometragem, quantidade de combustível e valor na bomba.

Item 4.2.3.1 CONSTATAÇÃO (016): Descumprimento de itens da Instrução Normativa/SAF nº 09, de 26/08/1994, alterada pela IN/MARE nº 06, de 16/07/1997, que trata do Controle Geral de Veículos oficiais.

Recomendação: Providenciar a elaboração do Mapa Anual de Veículos Oficial conforme dispõe a Instrução Normativa/MARE nº 9 de 26.08.1994, Alterada pela IN/MARE nº 6, de 16.07.1997.

Providenciar a renovação do licenciamento anual dos veículos e a quitação do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores – DPVAT, relativo ao exercício de 2007, em cumprimento ao disposto no item 13 da Instrução Normativa/MARE nº 9 de 26.08.1994, alterada pela IN/MARE nº 6, de 16.07.1997.

Providências Adotadas:

Em relação ao item “a”, já encaminhamos a IN nº 01 SLTI/MP, de 21/06/2007, que substituiu a de nº 09, de 26/08/1994, para as unidades penais federais. Também já foram publicadas as portarias com os responsáveis pelo preenchimento do Plano Anual de Aquisição de Veículos – PAAV e do mapa de Controle Anual de Veículo Oficial.

Quanto ao item “b” providenciamos a renovação do licenciamento anual e a quitação do Seguro Obrigatório.

Item 4.2.4.1 CONSTATAÇÃO (001): Morosidade no aditamento do Contrato 04/2007 em face da redução de preços consignados no Termo de Aditamento à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 28/2006.

Recomendação: Adotar providência urgente no sentido de reatar a renegociação com a empresa contratada, tendo em vista o novo valor acordado entre a empresa e o MME; adequando o contrato nº 04/07 aos valores repactuados por meio do termo de adiantamento do RP nº 28/2006. Na permanência do valor inicialmente contratado, instaurar o competente processo apuratório de responsabilidade pelos prejuízos causados à administração Pública.

Providências Adotadas:

A renegociação foi restabelecida e, após parecer favorável da Consultoria Jurídica do MJ, foi feito o respectivo termo aditivo.

Item 4.2.4.2 CONSTATAÇÃO (002): Estimativa da frequência e das quantidades superdimensionadas em relação a demanda real dos serviços contratados, provocando o desequilíbrio econômico/financeiro do contrato.

Recomendação: Apurar responsabilidade pelo superdimensionamento da demanda inicial, em termos de frequência e quantidade dos serviços contratados; considerando a necessidade de reequilíbrio econômico–financeiro do contrato, tendo como consequência o aumento do gasto com os serviços contratados.

Providências Adotadas:

O dimensionamento do quantitativo e frequência de lavagens, que balizaram o termo de referência do Pregão Presencial nº 30/2006, cujo objeto foi a prestação de serviços de lavanderia (lavar e passar) para a Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, foram feitas com base em informações retiradas de outras penitenciárias, principalmente a de Bernardes/SP, também de segurança máxima.

Cabe ressaltar que a União não possuía, à época, nenhuma unidade penal sob sua responsabilidade direta que pudesse ser utilizada como parâmetro.

Além disso, até a presente data nenhuma das unidades penais federais atingiu a capacidade máxima de ocupação, decisão político-administrativa do próprio Ministério.

Item 4.2.4.3 CONSTATAÇÃO (003): Reajuste de preços não formalizado por meio de aditamento ao contrato.

Recomendação: Adotar providências no sentido de se proceder a elaboração de aditamento visando regularizar a repactuação de preços, conforme preconiza o art. 65, § 6º da lei nº 8.666/93.

Providências Adotadas:

Refere-se também ao Pregão Presencial nº 030/2006, cujo objeto foi a prestação de serviços de lavanderia (lavar e passar) para a Penitenciária Federal de Catanduvas/PR. Informamos que o segundo termo aditivo ao Contrato nº 121/2006, prorrogou a vigência e repactou os preços.

Item 4.2.4.4 CONSTATAÇÃO (011): Inobservância às condições fixadas no Termo de Referência e no Contrato quanto as quantidades e locais de entrega de capacetes balísticos.

Recomendação: Observar as condições estabelecidas no Termo de Referência e nas Cláusulas Contratuais, a fim de se evitar o descumprimento do art. 66 da Lei nº 8.666/93.

Anexar ao processo os documentos comprobatórios que justifiquem a alteração do quantitativo e do local de distribuição dos capacetes, bem como autorização superior para reavaliação de referida distribuição e, ainda, adotar mecanismos de controle quanto à distribuição dos capacetes que se

encontram sob a guarda da Delegacia da Polícia Federal em Mossoró/RN, os quais foram adquiridos para serem utilizados na Penitenciária Federal naquela municipalidade.

Providências Adotadas:

Refere-se ao processo nº 08016.00518/2007-61, Contrato nº 10/2007, firmado com a empresa Inbra Têxtil Indústria e Comércio de Tecidos Técnicos Ltda., para aquisição de 150 capacetes balísticos.

Remetemos os Memorandos nº 02/2008–DEPEN/DIREX e nº 07/2008- DEPEN/DIREX, solicitando os esclarecimentos dos gestores contratuais. Estamos aguardando o envio das informações para repassá-las à equipe de auditoria.

Item 4.2.5.1 INFORMAÇÃO (012): Pagamentos efetuados em favor do Banco do Brasil S/A, utilizando o CNPJ deste, quando dever-se-ia utilizar como elemento identificador beneficiário o código da unidade gestora vez que a EBCT é uma instituição de direito público, por conseguinte está devidamente cadastrada no SIAFI, com os códigos UG 415001 e GESTÃO 14202, ou, em segundo plano, o próprio CNPJ da EBCT.

Os processos de maneira geral não estão adequadamente formalizados, nos termos da IN/STN nº 04/2000, ou seja os documentos referentes aos pagamentos, apesar de estarem em volumes diferentes, esses volumes levam o mesmo número de processo, porém as páginas com numeração seqüencial diferente, entretanto a mencionada IN estabelece que os pagamentos devem constituir um novo processo a ser contabilizado e arquivado na ordem cronológica dos fatos.

Recomendação: Utilizar, como elemento identificador do beneficiário da Ordem Bancária preferencialmente, o código da unidade gestora quando esta estiver devidamente cadastrada no SIAFI, ou o CNPJ da entidade contratada.

Abster-se de emitir lista de OB, quando se tratar de um único pagamento.

Observar o disposto no art. 1º da IN STN/SFC nº 04/2000, de modo que os documentos referentes aos pagamentos sejam autuados, protocolados, e arquivados separadamente dos processos licitatórios.

Providências Adotadas:

Em relação aos itens “a” e “b”, encaminhamos cópia de documento elaborado pela Coordenação de Orçamento e Finanças, afirmando estar cumprindo as determinações constantes do manual SIAFI e que listas de OB para um único pagamento não mais se repetirão.

Sobre o item “c”, informamos que designamos servidor para especificamente ser responsável pela conformidade de gestão e estamos aguardando a reforma pela CGL/MJ de espaço físico para guarda de processos do Departamento.

ANEXO E – DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg		Ação	Nº do Processo						Nº do Termo	Razão Social	
1	577571	0B01	08016.002822/2006-61	006/06	Fomento ao Núcleo de Execução de Penas Alternativas do Cruzeiro do Sul - AC	26/12/06	34.310,00	21.615,00	3.431,00	Poder Judiciário do Estado do Acre	04.034.872/2221-21	Em execução. Último monit. Abril de 2007. 2º termo aditivo assinado em 18/12/2007
2	581536	11TW	08016.003456/2006-27	0209264-03	Construção da Unidade de Recuperação Social de Senador Guiomard - AC	28/12/06	5.012.303,98	4.511.073,58	501.230,40	Departamento de Administração Penitenciária	05.471.797/0001-29	CAIXA. Procedimento Licitatório.
1	598508	0B02	08016.007123/2007-99	059/07	Implantação da Escola Penitenciária no Instituto de Administração Penitenciária do Estado - AC	20/12/07	152.627,60	137.364,84	15.262,76	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Está em início de execução.
1	599830	0B76	08016.006916/2007-91	129/07	Implantação e Aparelhamento de Ouvidoria no Instituto de A.Penit. do Acre - IAPEN - AC	26/12/07	37.642,92	33.878,63	3.764,29	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Em fase de implantação.
1	603308	2526	08010.010148/2007-90	139/07	Projeto Político Pedagógico p/ Formação de Gestores do Sistema Penitenciário do Estado - AC	7/1/2008	379.256,88	0,00	37.925,69	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	Está em início de execução.
2	609213	11TY	08016.005306/2007-70	0236766-40	Construção, Ref. e Ampl da Unidade de Recuperação Social Dr. Evaristo de Morães - Sena Madureira - AC	9/1/2008	2.422.352,06	0,00	242.235,21	Secretaria de Estado de Planejamento	63.606.479/0001-24	CAIXA. Analisando documentação.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	577550	0B02	08016.003602/2006-55	024/06	Projeto Político Pedagógico para a Escola Penitenciária - AL	26/12/06	148.792,21	133.912,99	14.879,22	Superintendência de Administração Penitenciária	12.200.176/0001-76	Ainda se encontra em aquisição de equipamentos
1	577413	2314	08016.003576/2006-65	063/06	Projeto Nascer da Terra - AL	26/12/06	122.653,20	110.056,70	12.596,50	Superintendência de Administração Penitenciária	12.200.192/0001-69	Ainda em fase de implementação. Os recursos que deveriam ter sido repassados em dez/06 só foram repassados em set/07
1	603400	2314	08016.004378/2007-08	022/07	Assistência Jurídica ao Preso - AL	7/1/2008	152.900,00	0,00	30.180,00	Defensoria Pública Geral do Estado	04649138000177	Está em início de execução.
1	598532	2314	08016.003947/2007-90	028/07	Projeto "Fazendo a Arte" - AL	20/12/07	139.480,90	9.123,30	13.948,09	Intendência de Administração Penitenciária	12.200.192/0001-69	Está em início de execução.
1	598507	1701	08016.003948/2007-34	046/07	Capacitação em Informática Básica, Avançada e Manutenção de Computadores - AL	20/12/07	79.577,00	71.619,30	7.957,70	Intendência de Administração Penitenciária	12.200.192/0001-69	Está em início de execução.
1	598530	1701	08016.004268/2007-38	069/07	Aquisição de Ambulâncias - AL	20/12/07	525.000,00	472.500,00	52.500,00	Intendência de Administração Penitenciária do Estado	12.200.192/0001-69	Em processo licitatório.
1	601567	0B76	08016.006827/2007-44	130/07	Ouvidoria para o Sistema Penitenciário Alagoano - AL	31/12/07	31.933,00	0,00	3.193,30	Secretaria de Estado da Defesa Social	12.200.192/0001-69	Em fase de implantação.
2	0243809-92	11TW	08016.005348/2007-19	0243809-92	Construção do Centro Cultural Ecumênico na Penitenciária Feminina de Santa Luzia - AL	31/12/2007	159.901,67	0,00	15.990,16	Intendência de Administração Penitenciária do Estado	12.200.192/0001-69	CAIXA. Analisando documentação.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	577539	2314	08016.003718/2006-94	033/06	Projeto Brinquedoteca - Brincar também é Res-socializar - AM	26/12/06	35.065,30	31.558,77	3.506,53	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369/0001-90	Ainda não iniciaram as atividades. Iniciando os processos licitatórios.
1	577383	0B02	08016.003732/2006-98	045/06	Escola Penitenciária do Estado do Amazonas - AM	26/12/06	165.340,64	148.806,58	16.534,06	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.369/0001-90	Ainda se encontra em aquisição de equipamentos
2	576186	11TW	08016.001889/2005-06	0209262-86	Construção da Penitenciária de Itacoatiara - AM	13/12/06	5.883.259,21	5.294.933,29	588.325,92	Secretaria de Estado e Justiça e Direitos Humanos do Amazonas	04.312.401/0001-38	CAIXA. Procedimento Licitatório.
1	597846	1701	08016.004369/2007-17	018/07	Aquisição de Veículos de Transporte de presos do Sistema Penitenciário do Estado - AM	10/12/07	579.700,00	521.730,00	57.970,00	Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.401/0001-38	Em processo licitatório
1	598523	2314	08016.004346/2007-02	067/07	Produção de Hortaliças em Casa de Vegetação no Comp. Penal Anísio Jobim - AM	20/12/07	230.642,32	103.789,09	23.064,23	Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.401/0001-38	Está em início de execução.
2	613552	11TW	08016.003171/2007-16	0232556-15	Construção de uma Unidade Prisional no Município de Manaus - AM	9/1/2008	20.453.573,00	0,00	4.891.335,10	Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos	04.312.401/0001-38	CAIXA. Analisando documentação.
1	577395	0B01	08016.003717/2006-40	018/06	Implantação da Central de Penas Alternativas do Estado do Amapá - AP	26/12/06	275.882,86	173.806,21	27.588,28	Tribunal de Justiça do Estado	38.870.576/0001-21	Em execução. Último monit. Agosto de 2007. 2º termo Aditivo assinado em 18/12/2007

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	577412	2314	08016.003751/2006-14	049/06	Projeto Brinquedoteca, Desafios e Descobertas - AP	26/12/06	20.783,00	18.683,00	2.100,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Os procedimentos licitatórios foram finalizados e está em fase de implantação.
1	605390	2314	08016.005618/2007-83	027/07	Assistência Legal - Núcleo de Assistência Jurídica do IAPEN - AP	7/1/2008	150.854,68	0,00	15.085,47	Tribunal de Estado do Amapá	34870576000121	Está em início de execução.
1	599212	0B02	08016.005641/2007-78	058/07	Implantação do Centro de Excelência em Serviços Penais - AP	24/12/07	123.678,43	0,00	12.662,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Está em início de execução.
1	599887	1701	08016.004340/2007-27	115/07	Reaparelhamento do Instituto de Administração Penitenciária do Estado - AP	26/12/07	208.388,00	0,00	20.839,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	Em processo licitatório
2	602721	11TY e 11TW	08016.005583/2006-00	0234544-09	Reforma do Instituto Penitenciário do Amapá - IAPEN - AP	18/12/07	2.813.999,32	0,00	290.000,00	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	CAIXA. Analisando documentação.
2	602722	11TW	08016.005778/2007-22	0236767-55	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima do Estado - AP	18/12/07	4.506.770,11	0,00	456.770,11	Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública	00.394.577/0001-25	CAIXA
2	574311	11TW	08016.003599/2006-70	0206242-79	Construção da Penitenciária de Vitória da Conquista - BA	17/11/06	14.596.858,99	13.137.179,09	1.459.685,90	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia	14.504.377/0001-92	CAIXA. Obra não iniciada.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Sia-fi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	594488	0B01	08016.004055/2007-14	008/07	Realização de Seminário Estadual de Fomento às Penas e Medidas Alternativas - BA	19/10/07	60.000,00	54.000,00	6.000,00	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Em execução. Foi solicitada a prorrogação do prazo de vigência.
1	594490	0B01	08016.003979/2007-95	009/07	Implantação do Núcleo de Penas e Medidas Alternativas de Feira de Santana - BA	19/10/07	135.000,00	34.425,00	20.250,00	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Em execução. Foi solicitada a prorrogação do prazo de vigência.
1	594476	1701	08016.002814/2007-04	016/07	Aquisição de Equipamentos de Saúde p/ 10 postos de Saúde nas Unidades Prisionais - BA	17/10/07	411.586,02	302.898,70	108.687,32	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Ainda está realizando os procedimentos licitatórios
1	594554	1701	08016.003888/2007-50	020/07	Aquisição de Veículos para Modernização da Frota do Sistema Penitenciário do Estado - BA	18/10/07	1.308.000,00	1.177.200,00	130.800,00	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Concluindo o processo licitatório.
1	594477	2314	08016.002818/2007-84	024/07	Atendimento Jurídico para o Sistema Penitenciário da Bahia - BA	17/10/07	171.618,15	76.800,00	18.018,15	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos do Estado	13.937.032/0001-60	Está em início de execução.
1	594478	2314	08016.006431/2007-05	029/07	Arca das Letras - BA	17/10/07	50.160,00	45.144,00	5.016,00	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	13.937.032/0001-60	Está em início de execução.
1	594479	2526	08016.002819/2007-29	035/07	Educação em Direitos Humanos para Agentes Penitenciários - BA	17/10/07	59.589,07	51.189,07	8.400,00	Secretaria de Justiça Cidadania e Direi-	13.937.032/0001-60	Está em início de execução.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										tos Humanos		
1	599791	0B02	08016.008256/2007-82	113/07	Implantação do Centro de Educação em Direitos Humanos e Assuntos Penais - BA	26/12/07	126.239,75	113.577,75	12.662,00	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	13.937.032/0001-60	Está em início de execução.
2	602720	11TW	08016.005616/2007-94	0232555-01	Construção da Penitenciária de Barreiras - BA	26/12/07	17.927.179,16	0,00	1.792.717,92	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	13.937.032/0001-60	CAIXA. Analisando documentação.
2	604882	11TY	08016.005004/2007-00	0231962-14	Reforma da Penitenciária Feminina de Salvador - BA	4/1/2008	712.096,91	0,00	71.209,69	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	13.937.032/0001-60	CAIXA. Analisando documentação.
2	613563	11TW	08016.010141/2007-58	0246027-07	Construção da Cadeia Pública de Salvador - BA	15/1/08	18.990.571,29	0,00	1.899.057,13	Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos	13.937.032/0001-60	CAIXA. Analisando documentação.
1	577529	0B01	08016.003590/2006-69	011/06	Projeto de Fortalecimento das Ações e Inclusão Social de Pessoas em Cumprimento de Penas e Medidas Alternativas - CE	26/12/06	160.000,00	144.000,00	16.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania	07.954.480/0001-79	Em execução. Último monit. Julho de 2007
1	577460	0B02 E 2314	08016.003589/2006-34	067/06	Projeto Político Pedagógico e Financeiro - Escola de Gestão Penitenciária e Formação para Ressocialização - CE	26/12/06	150.000,00	135.000,00	15.000,00	Secretário da Justiça e Cidadania	07.954.480/0001-79	Ainda se encontra em aquisição de equipamentos

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Sia-fi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	588449	11TW	08016.003596/2006-36	0211729-56	Construção da Cadeia Pública de Crateús - CE	10/01/07	3.648.126,31	3.316.478,47	331.647,84	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará	07.954.530/0001-18	CAIXA. Obra não iniciada.
1	601566	2526	08016.005619/2007-28	090/07	Especialização em Gestão Penitenciária- CE	31/12/07	176.960,00	0,00	18.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	Está em início de execução.
1	605305	1701	08016.003887/2007-13	134/07	Operacionalização dos Estabelecimentos Penais do Estado do Ceará - CE	7/1/2008	160.000,00	0,00	16.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	Processo licitatório em aberto (sistema de prego)
1	602986	1701	08016.004428/2007-49	135/07	Implantação de Unidade Móvel Odontológica no Sistema Penitenciário-CE	4/1/2008	255.800,00	0,00	25.580,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	Processo licitatório em aberto (sistema de prego)
2	613547	11TY	08016.005354/2007-68	0229469-91	Reforma do Hospital Penitenciário Professor Otávio Lobo, em Itaitinga- CE	14/1/08	200.000,00	0,00	20.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	CAIXA. Analisando documentação.
2	613555	11TW	08016.005353/2007-13	0238686-16	Construção da Cadeia Pública em Tianguá- CE	14/1/2008	2.775.648,24	0,00	416.347,24	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	CAIXA. Analisando documentação.
2	613556	11TW	08016.005328/2007-30	0238687-20	Construção da Cadeia Pública em Aracati - CE	14/1/08	2.970.390,50	0,00	473.278,26	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado	07.954.480/0001-79	CAIXA. Analisando documentação.
1	577358	2526	08016.007548/2006-17	069/06	Formação de Agentes Penitenciários em Educação a Distância - DF	26/12/06	34.180,00	29.820,00	4.360,00	Universidade de Educação Profissional - SENAI	33.564.543/0001-90	Aguardando Prestação de Contas Final até 29/2/2008.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	576268	11TW	08016.001985/2006-27	0207140-62	Construção do Bloco de Recepção e Revista da Penitenciária II - DF	14/12/06	1.460.544,34	1.314.489,91	146.054,43	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	00.394.718/0001-00	CAIXA. Obra concluída.
2	586474	11TW	08016.006382/2006-11	0209265-18	Obras Diversas - 2006 - DF	14/12/06	757.260,57	681.534,51	75.726,06	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal	00.394.718/0001-00	CAIXA. Foi autorizado o início oficial da obra.
1	597006	1701	08016.003889/2007-02	019/07	Aquisição de Viaturas - Tipo Ônibus - DF	7/12/07	432.000,00	388.800,00	43.200,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Viaturas compradas (encaminhadas para empenho)
1	599794	0B02	08016.007702/2007-31	114/07	Implantação da Escola Penitenciária - DF	26/12/07	154.750,75	123.800,60	30.950,15	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Está em início de execução.
1	603299	1701	08016.008286/2007-99	117/07	Aquisição de Portais Detectores de Metais e Aparelhos de Raios X - DF	7/1/2008	1.175.000,00	0,00	117.500,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Ainda não teve a devolução das assinaturas e nem foi para pagamento.
1	600062	1701	08016.008287/2007-33	118/07	Aquisição de Scanner de Corpo - DF	26/12/07	3.360.000,00	3.024.000,00	336.000,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Hu-	00.394.601/0001-26	Em processo licitatório

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										manos e Cidadania		
1	601855	2314	08016.008279/2007-97	121/07	Projeto Iniciação Profissional de Detentos a Distância - DF	3/1/2008	277.801,00	0,00	27.780,00	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	33.564.543/0001-90	Está em início de execução.
1	603307	2526	08016.01059/2007/50	136/07	Capacitação de Serviços Penais na Área de Intervenção Penitenciária - DF	7/1/2008	510.188,73	0,00	51.018,88	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Está em início de execução.
1	603319	2526	08016.010158/2007-13	137/07	Projeto Político Pedagógico de Capacitação e Serviços Penais na Área de Segurança e Dispensa - DF	7/1/2008	863.120,00	0,00	86.312,00	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	Está em início de execução.
2	609211	11TY	08016.004460/2007-24	0232554-97	Reforma e Ampliação do Centro de Progressão Penitenciária - DF	10/1/08	1.678.660,40	0,00	167.866,21	Secretaria de Estado Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	00.394.601/0001-26	CAIXA. Analisando documentação.
1	577562	2314	08016.006513/2006-61	036/06	Projeto "Maria - Marias" - ES	26/12/06	909.461,03	500.000,00	90.947,00	Secretario de da Estado da Justiça	08016.001539/2004-51	Ainda não foi repassada a 2ª parcela por motivos de inadimplência. Os cursos estão iniciando neste mês de fevereiro/2008

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Sia-fi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	514789	11TW	08016.001539/2004-51	018/04	Construção da Penitenciária Regional de São Mateus - ES	16/09/05	10.537.340,53	317.577,10	2.107.468,11	Secretaria de Estado de Justiça	27.080.571/0001-30	CAIXA. Obra com 67% de execução.
1	602905	2314	08016.004362/2007-97	017/07	Em Defesa dos Direitos do Preso Sentenciado - ES	4/1/2008	359.628,00	0,00	71.925,60	Defensoria Pública Geral do Estado	00.671.513/0001-24	Está em início de execução.
1	602117	2314 e 1701	08016.003996/2007-22	036/07	Aparelhamento dos Ambulatórios das Unidades Prisionais - ES	3/1/2008	292.753,80	0,00	76.311,21	Secretaria de Estado de Justiça	27.080.530/0001-43	Está em início de execução.
1	603322	2314 e 1701	08016.003992/2007-44	042/07	Costurando o Futuro - ES	7/1/2008	190.381,15	0,00	38.076,23	Secretaria de Estado de Justiça	27.080.530/0001-43	Está em início de execução.
1	603317	2526	08016.005174/2007-86	119/07	Especialização em Sistema Prisional - ES	7/1/2008	132.992,00	0,00	27.346,40	Secretaria de Estado de Justiça	27.080.530/0001-43	Está em início de execução.
1	603395	0B01	08016.007667/2007-51	133/07	Implantação de Núcleos Avançados de Defesa dos Presos Provisórios e de Prevenção à Criminalidade no Estado - ES	8/1/2008	1.251.640,00	0,00	253.320,00	Defensoria Pública do Estado	27.080.530/0001-43	Assinado e publicado. CAUC irregular.
1	577853	0B01	08016.003719/2006-39	014/06	Operacionalização e Manutenção da Central de Penas e Medidas Alternativas e dos Núcleos Instalados no Interior do Estado de Goiás - GO	27/12/06	227.034,00	86.400,00	83.034,00	Tribunal de Justiça de Goiás - 4ª Vara Criminal - Execução Penal	02.292.266/0001-80	Em execução. Último monit. Julho de 2007
1	577548	0B02	08016.003624/2006-15	023/06	Projeto Criação do Centro Excelência do Sistema de Execução Penal - GO	26/12/06	166.297,83	149.668,05	16.629,78	Agência Goiana do Sistema Prisional	08.160.168/0001-76	Ainda se encontra em aquisição de equipamentos

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Sia-fi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	577381	2526	08001.004130/2006-17	031/06	Projeto Curso de Formação Específica em Gestão do Sistema Prisional - GO	26/12/06	271.259,82	60.000,00	71.259,82	Fundação Universitária do Cerrado	08.001.004130/2006-17	As atividades já foram iniciadas e o 1º semestre letivo já foi finalizado.
1	598503	1701	08016.004321/2007-09	014/07	Reaparelhamento para Transporte de Presos - GO	20/12/07	611.630,00	0,00	61.163,00	Secretaria de Estado de Justiça	27.080.530/0001-43	Em processo licitatório
1	619574	2526	08016.005362/2007-12	049/07	Especialização em Gestão Prisional "Lato Sensu" - GO	4/1/2008	253.037,98	0,00	25.303,80	Universidade Federal de Goiás	01.567.601/0001-43	Está em início de execução.
1	598521	2314	08016.004067/2007-31	066/07	Implantação do Patronato - Região Metropolitana - GO	20/12/07	116.907,98	105.217,18	11.690,80	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Está em início de execução.
1	598524	1701	08016.004323/2007-90	068/07	Reaparelhamento das Unidades de Saúde dentro do Sistema de Execução Penal de Goiás - GO	20/12/07	98.278,64	77.093,64	21.185,00	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Está em início de execução.
1	598525	2526	08016.005335/2007-31	075/07	Curso de Formação para Diretores de Unidades Prisionais - GO	20/12/07	203.016,03	91.357,96	20.301,61	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Está em início de execução.
1	598509	3908	08016.004320/2007-56	097/07	Aparelhamento do INFOPEN Gestão - GO	20/12/07	527.180,00	474.462,00	52.718,00	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Em processo licitatório
1	598518	1701	08016.004322/2007-45	098/07	Reaparelhamento da Segurança Correcional - GO	20/12/07	1.553.535,55	1.398.181,99	155.353,56	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Em processo licitatório
1	598498	1701	08016.004325/2007-89	099/07	Modernização, Aparelhamento e Reaparelhamento do Serviço de Inteligência de Justiça - GO	20/12/07	883.772,45	795.395,20	88.377,25	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Em processo licitatório

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	605382	0B76	08016.006800/2007-51	132/07	Estruturação da Ouvidoria e Implantação dos Núcleos de DH e Ouvidorias de Justiça - NUDOJ'S - GO	7/1/2008	38.793,77	0,00	3.880,00	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	Em fase de implantação.
2	613548	11TW	08016.005399/2007-32	0232550-51	Adaptação e Ampliação da Colônia Agro-Industrial Semi-Aberto I - Aparecida de Goiânia - GO	15/1/08	1.459.772,45	0,00	145.977,25	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	CAIXA. Analisando documentação.
2	613550	11TW	08016.005553/2007-76	0232552-79	Ampliação da Cadeia Pública de Santo Antônio do Descoberto - GO	15/1/08	473.545,50	0,00	235.136,73	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	CAIXA. Analisando documentação.
2	613551	11TW	08016.005555/2007-65	0232553-83	Ampliação da Cadeia Pública de Novo Gama - GO	15/1/08	451.083,31	0,00	45.108,33	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	CAIXA. Analisando documentação.
2	613549	11TW	08016.005550/2007-32	0232551-65	Ampliação da Cadeia Pública de Valparaizo - GO	15/1/08	604.691,56	0,00	60.469,16	Secretaria de Estado de Justiça	01.409.580/0001-38	CAIXA. Analisando documentação.
1	577436	2314	08016.003712/2006-17	019/06	Projeto "Libertas - do Outro Lado do Muro" - MA	26/12/06	43.740,00	19.683,00	4.374,00	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão	06.354.468/0001-60	Segundo o Cronograma de Execução, as oficinas produtivas estão em funcionamento.
1	577351	2314	08016.001774/2006-94	046/06	Projeto Educação profissional /SENAC - MA	26/12/06	64.568,46	58.111,61	6.456,85	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão	06.354.468/0001-60	As atividades só foram iniciadas no último trimestre de 2007. Ainda em fase de implantação.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	577470	2314	08016.003713/2006-61	051/06	Projeto Arca das Letras - MA	26/12/06	19.162,10	17.245,89	1.916,21	Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Maranhão	06.354.468/0001-60	Aguardando Prestação de Contas Final até 31/3/2008.
1	603298	2314	08016.004361/2007-42	050/07	Fortalecimento da Atuação da Defensoria Pública no Acom.da Pena Priv. De Liberdade- MA	7/1/2008	104.193,00	0,00	10.419,30	Defensoria Pública Geral	06.354.468/0001-60	Está em início de execução.
2	613560	11TW	08016.005312/2007-27	0240506-73	Construção da Penitenciária Feminina em Pedrinhas, Município de São Luiz- MA	14/1/08	10.496.020,38	0,00	1.049.602,04	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	CAIXA. Analisando documentação.
2	596843	11TW	08016.005313/2007-71	0236768-69	Construção da Penitenciária em Imperatriz - MA	27/11/07	7.232.000,23	0,00	723.200,02	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	CAIXA. Analisando documentação.
2	613561	11TW	08016.005311/2007-82	0243528-96	Ampliação do Presídio de São Luís - MA	14/1/08	6.267.780,91	0,00	626.778,10	Secretaria de Estado de Segurança Cidadã	06.354.468/0001-60	CAIXA. Analisando documentação.
1	577441	2314	08016.004544/2006-87	017/06	Aquisição de Equipamentos de Saúde para 9 Unidades Prisionais do Estado - MG	26/12/06	273.426,00	213.426,00	60.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.615/0001-60	Em fase de aquisição por processo licitatório.
2	588001	11TW	08016.004572/2006-02	0213278-47	Construção da Cadeia Pública de Ribeirão das Neves - MG	17/01/07	15.305.041,19	12.244.032,95	3.061.008,24	Secretaria de Estado da Defesa Social de Minas Gerais	18.715.540/0001-17	CAIXA. Obra não iniciada

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	601558	0B01	08016.004056/2007-51	011/07	Implantação de Medidas Alternativas para o Público Usuário de Entorpecentes - MG	28/12/07	160.000,00	0,00	40.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Aguardando liberação de recursos.
1	599495	1701	08016.004336/2007-69	054/07	Atenção Básica à Saúde - MG	26/12/07	153.570,00	0,00	35.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Está em início de execução.
1	599800	11TW	08016.004338/2007-58	070/07	Centro de Ref. P/ Gestantes em Priv. de Liberdade / Creche do Sist. Prisional - MG	26/12/07	400.000,00	0,00	100.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Está em início de execução.
1	600273	1701	08016.004430/2007-18	116/07	Aparelhamento da Área de Segurança das Unidades Prisionais - MG	26/12/07	848.983,92	679.187,13	169.796,79	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Em processo licitatório
1	600274	2314	08016.004337/2007-11	122/07	O Trabalho como Base para a Reinserção Social - MG	26/12/07	1.395.898,14	745.898,14	500.000,00	Secretaria de Estado da Defesa Social	18.715.540/0001-17	Está em início de execução.
1	600275	0B76	08016.006950/2007-65	127/07	Aparelhamento e Reaparelhamento de Ouvidoria dos Sistemas Prisionais Estaduais - MG	26/12/07	62.000,00	49.600,00	12.400,00	Ouvidoria Geral do Estado	18.715.540/0001-17	Em fase de implantação.
1	577355	1701	08016.006236/2006-96	021/06	Aquisição de Veículos para Transporte de presos do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul - MS	26/12/06	650.400,00	585.360,00	65.040,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-28	
1	598699	0B01	08016.004036/2007-80	005/07	Penas Alternativas e Violência de Gênero: Sensib. de homens autores de Violência contra a mulher - MS	30/11/07	162.624,00	79.228,00	16.262,40	Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e Economia Solidária	04150335000147	Recurso liberado em 21/12/2007

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										ria		
1	598505	2526	08016.004253/2007-70	033/07	Curso de Formação para Técnico Penitenciário - MS	20/12/07	111.512,68	100.361,42	11.151,26	Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-00	Está em início de execução.
1	599790	1701	08016.003985/2007-72	084/07	Lendo a Liberdade - Implantação de Bibliotecas Inclusivas nos Estabelecimentos Penais - MS	26/12/07	340.404,95	102.101,66	34.099,95	Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-00	Está em início de execução.
1	598528	2526	08016.005624/2007-31	087/07	Curso de Gestão Educacional - MS	20/12/07	22.140,00	19.926,00	2.214,00	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN	03983632000100	Está em início de execução.
1	598529	1701	08016.003882/2007/82	095/07	Aquisição de Veículo tipo Ambulância para o transporte de presos do sistema penitenciário do Estado - MS	20/12/07	314.400,00	282.960,00	31.440,00	Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-00	Em processo licitatório.
1	598543	1701	08016.003873/2007-91	096/07	Implantação de CFTV no Presídio de Segurança Máxima de Campo Grande "Jair Ferreira de Carvalho" - MS	21/12/07	1.117.701,60	1.005.931,44	111.770,16	Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-00	Em processo licitatório.
1	598544	1701	08016.003885/2007-16	108/07	Aquisição de Detector de Metal Manual para o Sistema Penitenciário do Estado - MS	21/12/07	164.800,00	148.320,00	16.480,00	Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública	15.412.257/0001-00	Em processo licitatório.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	605282	2526	08016.002403/2007-19	123/07	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Prisional - MS	7/1/2008	145.248,23	0,00	15.200,00	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN	03983632000100	Está em início de execução.
1	577447	2314	08016.003734/2006-87	034/06	Implantação de Fábricas de Artefatos de Concretos Pré-Moldados nas Unidades Prisionais de Mato Grosso - MT	26/12/06	65.655,00	59.085,50	6.565,50	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Segundo o Relatório de monitoramento in loco, as atividades ainda não foram iniciadas. Estão ainda em processo de licitação.
1	577537	2526	08016.006447/2006-29	043/06	Capacitação para Agentes de Escolta - MT	26/12/06	59.200,00	51.000,00	8.200,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Conforme relatório de monitoramento in loco, a licitação já tinha sido terminada e o curso já foi iniciado.
1	577408	2526	08016.003754/2006-58	044/06	Treinamento Básico para Docentes - MT	26/12/06	21.027,71	18.013,41	3.014,30	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	03.507.415/0001-44	Conforme relatório de monitoramento in loco, as atividades seriam iniciadas em dez/07.
1	578830	2314	08016.003621/2006-81	048/06	Projeto Fábrica de saneantes para o Sistema Prisional de Mato Grosso - MT	26/12/06	196.929,68	153.344,00	43.585,68	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	3.507.415/0001-44	Conforme relatório de monitoramento in loco, as ações ainda não tinham sido iniciadas e o Secretário responsável está estudando a possibilidade de desistir do convênio.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	581532	11TW	08016.004535/2006-96	0207802-79	Construção do Centro de Detenção Provisória de Juína - MT	28/12/06	4.995.254,92	4.495.729,43	499.525,49	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso	00.301.547/0001-40	CAIXA. Obra iniciada em janeiro/2008.
2	581533	11TW	08016.004520/2006-28	0207803-83	Construção do Centro de Detenção Provisória de Pontes Lacerda - MT	28/12/06	4.995.254,92	4.495.729,43	499.525,49	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso	00.301.547/0001-40	CAIXA. Obra iniciada em janeiro/2008.
2	581534	11TW	08016.004519/2006-01	0208576-56	Construção do Centro de Detenção Provisória de Tangará da Serra - MT	28/12/06	4.995.254,92	4.495.729,43	499.525,49	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso	00.301.547/0001-40	CAIXA. Obra iniciada em janeiro/2008.
1	601153	2314	08016.004363/2007-31	015/07	Programa de Assistência aos Segregados nos Presídios (PAS) - MT	23/11/07	119.146,81	0,00	12.186,00	Defensoria Pública no Estado	02528193000183	Está em início de execução.
1	602981	2314 e 1701	08016.003941/2007-12	038/07	Ampliação das Oficinas Produtivas na Penit. Ana Maria Couto "May" - MT	4/1/2008	43.250,76	0,00	4.932,30	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Está em início de execução.
1	602879	1701	08016.003938/2007-07	056/07	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Dr. Osvaldo Florentino Leite Ferreira Ferrugem" - MT	3/1/2008	115.827,59	0,00	88.442,58	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	Está em início de execução.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	602880	1701	08016.003 944/2007-56	057/07	Aparelhamento da Unidade de Saúde da Penit. "Major PM ZUZI Alves da Silva" - MT	3/1/2008	115.827,59	0,00	88.442,58	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Está em início de execução.
1	602983	1701	08016.003 890/2007-29	088/07	Solicita Doação de Cinco Viaturas - MT	4/1/2008	725.000,00	0,00	72.500,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Em processo licitatório
1	602882	2314	08016.003 939/2007-43	091/07	Reintegração Social do Egresso do Sistema Prisional na Comunidade de Origem - MT	3/1/2008	55.500,00	0,00	5.800,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Está em início de execução.
1	602883	1701	08016.004 261/2007-16	100/07	Implantação de Sistema de Segurança através de Detector de Metal Portátil nas Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	3/1/2008	373.750,00	0,00	37.375,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Em processo licitatório.
1	602984	1701	08016.004 251/2007-81	104/07	Implantação de Lavanderias nas maiores Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	4/1/2008	92.188,00	0,00	9.218,80	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Em processo licitatório.
1	602884	1701	08016.004 267/2007-93	105/07	Implantação de Sistema de Segurança através de Detector de Metal Portal nas Unidades do Sistema Prisional do Estado - MT	3/1/2008	731.000,00	0,00	73.100,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Processo licitatório.
1	602885	1701	08016.004 249/2007-10	106/07	Aquisição de Veículos tipo Ambulância - MT	3/1/2008	310.800,00	0,00	31.080,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.54 7/0001-40	Em processo licitatório.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	613562		08016.005124/2007-07	0243529-09	Ampliação da Unidade de Saúde II - Medida de Segurança - Pascoal Ramos - MT	17/1/08	424.560,00	0,00	42.456,00	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública	00.301.547/0001-40	CAIXA. Analisando documentação.
1	577468	0B01	08016.003733/2006-32	039/2006	Projeto Penas Alternativas Ano 2006 - PA	26/12/06	386.797,00	155.058,00	76.682,00	Tribunal de Justiça do Estado	04.567.897/0001-90	Em execução. Último monit. Agosto de 2007
2	589451	11TW	08016.004533/2006-05	0207485-36	Construção do Centro de Recuperação Social de Breves - PA	08/01/07	3.246.902,51	2.922.212,25	324.690,26	Secretaria Especial de Defesa Social do Estado do Pará	05.054.895/0002-41	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	589773	11TW	08016.004534/2006-41	0207804-97	Construção do Centro de Recuperação Social de São Felix do Xingu - PA	05/01/07	3.246.902,51	2.922.212,25	324.690,26	Secretaria Especial de Defesa Social do Estado do Pará	05.054.895/0002-41	CAIXA. Procedimento licitatório.
1	598491	1701	08016.006005/2007-63	026/07	Renovação da Frota de Viaturas do Sistema Penitenciário - PA	20/12/07	790.000,00	711.000,00	79.000,00	Superintendência do Sistema Penal	05.054.861/0001-76	Em processo licitatório.
1	600698	1701	08016.004481/2007-40	107/07	Apoio Tecnológico na Gestão das Informações Penitenciárias do Estado - PA	4/1/2008	100.297,00	0,00	10.029,70	Superintendente do Sistema Penal	05.054.861/0001-76	Processo de compras
1	600895	2314	08016.003989/2007-21	031/07	Defendendo as Relações Jurídicas dos Apenados do Sistema Prisional do Pará - PA	28/12/07	412.335,00	33.165,00	41.433,50	Defensoria Pública do Estado	34639526000138	Está em início de execução.
1	602985	1701	08016.004263/2007-13	125/07	Projeto de Instalação de Gás Medicinal no Hospital Geral Penitenciário	4/1/2008	9.471,79	85.246,13	9.471,79	Superintendente do Sistema Penal	05929042000125	Em processo licitatório

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
					- PA							
2	609212	11TW	08016.005833/2007-84	0234648-51	Construção de Berçário na Casa de Reeducação Feminina de Ananindeuá - PA	7/1/2008	693.781,61	0,00	69.378,16	Governo do Estado do Pará	05054861000176	CAIXA. Analisando documentação.
1	605387	0B01	08016.004489/2007-14	010/07	Interiorização do Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado - PB	7/1/2008	199.330,00	0,00	19.330,00	Defensoria Pública Geral do Estado da Paraíba	10733319000180	Aguardando liberação de recursos.
1	577513	0B01	08016.001507/2006-17	008/06	Operacionalização da Vara de Execução de Penas Alternativas na Região Metropolitana do Recife - PE	26/12/06	62.149,30	53.149,30	9.000,00	Tribunal de Justiça de Pernambuco	11.431.327/0001-34	Devolveu o Recurso. Prestação de Contas.
1	605383	0B01	08016.004034/2007-91	004/07	Programa de Apoio Técnico-Operacional no Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher - PE	7/1/2008	194.354,92	0,00	32.160,00	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	CAUC irregular.
1	605384	2314 e 1701	08016.004380/2007-79	032/07	Educação Digital de Sentenciados na Condição de Pré-Egressos - PE	7/1/2008	41.979,43	0,00	4.197,94	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	603305	2314 e 1701	08016.003988/2007-86	043/07	Capacitação em Marcenaria - PE	7/1/2008	24.529,28	0,00	2.452,62	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	605385	0B02	08016.005347/2007-66	047/07	Implantação da Escola Penitenciária em Pernambuco - PE	7/1/2008	166.708,62	0,00	16.670,86	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	605380	2314	08016.007266/2007-09	048/07	Capacitação Profissional em Eletricidade e Mecânica de Automóveis - PE	7/1/2008	66.157,54	0,00	6.615,75	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	603304	2526	08016.005346/2007-11	051/07	Capacitação em Gerenciamento de Crise em Ambiente Prisional - PE	7/1/2008	39.131,00	0,00	3.913,10	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	605340	2314	08016.004377/2007-55	055/07	Capacitação Profissional em Corte e Costura - PE	7/1/2008	68.293,70	0,00	6.829,37	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	603301	2526	08016.005338/2007-75	063/07	Capacitação em Legislação Penitenciária - PE	7/1/2008	27.802,00	0,00	2.780,20	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	603302	2526	08016.005344/2007-22	062/07	Capacitação em Identificação e Atendimento do Usuário de Substância Psicotrópica - PE	7/1/2008	16.746,40	0,00	1.674,64	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg		Ação	Nº do Processo						Nº do Termo	Razão Social	
1	603303	2526	08016.005345/2007-77	061/07	Capacitação em Metodologia Penitenciária - PE	7/1/2008	23.385,50	0,00	2.338,55	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	605333	2526	08016.005339/2007-10	060/07	Capacitação em Ética - PE	7/1/2008	63.399,90	0,00	6.339,90	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
1	605327	1701	08016.004252/2007-25	078/07	Reaparelhamento de Viaturas p/ o Sistema Prisional de Pernambuco - PE	7/1/2008	1.252.800,00	0,00	125.280,00	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	10.571.982/0001-25	Em processo licitatório
1	605389	2314	08016.003991/2007-08	093/07	Projeto "Casa de Apoio a Egressos e Liberados" - PE	7/1/2008	471.918,60	0,00	47.200,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos Estado	10.571.982/0001-25	Está em início de execução.
2	581025	11TW	08016.002625/2006-42	0209267-36	Construção da Cadeia Pública de Altos - PI	18/12/06	3.307.971,76	2.977.174,58	330.797,18	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos do Estado do Piauí	07.217.342/0001-07	CAIXA. Obra não iniciada.
1	577444	2314	08001.004158/2006-54	059/06	Projeto Edhucar - PI	26/12/06	43.650,00	39.285,00	4.365,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos	07.217.342/0001-07	Prestação de Contas Final apresentada em 27/12/2008.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	603024	0B01	08016.004050/2007-83	003/07	Fiscalização e Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas no Piauí - PI	31/12/07	207.904,84	0,00	20.790,84	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos Estado	07.217.342/0001-07	Aguardando liberação de recursos
1	598504	1701	08001.002977/2007-48	023/07	Aquisição de Viaturas para o Sistema Penitenciário do Piauí - PI	20/12/07	264.300,00	237.870,00	26.430,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos Estado	07.217.342/0001-07	Em processo licitatório
1	598527	2526	08016.003993/2007-99	076/07	Qualificação de Formadores - PI	20/12/07	55.000,00	49.500,00	5.500,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos Estado	07.217.342/0001-07	Está em início de execução.
1	605310	2314	08016.003960/2007-49	092/07	Profissionalização e Gestão Empresarial no Sistema Prisional do Piauí - PI	7/1/2008	260.329,80	0,00	26.033,00	Secretaria de Justiça e de Direitos Humanos Estado	07.217.342/0001-07	Está em início de execução.
1	577409	2316	08016.007939/2006-31	072/06	Assistência a Saúde dos Presos da Penitenciária Federal de Catanduvas - PR	26/12/06	1.131.159,72	754.518,39	36.000,00	Prefeitura Municipal de Catanduvas	76.208.842/0001-03	Convênio encerrado e aguardando Prestação de Contas Final.
2	572084	11TW	08016.002189/2006-21	0207805-01	Construção da Penitenciária de Cruzeiro do Oeste - PR	31/10/06	13.100.000,00	10.480.000,00	2.620.000,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania Paraná	76.416.932/0001-81	CAIXA. Obra não iniciada.
1	603316	2314	08016.004330/2007-91	073/07	Formação profissional para presos do regime semi-aberto do sistema	7/1/2008	261.164,00	0,00	52.232,80	Secretaria de Justiça e de Direitos Hu-	76.416.940/0001-28	Está em início de execução.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
					penitenciário do Estado - PR					manos do Estado		
1	603300	0B02	08016.004956/2007-06	110/07	Reaparelhamento da Escola Penitenciária - PR	7/1/2008	52.835,00	0,00	10.567,00	Secretario de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/0001-28	Está em início de execução.
1	605451	2526	08016.004957/2007-42	111/07	Curso de Gestão para Diretores das Unidades Penais do Estado - PR	16/1/008	48.275,30	0,00	9.655,06	Secretario de Estado da Justiça e da Cidadania	76.416.940/0001-28	Está em início de execução.
1	605388	1701	08016.004258/2007-01	079/07	Renovação da Frota de Veículos - RJ	7/1/2008	1.236.000,00	0,00	247.200,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Em processo licitatório
1	605240	2526	08016.005768/2007-97	086/07	Implantação do Curso de Especialização em Gestão Penitenciária - RJ	7/1/2008	127.746,90	0,00	25.549,38	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Está em início de execução.
1	605241	2526	08016.005773/2007-08	112/07	Curso de Capacitação de Chefe de Segurança e Disciplina para Inspetores - RJ	7/1/2008	13.295,90	0,00	2.659,18	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	05482345000142	Está em início de execução.
2	613553	11TY	08016.005591/2007-29	0238683-84	Reforma das Instalações Hidráulicas, Hidro Sanitárias e do Telhado da Penitenciária Alfredo Tranjan - RJ	9/1/2008	455.823,94	0,00	91.164,79	Governo do Estado	4249860000171	CAIXA. Analisando documentação.
2	613554	11TY	08016.005596/2007-51	0238684-98	Reforma Geral do Instituto Penal Vieira Ferreira Neto - RJ	9/1/2008	1.781.678,76	0,00	356.335,75	Governo do Estado	4249860000171	CAIXA. Analisando documentação.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	613558	11TY	08016.005595/2007-15	0238689-48	Reforma Geral do Instituto Penal Candido Mendes - RJ	9/1/2008	639.615,68	0,00	127.923,14	Governo do Estado	4249860000171	CAIXA. Analisando documentação.
2	613557	11TY	08016.005610/2007-17	0238688-34	Construção de Residência para Idosos e Portadores de Necessidades Especiais e Reforma e Ampliação da Casa de Transição - RJ	9/1/2008	323.523,03	0,00	64.704,61	Governo do Estado	4249860000171	CAIXA. Analisando documentação.
1	577415	0B01	08016.001786/2006-19	009/06	Projeto de Fiscalização e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas - RN	26/12/07	201.688,60	145.750,00	55.938,60	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte	08.546.459/0001-05	Em execução. Último monit. Julho de 2007.
1	577410	2314	08016.005901/2006-24	022/06	Projeto Nascer da Terra - RN	26/12/06	248.727,70	111.927,46	24.872,77	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Conforme monitoramento in loco, as ações não foram iniciadas e sequer tinha sido nomeado algum responsável pelo convênio.
1	577478	2314	08016.003806/2006-96	055/06	Projeto Mente Livre: Yoga nas Prisões - RN	26/12/06	41.847,92	36.175,92	5.672,00	Secretário da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Aguardando Prestação de Contas Final até 29/2/2008.
1	577458	0B02	08016.004609/2006-94	056/06	Projeto Implantação da Escola Penitenciária do Rio Grande do Norte - RN	26/12/06	149.221,41	134.073,41	15.148,00	Secretário da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Ainda estão reformando as instalações. Ainda não iniciaram as aquisições previstas
2	584909	11TW	08016.004493/2006-93	0209260-68	Construção de Cadeia Pública de Nova Cruz - RN	08/01/07	4.529.595,15	4.076.635,64	452.959,55	Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Rio Grande do	40.799.652/0001-52	CAIXA. Obra não iniciada.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										Norte		
1	595706	1701	08016.003892/2007-18	013/07	Aquisição de Veículos para o Transporte de Presos - RN	26/11/07	725.000,00	652.500,00	72.500,00	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Processo de compras
1	596545	1701	08016.005630/2007-98	037/07	Implantação do Plano de Saúde do Sistema Penitenciário - RN	10/12/07	168.592,89	88.072,89	80.520,00	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Está em início de execução.
1	597011	2314	08016.004348/2007-93	044/07	Reciclar e Renascer - RN	10/12/07	60.096,00	53.096,00	7.000,00	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Está em início de execução.
1	599829	0B76	08016.007099/2007-98	128/07	Reaparelhamento - Ouvidoria do Cidadão e do Sistema Penitenciário - RN	26/12/07	35.938,04	32.329,94	3.608,10	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Em fase de implantação.
1	602907	2526	08016.010150/2007-49	140/07	Capacitação do Servidor Penitenciário do Estado - RN	4/1/2008	126.801,30	0,00	13.840,00	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	Está em início de execução.
2	609214	11TW	08016.005078/2007-38	0238685-02	Reforma da Ala Feminina do Complexo Penal Dr. João Chaves - RN	7/1/2008	351.053,18	0,00	35.105,32	Secretaria da Justiça e Cidadania	08.241.739/0001-05	CAIXA. Analisando documentação.
1	577538	2314	08016.004579/2006-16	029/06	Unidades de Saúde no Estado de Rondônia - RO	26/12/06	210.725,74	175.604,74	35.121,00	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/0001-71	Ainda não foi terminado o processo licitatório inicial
1	577417	2314	08016.002877/2006-71	042/06	Plantando Mudas Para Mudar Vidas - RO	26/12/06	63.995,20	51.196,16	12.799,04	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/0001-71	Ainda não foi terminado o processo licitatório inicial
1	577431	2314	08016.002875/2006-82	047/06	Projeto Arca das Letras - RO	26/12/06	42.690,00	38.421,00	4.269,00	Secretário de Estado da Administração	00.394.585/0001-71	Ainda não foi terminado o processo licitatório inicial

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										Penitenciária		
1	577535	2314	08016.002876/2006-27	060/06	Projeto Reconstruindo a Dignidade - RO	26/12/06	109.703,99	49.366,80	10.970,40	Secretário de Estado da Administração Penitenciária	00.394.585/0001-71	Ainda não foi terminado o processo licitatório inicial
2	589646	11TW	08016.004379/2006-63	0211730-84	Construção da Penitenciária de Ariquemes - RO	17/01/07	5.477.189,41	4.979.263,10	497.926,31	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária de Rondônia	04.564.498/0001-76	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	589647	11TW	08016.007540/2006-51	0213279-52	Construção da Penitenciária Feminina de Porto Velho - RO	17/01/07	3.715.974,75	3.378.158,86	337.815,89	Secretaria de Estado de Administração Penitenciária de Rondônia	04.564.498/0001-76	CAIXA. Procedimento licitatório.
1	603025	0B01	08016.004035/2007-35	021/07	Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas do Estado de Rondônia - RO	31/12/07	169.760,00	0,00	16.976,00	Defensoria Pública do Estado	01072076000195	Aguardando liberação de recursos
1	603323	2526	08016.005634/2007-76	120/07	Curso de Capacitação Técnica de Armamento e Tiro para Agentes Penitenciários - RO	7/1/2008	657.808,20	0,00	65.780,82	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	04.564.498/0001-76	Está em início de execução.
1	605243	1701	08016.005383/2007-20	126/07	Aquisição e Instalação de Sistema de Circuito Fechado de TV (CFTV) em Penitenciária - RO	7/1/2008	1.359.526,00	0,00	135.952,60	Secretaria de Estado da Administração Penitenciária	04.564.498/0001-76	Em processo licitatório
2	589452	11TW	08016.002690/2003-25	0213280-80	Construção do Presídio Provisório Masculino de Rorainópolis - RR	11/01/07	5.756.951,56	5.181.256,41	575.695,15	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Ro-	84.012.012/0001-26	CAIXA. Obra não iniciada

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										raima		
1	605268	0B02	08016.005330/2007-17	039/07	Implantação e Aparelhamento da Escola Penitenciária - RR	7/1/2008	97.367,00	0,00	9.736,70	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	84.012.012/0001-26	Está em início de execução.
1	605274	2314 e 1701	08016.004066/2007-96	040/07	Mulheres Fashion (Salão de Beleza) - RR	7/1/2008	36.077,00	0,00	3.607,70	Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania	84.012.012/0001-26	Está em início de execução.
1	577486	1701	08016.004501/2006-00	038/06	Equipamentos de Segurança para o Sistema Prisional do Rio Grande do Sul - RS	26/12/06	2.584.695,00	2.067.756,00	2.067.756,00	Secretário de Estado da Justiça e da Segurança	87.958.583/0001-46	Em fase de aquisição de equipamentos.
1	577454	0B02	08016.003633/2006-14	054/06	Projeto de Reaparelhamento da Escola Penitenciária do Rio Grande do Sul - RS	26/12/06	26.988,00	21.590,40	5.397,60	Secretário de Estado da Justiça e da Segurança	87.958.583/0001-46	Ainda está iniciando os procedimentos licitatórios
2	579205	11TW	08016.004503/2006-91	0207487-55	Construção do Albergue P78 em Porto Alegre - RS	21/12/06	650.503,26	413.256,08	237.247,18	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	579206	11TW	08016.004505/2006-80	0207488-69	Construção do Albergue P78 em Caxias do Sul - RS	21/12/06	644.656,65	415.412,11	229.244,54	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	579208	11TW	08016.004506/2006-24	0207490-00	Construção do Albergue P78 em Charqueadas - RS	21/12/06	607.278,41	398.353,88	208.924,53	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	579207	11TW	08016.004504/2006-35	0207489-73	Construção do Albergue P78 em Venâncio Aires - RS	21/12/06	618.327,59	403.469,01	214.858,58	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	579209	11TW	08016.004500/2006-57	0207491-14	Construção da Penitenciária Regional de Passo Fundo - RS	21/12/06	10.666.124,70	845.907,37	2.208.217,33	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	579212	11TW	08016.004508/2006-13	0207808-33	Reforma da Ala Oeste de alojamentos do instituto Penal de Viamão IPV - RS	21/12/06	158.927,80	127.142,24	31.785,56	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	579211	11TW	08016.004507/2006-79	0207807-29	Reforma Geral do Presídio Estadual de Espumoso - RS	21/12/06	156.812,27	125.449,82	31.362,45	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	579210	11TW	08016.004502/2006-46	0207806-15	Reforma do Alojamento "F" da casa do Albergado Padr Pio Buck - RS	21/12/06	127.388,73	101.910,98	25.477,75	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	CAIXA. Procedimento licitatório.
2	488164	11TW	08016.001981/2003-04	085/03	Construção da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul	24/12/03	12.820.079,94	2.256.063,96	2.564.015,98	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.934.675/0001-96	CAIXA. Obra com 99,50% de execução.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	602116	1701	08016.004457/2007-19	025/07	Aquisição de Veículos Cela - RS	03/01/08	960.000,00	0,00	192.000,00	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	Em processo licitatório
1	598485	2314	08016.004349/2007-38	041/07	Arte Livre: Marcando o Futuro - RS	20/12/07	79.993,48	63.994,78	15.998,70	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	Em início de execução, já estão adquirindo os materiais.
1	602118	2314	08016.004353/2007-04	053/07	Laboratório de Análise e Diagnóstico de Tuberculose e HIV - RS	03/01/08	47.971,60	0,00	9.594,32	Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul	87.958.583/0001-46	Está em início de execução.
1	602881	2526	08016.005089/2007-18	074/07	Cursos de Capacitação para a Superintendência dos Serviços Penitenciários do Estado - RS	3/1/2008	61.873,00	0,00	12.374,60	Secretaria de Estado da Segurança	01.771.411/0001-43	Está em início de execução.
1	600261	2314	08016.004068/2007-85	077/07	Qualificação e Treinamento da Mão-De-Obra do Egresso na Área da Construção Civil - RS	27/12/07	101.368,27	40.065,72	21.236,83	Fundação de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário - FAESP	02638954000150	Está em início de execução.
2	0234649-65	11TW	08016.005098/2007-17	0234649-65	Construção da Penitenciária Estadual de Bento Gonçalves - RS	31/12/07	11.070.752,90	0,00	2.214.150,58	Secretaria de Estado da Segurança	01.771.411/0001-43	CAIXA. Analisando documentação.
2	0236769-73	11TW	08016.005097/2007-64	0236769-73	Construção da Penitenciária Estadual de Guafaba - RS	31/12/07	15.794.439,08	0,00	3.158.887,82	Secretaria de Estado da Segurança	01.771.411/0001-43	CAIXA. Analisando documentação.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	516941	11TW	08016.000888/2004-55	030/04	Construção da Penitenciária de Criciúma	27/12/04	14.269.643,03	105.568,00	4.208.300,87	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	82.951.310/0001-56	CAIXA. Obra com 95,20% de execução.
1	577396	2314	08016.006514/2006-13	030/06	Projeto Novos Horizontes - SC	26/12/06	550.000,00	200.000,00	50.000,00	Centro de Integração Empresa Escola - CIEE	04.310.564/0001-81	Foi executado 50% da 1ª meta e 25% da meta de nº06. Encontra-se no início da execução. Os cursos de capacitação ainda não foram iniciados
2	581535	11TW	08016.000449/2006-12	0209261-72	Construção da Penitenciária de Itajaí - SC	02/01/07	19.259.258,64	13.241.071,11	6.018.187,53	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina	82.951.302/0001-00	CAIXA. Obra iniciada.
1	598506	0B02	08016.003553/2007-31	034/07	Implantação da Escola Penitenciária de Santa Catarina - SC	20/12/07	169.555,56	135.644,45	33.911,11	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão	82.951.229/0001-76	Está em início de execução.
1	602119	1701	08016.004272/2007-04	094/07	Modernização e Reaparelhamento da Estrutura do Sistema Prisional do Estado de Santa Catarina - SC	3/1/2008	675.000,00	0,00	135.000,00	Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cida-	82.951.229/0001-76	Em processo licitatório

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Sia-fi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
										dão		
1	483022	11TW	08016.002041/2003-24	024/03	Construção da Penitenciária de São Cristovão - SE	28/12/07	14.253.251,10	7.763.888,18	1.425.325,11	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	CAIXA. Obra com 90% de execução.
1	577510	2526	08016.003610/2006-00	027/06	Programa de Qualificação Profissional no âmbito da Justiça e Cidadania do estado de Sergipe - SE	26/12/06	122.056,50	109.850,00	12.205,65	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Está em início de execução.
1	600877	0B01	08016.004051/2007-28	006/07	Interiorização e Fortalecimento das Penas Alternativas no Estado de Sergipe - SE	28/12/07	172.784,50	100.000,00	17.278,45	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Está em início de execução.
1	598510	1701	08016.003913/2007-03	080/07	Aquisição de Veículo tipo cela - SE	20/12/07	434.000,00	0,00	43.400,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Em processo licitatório
1	600878	2314	08016.004062/2007-16	083/07	Ressocializar Profissionalizando Internos do Sistema Prisional Sergipano - SE	28/12/07	264.460,00	140.000,00	26.446,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Está em início de execução.
1	600272	2526	08016.005331/2007-53	081/07	Formação de Instrutores de Habilidades Especiais - SE	26/12/07	122.645,88	110.381,29	12.264,59	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	Está em início de execução.
2	595906	11TW	08016.005114/2007-63	0229398-37	Reforma e Ampliação do Presídio Regional Senador Leite Neto, no Município de N.Senhora da Glória - SE	20/11/07	1.311.790,00	0,00	131.179,00	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	CAIXA. Analisando documentação.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	595905	11TW	08016.005113/2007-19	0229399-41	Ampliação do Presídio de Areia Branca - CRS Adv. Emanuel Cacho - SE	22/11/07	1.017.921,28	0,00	101.792,13	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	CAIXA. Analisando documentação.
2	609215	11TW	08016.005320/2007-73	0243530-37	Adequação do Antigo H Psiquiátrico Dr. Garcia Moreno p/ Sedar o Presídio Feminino - NS do Socorro - SE	11/1/08	1.743.381,40	0,00	174.338,14	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania	13.130.505/0005-46	CAIXA. Analisando documentação.
1	577545	2314	08016.002882/2006-36	028/06	Projeto Em Defesa dos Direitos do Sentenciado - SP	26/12/06	364.600,00	324.600,00	40.000,00	Defensoria Pública do Estado de São Paulo	08.036.157/0001-89	Não foram iniciadas, as atividades. O conveniente estava com problemas para efetuar a contratação da pessoa jurídica que realizará ações do convênio.
1	578840		08016.005582/2006-57	071/06	Aquisição de Equipamentos para os Serviços de Saúde nas Unidades Prisionais do Estado - SP	26/12/06	897.077,97	717.077,97	180.000,00	Secretário da Administração Penitenciária	46.379.400/0001-50	Já foram adquiridos diversos equipamentos previstos, restando, ainda, algumas aquisições e a alocação dos mesmos.
1	577451	2314	08016.007938/2006-97	073/06	Concurso de Produção Literária - SP	26/12/06	81.961,40	36.882,63	8.196,14	Associação Alfabetização Solidária	02.871.771/0001-80	O concurso já foi realizado e os vencedores divulgados. Ainda estão sendo realizados os pagamentos aos vencedores mas ainda não foi publicado o livro e a conseqüente distribuição.

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Sia-fi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
2	570872	11TW	08016.004472/2006-78	0205937-59	Construção do Centro de detenção Provisória de Franca - SP	04/10/06	18.900.931,87	17.032.987,72	1.867.944,15	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA. Obra não iniciada.
2	570873	11TW	08016.004473/2006-12	0205939-77	Construção do Centro de detenção Provisória de Serra Azul - SP	04/10/06	18.900.931,87	17.032.987,72	1.867.944,15	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA. Obra com 57,70% execução.
2	579213	11TW	08016.007944/2006-44	0213703-91	Reforma da Penitenciária de Presidente Bernardes - SP	22/12/06	8.854.212,36	7.800.000,00	1.054.212,36	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo	96.291.141/0001-80	CAIXA. Obra não iniciada.
1	598542	1701	08016.003903/2007-60	012/07	Aquisição de Veículos de transporte de presos para as diversas unidades Prisionais da SAP - SP	21/12/07	3.185.066,60	2.548.053,28	637.013,32	Secretaria da Administração Penitenciária	96.291.141/0001-80	Em processo licitatório
1	602878	2314	08016.003907/2007-48	052/07	Capacitar para a Liberdade - SP	3/1/2008	1.034.780,00	0,00	103.478,00	Secretaria da Administração Penitenciária	96.291.141/0001-80	Está em início de execução.
1	599870	2314	08016.004041/2007-92	065/07	Desenvolvimento Integral - SP	26/12/07	1.670.305,00	50.000,00	420.370,00	Fundação Prof. Manoel Pedro Pimentel - FUNAP	49325434000150	Está em início de execução.
1	601565	0B01	08016.003909/2007-37	072/07	Montagem e Sustentabilidade das Centrais de Penas e Medidas Alternativas - SP	31/12/07	240.000,00	0,00	48.000,00	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Aguardando liberação de recursos

Tipo	Código	Programa 0661	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos		Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor Total pactuado	Valor Total no Exercício Recebido/ Transferido 2007	Contrapartida	Beneficiário		Situação da Avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância TCE S/N?)
	Siafi/Siasg	Ação	Nº do Processo	Nº do Termo						Razão Social	CNPJ	
1	599173	2526	08016.004994/2007-51	082/07	As Funções das Comissões Técnicas de Classificação - CTC - SP	24/12/07	215.737,00	129.442,20	21.573,70	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Está em início de execução.
1	603306	0B76	08016.006799/2007-65	131/07	Aparelhamento e Reparelhamento de Ouvidoria dos Sistemas Prisionais Estaduais - SP	7/1/2008	16.576,53	0,00	3.315,30	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	Em fase de implantação.
2	613559	11TW	08016.004986/2007-12	0238887-48	Construção da Penitenciária Feminina em Tremembé - SP	14/1/08	28.999.072,46	0,00	5.799.814,50	Secretaria da Administração Penitenciária do Estado	46.379.400/0001-50	CAIXA. Analisando documentação.
1	594527	0B01	08016.004498/2007-05	002/07	Projeto de Estruturação da Central de Execuções de Penas e Medidas Alternativas - CEPEMA em Palmas - TO	24/10/07	170.151,60	72.571,60	21.420,00	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	25.053.190/0001-36	Recurso liberado em Nov. 07.
1	602906	2314	08016.004357/2007-84	030/07	Cadeias da Liberdade - TO	4/1/2008	142.506,50	0,00	14.250,65	Defensoria Pública	07.248.660/0001-35	Está em início de execução.
1	598012	2314 e 1701	08016.004315/2007-43	045/07	Implantação do Plano de Saúde do Sistema Penitenciário do Estado de Tocantins - TO	19/12/07	48.332,37	43.938,52	4.393,85	Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado	01.786.029/0001-03	Está em início de execução.

* 1 – convênio; 2 – contrato de repasse

ANEXO G – CONTRATOS

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
01/2003	08016.002040/2003-80	Prestação de Serviços Referente ao Gerenciamento da Construção das Penitenciárias Federais	Caixa Econômica Federal - CAIXA	00.360.305/0001-04	22/08/2003 a 20/08/2007	2.875.000,00	1.118.678,01
02/2004	08016.000418/2004-91	Construção da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS	Palma Engenharia Ltda	06.593.156/0001-00	06/10/2004 a 14/02/2007	19.062.315,19	145.381,24
03/2004	08016.000934/2004-16	Prestação de serviços na operacionalização do Programa, lastreado com recursos do Orçamento Geral da União, destinado à construção de estabelecimentos penais nas Unidades da Federação	Caixa Econômica Federal - CAIXA	00.360.305/0001-04	27/12/2004 a 24/12/2007	5.000.000,00	1.639.128,62
04/2005	08016.001315/2005-20	Construção da Penitenciária Federal de Mossoró/RN	Construtora Venâncio Ltda	12.574.539/0001-33	31/10/2005 a 10/04/2007	17.914.238,43	10.472.0001,5
07/2005	08016.000309/2005-55	Fornecimento de refeições para os detentos e corpo de servidores que irão ocupar a Penitenciária Federal do município de Campo Grande – MS.	Maria Natália de Souza Alves	57.609.398/0001-85	29/12/2005 a 28/12/2007	645.840,00	125.071,02
08/2005	08016.000326/2005-92	Fornecimento de Refeições para os detentos e corpo de servidores que irão ocupar a Penitenciária Federal do município de Catanduvas - PR.	Izida Maria da Conceição & Cia Ltda/ Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda.	96.216.429/0001-90	29/12/2005 a 28/12/2007	631.800,00	395.591,61
09/2005	08016.000826/2005-24	Serviços continuados de limpeza e conservação com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para o	ForteSul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda.	03.059.584/0001-69	28/12/2005 a 27/12/2007	138.000,00	146.878,49

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
		asseio, conservação, higienização e ajardinamento das instalações administrativas da Penitenciária Federal do Município de Campo Grande - MS.					
10/2005	08016.000825/2005-80	serviços continuados de limpeza e conservação, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, para o asseio, conservação, higienização e ajardinamento das instalações administrativas no âmbito da Penitenciária Federal do Município de Catanduvas - PR.	Tolimp Serviços Ltda	02.816.554/0001-97	28/12/2005 a 27/12/2007	226.381,18	226.381,18
11/2005	08016.003113/2005-12	Aquisição de Projetor Multimídia	Compsupri Inform. Telecom Ltda	02.410.718/0001-81	29/12/2005 a 28/12/2008	115.200,00	115.200,00
12/2005	08016.003113/2005-12	Aquisição de Impressora laser monocromática	TN Industrial S/A	00.329.379/0001-88	29/12/2005 a 28/12/2007	139.339,52	139.339,52
13/2005	08016.003113/2005-12	Aquisição de Nobreak	Informatic Com. e Repres. Ltda		29/12/05 a 28/12/06	56.240,00	56.240,00
15/2005	08016.003113/2005-12	Aquisição de Switch	Netway Datacom	37.096.286/0001-60	29/12/2005 a 28/12/2007	82.000,00	82.000,00
16/2005	08016.003204/2005-58	Aquisição de Estações de trabalho tipo desktop	Itautec Philco S/A	54.526.082/0004-84	29/12/2005 a 28/12/2009	1.060.880,00	1.011.040,00
17/2005	08016.003213/2005-49	Aquisição de Servidor de rede Tipo I e II	Itautec Philco S/A	54.526.082/0004-84	29/12/2005 a 28/12/2008	296.120,00	266.999,96
001/2006	08016.002989/2005-41	Execução das obras, serviços de construção com fornecimento dos materiais, mão-de-obra e	PB Construções e Comercio Ltda	03.701.380/0001-80	05/07/2006 a 30/04/2007	18.856.681,37	16.161.880,69

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
		equipamentos destinados à construção de 01 (uma) unidade de Penitenciária Federal no Município de Porto Velho- RO.					
002/2006	08016.004375/2006-85	Serviço de locação de ônibus tipo convencional, com motorista habilitado.	Alfa Luz Viação Transportes Ltda.	04.192.453/0001-18	23/08/2006 a 22/02/2007	149.480,00	52.939,7
003/2006	08016.002925/2006-21	Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para atender a Penitenciária Federal de Catanduvas- PR.	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. – Embratel	33.530.486/0001-29	06/09/2006 a 05/09/2007	11.228,00	45,82
004/2006	08016.002925/2006-21	Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, para atender a Penitenciária Federal de Catanduvas- PR.	Brasil Telecom S/A	76.535.764/0001-43	30/08/2006 a 29/08/2007	377.400,00	22.235,75
006/2006	08016.004378/2006-19	Aquisição de 02 (dois) micro-ônibus	Marcopolo S.A.	88.611.835/0001-29	22/12/2006 a 21/12/2007	262.000,00	262.000,00
007/2006	08016.004378/2006-19	Aquisição de 08 (oito) veículos motocicleta.	Moto Honda da Amazônia Ltda	04.337.168/0001-48	06/12/2006 a 05/12/2007	129.600,00	129.600,00
008/2006	08016.004378/2006-19	Aquisição de 64 (sessenta e quatro) veículos furgão.	Brasilia Motors Ltda	38.034.898/0001-91	30/11/2006 a 29/11/2007	7.033.600,00	7.033.600,00
009/2006	08016.006133/2006-26	Fornecimento de combustíveis de forma parcelada (gasolina, álcool e óleo diesel), no Complexo Penitenciário Federal de Catanduvas-PR.	Laurindo & Ribeiro Fabio Ltda.	07.865.914/0001-64	29/12/2006 a 28/12/2007	41.598,00	17.143,13
010/2006	08016.001778/2006-72	Prestação de serviços de lavanderia (lavar e passar) para atender as necessidades da Penitenciária Federal, localizada no Município de Campo Gran-	Toalheiro MS Ltda. EPP	01.575.034/0001-77	20/12/2006 a 19/12/2007	281.265,60	16.148,4

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
		de/MS, conforme o Termo de Referência.					
011/2006	08016.007530/2006-15	Fornecimento de combustível de forma parcelada -	Posto Capital Ltda	02.762.227/0001-08	28/12/2006 a 26/6/2007	46.218,00	26.739,27
015/2006	08016.005586/2006-35	Microcomputador com sistema de gerenciamento remoto Tipo I E Tipo II	Itautec Informática S.A - Grupo Itautec	54.526.082/0004-84	27/12/2006 a 26/12/2009	1.494.300,00	1.494.300,00
020/2006	08016.001034/2005-77	Aquisição de coletes multi-ameaça	Companhia Brasileira de Cartuchos	57.494.031/0001-63	19/01/2006 a 18/01/2007	355.120,00	240.130,00
021/2006	08016.001034/2005-77	Aquisição de capacetes anti-tumulto e bastão anti-tumulto	Incoseg Indústria e Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda	06.973.196/0001-87	19/01/2006 a 18/01/2007	20.634,36	18.963,04
024/2006	08016.000914/2005-26	Aquisição mobiliário (mesas, cadeiras, poltronas, sofás, gaveteiro, armários e painel) necessários ao funcionamento das Penitenciárias Federais	Giroflex S/A	56.992.902/0001-06	19/01/2006 a 19/07/2007	573.677,42	573.677,42
025/2006	08016.000914/2005-26	Aquisição de armários necessários ao funcionamento das Penitenciárias Federais	Comercial Lutz de Móveis Ltda – ME	01.864.885/0001-30	19/01/2006 a 18/07/2007	18.120,00	18.120,00
030/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de TV.	T.E.L Telecomunicações e Eletrônica Ltda	69.054.930/0001-24	23/01/2006 a 23/01/2007	201.520,00	201.520,00
031/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de TV.	AZ Tecnologia Ltda	04.759.978/0001-92	23/01/2006 a 23/01/2007	8.699,80	8.699,80
032/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de TV.	Associated Industries do Brasil Ltda	01.720.027/0001-11	23/01/2006 a 23/01/2007	57.560,00	57.560,00
035/2006	08016.001146/2005-28	Aquisição de 40 (quarenta) frigobar.	Distribuidora Muralha Ltda	02.457.490/0001-85	23/01/2006 a 22/01/2007	33.500,00	-
036/2006	08016.001146/	Aquisição de mesas e cadeiras.	Liliane Soares Evangelista	04.131.529	23/01/2006 a	69.392,00	-

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
	2005-28		- ME	/0001-03	22/01/2007		
039/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de caixas de som e amplificadores.	Criativa Comércio e Serviços Ltda	05.637.412/0001-50	25/01/2006 a 25/01/2007	68.960,00	68.960,00
044/2006	08016.000857/2005-85	Aquisição de equipamentos de segurança e detecção (raios-X fixos, pórticos detectores de metais e detectores portáteis de explosivos, substâncias químicas e narcóticos), a serem utilizados nas Penitenciárias Federais.	Ebco Systems Ltda	40.235.871/0001-09	27/01/2006 a 26/04/2007	1.054.000,00	1.054.000,00
050/2006	08016.002388/2005-39	Aquisição de munições (cartuchos calibres 40, 12 e 5,56) para treinamento de agentes penitenciários.	Companhia Brasileira de Cartuchos	57.494.031/0001-63	06/02/2006 a 05/02/2007	856.333,00	856.333,00
051/2006	08016.000857/2005-85	Aquisição de detectores de metais portáteis, a serem utilizados nas Penitenciárias Federais.	Politerm Instrumentos de Medição Ltda	62.723.838/0001-60	06/02/2006 a 05/05/2007	1.152,00	1.152,00
057/2006	08016.001382/2005-44	Aquisição de equipamentos e peças de circuitos fechados de televisão, com entrega descentralizada, a serem instalados nas Penitenciárias Federais de Segurança Máxima.	Brasconnect Telecomunicações e Informática Ltda	01.341.156/0001-07	08/02/2006 a 07/02/2007	247.700,00	-
04/2007	08016.001090/2007-73	Locação de aparelhos de ar condicionado	Liga engenharia Ind. E Comércio LTDA	26.972.885/0001-84	15/2/2007 a 12/2/2009	145.980,64	145.980,64
2007NE900067	08016.001493/2007-12	Aquisição de Capas de chuva tipo Poncho	Comercial Vida Ltda.	04.474.878/0001-10	n/t	61.000,00	61.000,00
006/2007	08016.006791/2006-18	Aquisição de Material de Higiene Pessoal	LM Suprimentos Odontológicos LTDA EPP	05.032.658/0001-07	2/4/2007 a 1/4/2008	9.828,00	3.594,24
007/2007	08016.005593/	Telefonia Fixa Comutada-	Embratel - Empresa Brasi-	33.530.486	05/04/2007 a	193.000,00	9.379,15

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
	2006-37	STFC, na modalidade Longa Distância Nacional	leira de Telecomunicações S.A - Campo Grande/MS	/0001-29	04/04/2008		
008/2007	08016.007533/2006-59	Disponibilização da mão-de-obra formada por reeducandos do Sistema Prisional do Distrito Federal	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso - FUNAP/DF	00.495.108/0001-90	26/02/2007 a 25/02/2008	310.532,82	310.532,82
09/2007	08016.005593/2006-37	Telefonia Fixa Comutada-STFC, na Modalidade Local	Brasil Telecom S.A.- Campo Grande/MS	76.535.764/0001-43	30/05/2007 a 29/05/2008	324.630,00	38.435,75
10/2007	08016.000518/2007-61	Aquisição de Capacetes Balísticos	Inbra-Textil Industria e Comércio de Tecidos	04.729.192/0001-22	28/6/2007 a 28/10/2007	193.762,50	193.762,50
11/2007	08016.003860/2007-12	Fornecimento de combustível Catanduvras/Pr	Laurindo & Ribeiro Fábio Ltda	07.865.914/0001-64	16/08/2007 a 15/08/2008	130.695,94	25.488,41
13/2007	08016.002744/2005-14	Projeto Executivo Escola Penitenciária	JCA - Engenharia e Arquitetura Ltda	07.470.178/0001-45	31/06/2007 a 11/03/2008	452.375,00	192.500,00
014/2007	08016.005384/2007-74	Aquisição de combustível Campo Grande -Álcool comum	Auto Posto Norte Sul	24.668.469/0001-61	07/08/2007 a 06/08/2008	20.628,00	8.595,00
015/2007	08016.005384/2007-74	Aquisição de combustível Campo Grande –gasolina comum e óleo diesel	Comércio de Combustível Norbeoil Ltda - Posto Marcelo - Campo Grande/MS	74.129.719/0001-63	07/08/2007 a 06/08/2008	162.261,98	20.163,44
018/2007	08016.002836/2007-66	Aquisição de cobertores para Penitenciárias Federais	S Bahia Móveis LTDA ME	05.068.913/0001-63	24/10/2007 a 21/2/2008	23.900,00	23.900,00
19/2007	08016.004744/2007-11	Aquisição de algemas descartáveis para as Penitenciárias Federais do DEPEN	Comam - Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda	02.003.291/0001-05	2/10/2007 a 1/4/2008	8.175,00	8.175,00
20/2007	08016.001888/2007-15	Aquisição de Licença de uso do Software do Corel Draw Graphics x3, Autocad 2007 e Atualização do Autocad 2007.	Pro-Systems Ltda	03.620.200/0001-35	28/9/2007 a 27/9/2008	30.060,00	30.060,00
21/2007	08016.001888/2007-15	Aquisição de Licença de uso do Software do Corel Draw Graphics x3, Autocad 2007 e Atualização do Autocad 2007.	Áudio Mercantil Ltda	00.064.212/0001-32	22/10/2007 a 21/10/2008	3.163,50	3.163,50

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
22/2007	08016.006511/ 2007-52	Aquisição de veículos Automotores, tipo furgão	Peugeot-Citroen do Brasil Automóveis Ltda	67.405.936 /0001-73	11/12/2007 a 10/12/2008	525.000,00	525.000,00
23/2007	08016.003864/ 2007-09	Aquisição de Token USB destinados as Penitenciárias Federais do DEPEN.	Pronova Consultoria em Tecnologia da Informação LTDA.	06.936.070 /0001-32	5/10/2007 a 4/10/2009	20.134,40	20.134,40
24/2007	08016.003859/ 2007-98	Aquisição de Veículos Automotores	Renault do Brasil S.A	00.913.443 /0001-73	26/12/2007 a 25-12-2.010	448.000,00	448.000,00
25/2007	08016.003859/ 2007-98	Aquisição de Veículos Automotores	General Motors do Brasil Ltda.	59.275.792 /0001-50	20/12/2007 a 19-dez-2.010	1.430.000,00	1.430.000,00
26/2007	08016.003859/ 2007-98	Aquisição de Veículos Automotores	Unisaúde Veículos Especiais Ltda	04.435.891 /0001-60	8/11/2007 a 7/11/2010	375.000,00	375.000,00
27/2007	08016.001843/ 2007-41	Aquisição de Algemas	COMAM-Comercial Alvorada de Manufaturados LTDA	02.003.291 /0001-05	5/12/2007 a 4/6/2008	56.767,20	56.767,20
028/2007	08016.004608/ 2006-40	Contratação de empresa especializada em publicações sobre licitação, contratos e direito administrativo	Zênite Informação e Consultoria	86.781.069 /0001-15	11/12/2007 a 10/12/2008	12.186,00	12.186,00
29/2007	08016.004543/ 2006-32	Projeto Executivo de Estabelecimento Penal de Médio e Grande Porte Padrão DEPEN/MJ	NBC Arquitetura e Construções LTDA	80.336.985 /0001-60	11/12/2007 a 8/4/2008	450.540,45	450.540,45
31/2007	08016.006388/ 2006-99	Prestação de serviços na área de arquitetura e engenharia	JCA - Engenharia e Arquitetura Ltda	07.470.178 /0001-45	26/12/2007 a 23/04/2008	103.000,00	-
033/2007	08016.006785/ 2006-61	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de apoio às atividades administrativas - Campo Grande/MS	Techno Service Cessão de Mão-de-Obra Ltda-ME	04.463.950 /0001-03	29/01/2008 a 28/01/2009	894.290,00	-
032/2007	08016.001517/ 2007-33	Bebedouros em plástico injetado 220v - 40 unid	Comercial Gaúlia Ltda - EPP	03.811.232 /0001-18	19/12/2007 a 18/12/2008	15.000,00	-

Contrato N°/SIAFI/SIASG	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
034/2007	08016.006785/2006-61	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de copeiragem - Campo Grande/MS	Liderança Limpeza e Conservação Ltda	00.482.840/0001-38	19/12/2007 a 18/12/2008	189.999,84	-
035/2007	08016.001851/2007-97	Aquisição de Fragmentadoras, Pendrives e Leitores de Cartões Digitais	VVR do Brasil Indústria e Comércio Ltda.	04.090.670/0001-05	19/12/2007 a 31/12/2007	14.650,00	14.650,00
036/2007	08016.006784/2006-16	Contratação de pessoa física jurídica especializada na prestação de serviços de apoio às atividades administrativas - Catanduvas / PR	Nacional Empreendimento e Serviços Administrativos Ltda	05.552.685/0001-00	18/12/2007 a 17/12/2008	826.109,04	-
039/2007	08016.001851/2007-97	Aquisição de Fragmentadoras, Pendrives e Leitores de Cartões Digitais	Amluz Comercial Ltda-ME	03.554.518/0001-65	24/1/2008 a 31/12/2008	450,00	450,00
40/2007	08016.007687/2007-21	Aquisição de Pneus para veículos das Penitenciárias de MS, PR e sede do DEPEN	LAGB Acessórios e Peças Ltda.	02.678.428/0001-13	Jan/2008 a Jan/2008	7.648,00	7.648,00
42/2007	08016.002719/2007-01	Aquisição de Plotter para atender as necessidade da Coordenação de Engenharia e Arquitetura	Hewlett Packard do Brasil	61.797.924/0007-40	15/2/2008 a 1/3/2008	22.860,00	-
43/2007	08016.001851/2007-97	Aquisição de Fragmentadoras, Pendrives e Leitores de Cartões Digitais.	Informatic Comércio e Representação Ltda	03.596.103/0001-54	24/1/2008 a 31/12/2008	1.381,00	-
2007NE900022	08016.005587/2006-80	Aquisição de Impressoras e Scanner	Hewlett Packard do Brasil	61.797.924/0007-40	n/t	24.400,00	24.400,00

ANEXO H – DISPENSAS, INEXIGIBILIDADES, PREGÕES E ADESÕES

Dispensa	Contrato N°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
017/2006	002/2007	08016.004056/2006-70	Serviços postais e telemáticos na modalidade nacional e internacional - forma contínua	EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/0007-07	12/12/2007 a 12/12/2008	124.054,80	101.135,47
18/2006	013/2006	08016.003285/2006-77	Fornecimento de Energia Elétrica - Catanduva/PR	COPEL Distribuidora S.A - Catanduvas/PR	04.368.898/0001-06	29/12/2006 a 28/12/2008	263.860,26	263.860,26
019/2006	014/2006	08016.004429/2006-11	serviços de fornecimento de água, coleta de esgotos e sanitários - Catanduvas/PR	SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná	76.484.013/0001-45	13/12/2006 a 11/12/2008	142.905,00	103.137,24
020/2006	011/2006	08016.007530/200615	Contratação de empresa especializada para fornecimento de combustíveis de forma parcelada (gasolina, álcool e óleo diesel), em posto de abastecimento próprio, com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento dos veículos automotores oficiais e do gerador de	Posto Capital Ltda	02.762.227/0001-08	28/12/06 a 27/06/07	33.264,00	26.739,27

Dispensa	Contrato N°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
			energia do Complexo Penitenciário Federal de Campo Grande -MS.					
03/2007	17/2007	08016.006586/2007-33	Contratação de serviços de capacitação de recursos humanos para agentes penitenciários	ENAP - Escola Nacional de Administração Pública	00.627.612/0001-09	28/10/2007 a 31/12/2007	18.400,00	18.400,00
03/2007	2007NE900069	08016.002515/2007-61	Aquisição compressor odontológico	HG AIR Center Comércio e Serviços LTda	06.923.224/0001-51	n/t	2.300,00	2.300,00
04/2007	16/2007	08016.007292/2206-48	Fornecimento de energia elétrica Campo Grande-MS	ENERSUL – Empresa Energética de Mato Grosso do Sul	15.413.826/0001-50	25/07/2007 a 24/07/2008	334.082,25	163.324,57
05/2007	44/2007	08016.007130/2007-91	Locação de Containers alcoxarifado, metálicos, padrão marítimo para guarda dos equipamentos e materiais adquiridos para a Penitenciária Federal em Porto Velho/RO.	NW Noroeste Transportes e Serviços Ltda.,	84.552.827/0001-06	19/12/2007 a 18/06/2008	6.600,00	1.100,00
02/2008	009/2008	08016.000062/2008-10	Contratação de empresa especializada em serviços de limpeza e con-	Contrat Administração Empresarial Ltda	05.607.412/0001-08	04/03/2008 a 03/09/2008	333.969,84	333.969,84

Dispensa	Contrato N°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
			servação Campo Grande/MS					
01/2007 UG: 200323	2007NE 900025	08016.005887/ 2006-69	Aquisição de resistências para aquecedor individual	Valvimir S dos Santos & Cia. Ltda.	01.643.509/0001-15	-	4.076,00	4.076,00
02/2007 UG: 200323	2007NE 900022	08016.001839/ 2007-82	Serviços de reparos na Estação de Tratamentos de Esgoto - ETE	Gilmar Gomes & Cia Ltda.	07.717.512/0001-12	-	6.890,00	6.890,00
08/2007 UG: 200323	2007NE 900163	08016.004743/ 2007-76	Aquisição de máquinas de cortar cabelo	Mitra Comercio Ltda - EPP 04.697.213/0001-75	04.697.213/0001-75	-	6.200,00	6.200,00
14/2007 UG: 200323	2007NE 900264	08016.009796/ 2007-83	Aquisição de Disjuntor Termomagnético	Estacílio José Cardoso ME	95.447.330/0001-36	-	R\$ 1.568,00	R\$ 1.568,00
03/2007 UG: 200323	2007NE 900069	08016.002515/ 2007-61	Aquisição de compressor odontológico	HG AIR CENTER Comércio de Equipamentos e Serviços Ltda	06.923.224/0001-51	-	R\$ 2.300,00	R\$ 2.300,00
17/2007 UG: 200323	2007NE 900313	08016.009876/ 2007-39	Aquisição e instalação de motor com cremalheira para portão	Juares Fernandes de Queiroz	08.248.676/0001-00	-	5.600,00	-
06/2007	2007NE	08016.004079/	Aquisição de papel	Única Sistemas	05.008.66	-	4.277,08	4.277,08

Dispensa	Contrato N°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
UG: 200323	900140	2007-65	higiênico, panos de chão, desinfetantes e detergentes para asseio das celas das Penitenciárias Federais.	de Higiene Comércio Ltda -EPP	7/0001-54			
05/2007 UG: 200323	2007NE 900133	08016.004098/ 2007-91	Aquisição de 8 termômetros digitais para refrigeradores	Akso Produtos Eletrônicos Ltda	05.545.38 1/0001-08	-	200,00	200,00
7/2007 UG: 200323	2007NE 900151	08016.005087/ 2007-29	Contratação de empresa especializada para prestar serviço de atualizações por Internet do Programa Summus Tarifador for Windows	Daldegan Serviços e Segurança Ltda	06.119.89 9/0001-42	-	1.220,00	1.220,00
09/2007 UG: 200323	2007NE 900182	08016.004745/ 2007-65	Aquisição de fontes de alimentação	Pointer Distribuidora de Produtos Elétricos Ltda	07.988.02 6/0001-39	-	622,72	622,72
11/2007 UG: 200323	2007NE 900251	08016.008690/ 2007-62	Aquisição de pneus	Grid Pneus e Serviços Automotivos Ltda (Piquet Pneus)	26.466.21 9/0001-74	-	1980,00	1980,00
4/2007 UG: 200333	2007NE 900032	08016.008290/ 2007-57	Aquisição de Câmeras Fotográficas Digitais	Maria Lúcia Nobrega Sampaio de Oliveira	05.078.14 6/0001-73	-	7.947,90	7.947,90

Dispensa	Contrato N°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
4/2007 UG: 200324	2007NE 900286	08016.009573/ 2007-16	Aquisição de TV para a CGPAI	SC & M Comercial de Materiais de Escritório	04.927.67 2/0001-06	-	7.980,00	7.980,00
15/2007 UG: 200323	2007NE 900289	08016.009850/ 2007-91	Aquisição de aparelhos de ar condicionado portátil	Totalcenter Refrigeração Ltda	04.426.27 3/0001-53	-	7.336,00	7.336,00
18/2007 UG: 200323	2007NE 900314	08016.010127/ 2007-54	Aquisição de DVD's	RM Comercial Ltda-Me	04.491.33 5/0001-00	-	1.130,00	1.130,00
3/2007 UG: 200324	2007NE 900045	08016.006135/ 2006-15	Aquisição de calculadoras	Gomaq Máquinas para Escritório Ltda	61.457.94 1/0001-43	-	5.520,00	5.520,00
16/2007 UG: 200323	2007NE 900312	08016.009801/ 2007-58	Medicamentos	Medicor Produtos Médico Hospitalares	01.385.32 0/0001-70	-	3.945,00	3.945,00

Inexigibilidade	Contrato n°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
090/2006	005/2006	08016.005838/ 2006-26	Aquisição de munições e lançador não-letais	Welser Itage Participações e Comércio S/A	31.138.22 5/0001-32	30/11/2006 a 29/11/2007	494.583,40	494.583,40

Inexigibilidade	Contrato n°/ SIA-FI/SIAS G	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007:
160/2006	01/2007	08016.004583/2006-84	Aquisição de fuzis	IMBEL - Indústria de Material Bélico do Brasil	00.444.323/0001-39	8/2/2007 a 7/2/2008	512.500,00	-
	45/2007	08016.004528/2007-75	Aquisição de equipamento para a CGIP (Sigiloso)	Affair System Telecomunicações Ltda	53.178.893/0001-26	19/12/2007 a 18/12/2008	655.000,00	-
03/2007 UG: 200323	2007NE 900262	08016.008232/2007-23	Seguro obrigatório da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR	DETRAN/PR	78.206.513/0001-40	-	558,99	558,99
04/2007 UG: 200323	2007NE 900263	08016.008979/2007-81	Seguro obrigatório da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS	DETRAN/MS	01.560.929/0001-38	-	338,20	338,20

N° Pregão Registro de Preços	NE	N° Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007
106/2007	2007NE 900311	08016.003635/2007-86	Material de Expediente: Lote 01 – Agenda e lote 02 - Diversos	Metas Indústria de Fitas Ltda EPP	06.967.093/0001-04	-	7.823,00	7.823,00
	2007NE 900301		Material de Expediente: Lote 03 – blocos de	DMPO Comércio de Materiais de Escritório Ltda	07.045.591/0001-62	-	952,50	952,50

Nº Pregão Registro de Preços	NE	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007
			recados					
106/2007	2007NE 900302	08016.003635/2007-86	Material de Expediente: Lote 04 – material de plástico, lote 09 – fitas adesivas e outros, lote 11 – lápis e lapiseira, lote 14 – papéis e diversos, lote 17 – pincel atômico e diversos,	SS Atacadista e Distribuidora Ltda	05.389.669/0001-30	-	6.938,55	6.938,55
	2007NE 900303		Material de Expediente: Lote 05 - canetas	Visão Distribuidora Ltda	07.409.751/0001-05	-	1.987,50	1.987,50
106/2007	2007NE 900304	08016.003635/2007-86	Material de Expediente: Lote 06 – clips, grampos e outros	Indústria e Comércio de Materiais para Escritório Peri Ltda;	08.894.946/0001-50	-	5.786,07	5.786,07
	2007NE 900306		Material de Expediente: Lote 08 – etiquetas, lote 12 – livros e atas, Lote 15 – pastas diversas, lote 18 – diversos, lote 22 – tesoura e estiletes,	Luiz Fernando Neres – Dist. de Materiais de Informática	08.326.686/0001-17	-	9.697,45	9.697,45
106/2007	2007NE	08016.003635/	Material de Expe-	Carlindo Fialho	00.813.05	-	7.538,25	7.538,25

Nº Pregão Registro de Preços	NE	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007
	900307	2007-86	diente: Lote 10 – grampeadores e furadores	Da Silva-Epp	0/0001-98			
	2007NE 900308		Material de Expediente: Lote 16 - pilha	Claudemilson Caitano dos Santos - Me	01.401.27 6/0001-44	-	2.857,50	2.857,50
	2007NE 900309		Material de Expediente Item 55 - lixeira	L. R. Comércio de Materiais para Escritório Ltda-Me	07.050.69 4/0001-10	-	6.000,00	6.000,00
	2007NE 900310		Material de Expediente: Item 59 – papel A4	Port Distribuidora de Informática e Papelaria Ltda.	08.228.01 0/0001-90	-	11.616,00	11.616,00
	2007NE 900305		Material de Expediente: Lote 07 – DVD e lote 15 - memória	HD Comercial de Informatica Ltda - Me	04.068.16 3/0001-67	-	4.342,50	4.342,50

Adesões Nº Pregão do órgão de origem	NE	Nº Processo	Objeto	Contratado	CNPJ	Vigência	Valor Total	Valor Transferido em 2007
C-GL/SPO A/MJ Pregão nº 06/2007	2007NE 900083	08016.005553/ 2006-95	Aquisição de medicamentos	Simões Boechat Comercial Farmacêutica Ltda	01.464.46 5/0001-66	-	3.791,94	3.791,94
SUCOM/SEF Pre-	2007NE 900088	08016.001581/ 2007-14	Materiais Médico-Odontológicos –	Den'al Max Comércio de Produ-	02.284.89 3/0001-70	-	6.708,00	6.708,00

gão n° 543/2006			brocas (itens 2, 3, 10 29 a 64)	tos Ltda				
	2007NE 900081		Materiais Médico- Odontológicos – Limas (itens 4, 5, 6, 7 e 8)	Saúde Comércio de Produtos Hos- pitalares Ltda	33.498.17 1/0001-41	-	576,50	576,50
HGeR Pregão n° 10/2006	2007NE 900078	08016.002838/ 2007-55	Aquisição de luvas de procedimento	Gutierre - Central de Compras O- dontológicas Ltda	07.404.80 1/0001-61	-	6.442,50	6.442,50

ANEXO I – PRESTAÇÕES DE CONTAS APROVADAS EM 2007

SIAFI	Convênio	Objeto	UF	Valor	Nº do Parecer	Data Parecer	Parcela
517689	041/04	Dinamização da Defensoria Pública, junto aos Presídios e Penitenciárias do Estado da Paraíba	PB	38.710,00	001	3/1/2007	FINAL
482603	018/03	Qualificação para Detentos	PB	91.800,00	002	8/1/2007	FINAL
461678	037/02	Construção da Penitenciária Regional de Três Corações	MG	3.177.205,80	003	12/1/2007	FINAL
404125	115/00	Construção do Presídio Federal de Segurança Máxima em Dois Irmãos do Buriti	MS	2.272.575,00	004	15/1/2007	PARCIAL
538528	003/05	Sistemática de Avaliação dos Resultados em Treinamento de Programas e Projetos de Desenvolvimento e Capacitação de Pessoal da SJDH	BA	27.000,00	005	15/1/2007	FINAL
511749	004/04	Vida e Esperança para os Egressos	RN	43.200,00	006	22/1/2007	FINAL
488245	095/03	Aquisição de Sistema de Circuito Interno de Tv para o Complexo Penitenciário Manoel Carvalho Neto	SE	84.438,00	007	1/2/2007	FINAL
487103	051/03	Formação Profissional na Área de Produção de Espuma para Colchões	PR	75.000,00	008	25/1/2007	FINAL
481839	015/03	Aquisição de Sistema de CFTV nas Penitenciárias Padrões de São Joaquim de Bicas, Pará de Minas e Uberlândia	MG	1.779.200,00	009	29/1/2007	FINAL
488164	085/03	Construção da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul	RS	8.000.000,00	010	29/3/2007	PARCIAL
487557	062/03	Construção da Penitenciária Lauro de Freitas	BA	1.361.519,08	011	5/2/2007	PARCIAL
538400	006/05	Implantação da Escola Penitenciária	PI	73.017,00	012	6/2/2007	FINAL
487626	073/03	Mutirão na Execução Penal	RO	25.200,00	013	9/2/2007	FINAL
517706	040/04	Reciclando o Coco	AL	62.793,00	016	28/2/2007	FINAL
457814	034/02	Construção da Penitenciária Industrial de Joinville	SC	5.051.936,00	017	28/3/2007	FINAL
517608	036/04	Brinquedoteca - 1, A Interação Brincando e com Arte	RO	29.759,43	020	19/3/2007	FINAL

SIAFI	Convênio	Objeto	UF	Valor	Nº do Parecer	Data Parecer	Parcela
517599	057/04	Projeto "Resgate Ser"	PB	59.909,40	020	25/4/2007	FINAL
426461	193/01	Construção da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí	MS	4.836.752,26	021	15/3/2007	FINAL
514536	020/04	Projeto de Fiscalização e Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas	RN	119.647,44	024	7/5/2007	FINAL
419022	108/01	Conclusão da Penitenciária Modulada de Osório	RS	3.455.939,84	025	13/6/2007	FINAL
516940	027/04	Construção do Módulo de Vivência, Bloco F, PIV	DF	4.559.330,99	026	17/5/2007	FINAL
460274	036/02	Construção da Penitenciária Regional de Santa Luzia	MG	3.177.205,80	027	11/4/2007	FINAL
513763	015/04	Execução do Projeto Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas	PB	191.430,00	028	22/5/2007	FINAL
511750	005/04	Projeto Criação e Instalação de um Núcleo Central de Execuções de Penas Alternativas da Comarca de Cruzeiro do Sul	AC	42.720,00	029	25/5/2007	FINAL
488990	100/03	Projeto Programa de Reinserção Social do Egresso	MG	72.006,00	030	25/5/2007	FINAL
487643	056/03	Implantação do Sistema de Segurança Eletrônica na Penitenciária Lemos Brito	BA	1.204.506,00	031	29/5/2007	FINAL
487557	062/03	Construção da Penitenciária Lauro de Freitas	BA	6.807.595,39	032	30/5/2007	FINAL
466265	062/02	Construção do Conjunto Penal de Itabuna	BA	4.303.058,04	033	11/6/2007	FINAL
514578	017/04	Execução das Obras de Infra-Estruturas na Penitenciária PIII/PIV	DF	2.911.987,64	034	21/6/2007	FINAL
517661	058/04	Implantação de uma Horta Orgânica na Penitenciária Masculina de Arapiraca	AL	100.000,00	035	25/6/2007	FINAL
539219	023/05	Execução do Projeto Mecânica em Refrigeração Comercial, Visando Promover a Qualificação. Profissional dos Detentos	MA	18.697,70	036	25/6/2007	FINAL
487625	072/03	Fabrica de Esperança	AL	146.196,70	037	29/6/2007	FINAL
517647	047/04	Penas e Medidas Alternativas	SE	65.970,00	038	29/6/2007	FINAL
516934	025/04	Aquisição e Instalação do Sistema de Controle de Acesso, CFTV e Perimetral da Penitenciária de Pascoal Ramos.	MT	1.200.000,00	039	3/7/2007	FINAL

SIAFI	Convênio	Objeto	UF	Valor	Nº do Parecer	Data Parecer	Parcela
539227	026/05	Manutenção da Central Estadual de Apoio e Acompanhamento às Penas Alternativas	RR	72.588,21	039*	2/8/2007	FINAL
517644	051/04	Assistência Jurídica aos Detentos	AL	24.398,00	040	6/7/2007	FINAL
	001/07	Acordo de Cooperação Técnica e Financeira	DF		041	12/7/2007	FINAL
400439	086/00	Construção do Presídio Regional Padrão de Campina Grande	PB	1.664.916,34	042	18/7/2007	FINAL
509842	002/04	Execução do Projeto de Manutenção das Ações da Central de Penas Alternativas da Comarca de Rio Branco	AC	77.538,15	043	20/7/2007	FINAL
568253	003/06	Aquisição de Equipamentos de Segurança para o Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul	MT	1.373.202,00	044	7/8/2007	FINAL
485002	039/03	Obras de Ampliação do Instituto Penal Feminino - IPF	CE	1.756.594,28	045	16/8/2007	FINAL
539241	002/05	Projeto Moveleira	AP	51.458,00	046	17/8/2007	FINAL
457971	033/02	Construção da Cadeia de Posse	GO	404.506,54	047	27/8/2007	FINAL
430541	229/01	Construção do Presídio da Casa de Custódia Federal Complexo Penitenciário Bangu- RJ	RJ	5.246.787,33	048	6/9/2007	FINAL
413535	004/01	Construção da Penitenciária Bangu VI-RJ	RJ	8.189.573,87	049	13/9/2004	FINAL
402652	021/03	Execução das Obras de Reforma da Penitenciária Estadual de Areia Branca	SE	1.805.688,96	050	28/9/2007	FINAL
538535	013/05	Implantação da Escola Penitenciária no Estado do Pará	PA	90.000,00	051	2/10/2007	FINAL
481802	014/03	Reciclando Papéis e Vida	DF	191.666,88	052	15/10/2007	FINAL
511751	006/04	Penas e Medidas Alternativas	PA	104.880,00	054	31/10/2007	FINAL
487968	082/03	Conclusão da Penitenciária Modelo Edvan Marino Rozendo	RO	5.735.979,00	055	7/11/2007	FINAL
577409	072/06	Assistência à Saúde dos Presos da Penitenciária Federal de Catanduvas	PR	450.342,44	056	13/11/2007	PARCIAL
571197	001/06	Programa de Apoio Técnico Operacional às Medidas e Penas Alternativas de Combate à Violência Doméstica	PE	70.000,00	059	3/12/2007	FINAL
515509	050/04	Projeto direitos Humanos em Cena- Teatro do Oprimido nas Prisões.	RJ	279.235,02	060	3/12/2007	FINAL

SIAFI	Convênio	Objeto	UF	Valor	Nº do Parecer	Data Parecer	Parcela
487565	068/03	Execução das Obras de Construção da Penitenciária de Médio Porte	RO	1.787.994,18	061	4/12/2007	FINAL
488241	092/03	Reforma da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	RR	460.163,18	062	11/12/2007	FINAL
480836	002/03	Execução do Projeto Apoio Técnico ao Projeto Paz Social - Gajop	PE	155.600,00	063	14/12/2007	FINAL